



Secretaria de Coordenação e Planejamento
Fundação de Economia e Estatística

eese

**a produção
não capitalista
uma discussão teórica**

PORTO ALEGRE, RS – N.10 – ABRIL 1985



Secretaria de Coordenação e Planejamento
Fundação de Economia e Estatística

**a produção
não capitalista**
uma discussão teórica

Beatriz Regina Zago de Azevedo

PORTO ALEGRE, RS – N.10 – ABRIL 1985

A994 Azevedo, Beatriz Regina Zago de
A produção não capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre, FEE, 1985.
p. (Teses, 10).

1. Trabalho não qualificado. 2. Trabalho: Setor informal. I. Título.

● CDU 331.7

Tiragem: 600 exemplares

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Rua Gen. Vitorino, 77 - 2º andar
90.000 - Porto Alegre - RS



RIO GRANDE SOMOS NÓS.
FAÇA A SUA PARTE.
GOVERNO JUR SOARES

1835 - 1985 - 150 ANOS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

À MINHA MÃE, companheira sempre.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 – INTRODUÇÃO	9-13
2 – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS	15-27
2.1 – Teoria da “Personalidade Marginal”	15
2.2 – Teoria da “Cultura da Pobreza”	17
2.3 – Teoria da “Falta de Participação”	20
2.4 – Teoria da “Funcionalidade”	25
3 – ALGUMAS ABORDAGENS RECENTES	29-76
3.1 – Definição da categoria de análise	29
3.2 – Sentido da categoria de análise no modo de produção capitalista	64
4 – A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA PARA O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO	77-98
5 – CONCLUSÕES	99-118
BIBLIOGRAFIA	119

A presente tese foi defendida no curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Sociologia, em novembro de 1983.

A banca examinadora foi composta pelos professores José Hugo Ramos - Presidente da Banca - (UFRGS), José Reginaldo Prandi (USP) e Jacobo Waiselfisz (UFRGS).

APRESENTAÇÃO

A escolha deste tema como objetivo da dissertação de mestrado foi determinada pela necessidade de dar continuidade a um trabalho desenvolvido anteriormente na Fundação de Economia e Estatística – 25 Anos de Economia Gaúcha: Análise do Setor Terciário no Rio Grande do Sul – Vol.5 – Tomo 1. Como, nesse trabalho, foi dado um tratamento global à análise do Setor Terciário, obteve-se, em consequência, um alto nível de generalização do que é chamado de setor informal, sendo ignorada, portanto, a grande heterogeneidade interna que ele apresenta. Constatou-se também que a importância do setor a nível de ocupação de grandes parcelas da população urbana, principalmente as de baixa renda, não correspondia um número suficiente de estudos sobre o tema, particularmente daqueles voltados à análise empírica. Por último, tem-se observado que ainda existe muita discussão sobre o assunto no que se refere à conceituação de categorias de estudo e a algumas generalizações teóricas.

Na verdade, ao iniciar-se o estudo do setor, descobriu-se um universo oculto, uma vez que tais ocupações usualmente escapam dos meios de investigação estatística, dado que não são registradas nos sistemas de contas nacionais e demais estatísticas e não se encontram incluídas nas principais interpretações teóricas acerca do subdesenvolvimento.

A oportunidade de tentar sistematizar o conjunto de idéias existentes sobre o tema surgiu com a realização do Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS, à medida que a ênfase maior a este assunto é dada ainda pela literatura sociológica.

A dificuldade maior encontrada referiu-se à pretensão de realizar uma pesquisa empírica com o fim de balizar algumas hipóteses teóricas com a realidade, particularmente com a da área metropolitana de Porto Alegre, para a qual inexistem estudos nesse sentido. A possibilidade de praticar uma investigação empírica, no entanto, foi descartada. De um lado, porque um projeto de tal envergadura exigiria recursos financeiros, pessoal, tempo, etc., que dificilmente seriam disponíveis. De outro, porque a alternativa de usar dados secundários para dar uma visão superficial do setor seria incorrer nas mesmas dificuldades de medição que enfrentou a maioria dos autores aqui examinados. Muitos deles foram obrigados, inclusive, a “adaptar” sua categoria aos dados censitários, a qual, em consequência, ficou esvaziada do sentido teórico inicial dado pelo autor. Em função disso, optou-se pela realização de um estudo teórico em torno de determinados autores que contribuíram, de uma forma ou outra, para o avanço no tratamento da questão. A sistematização obtida a partir do estudo desses trabalhos pretende pelo menos ser uma primeira etapa para futuros estudos que certamente serão realizados em cima de realidades concretas. Espera-se também fornecer alguns novos elementos para uma compreensão mais organizada e adequada do tema.

Dentre aqueles que colaboraram de maneiras diversas, em muitas das etapas da execução deste trabalho, quero lembrar meu orientador José Hugo Ramos, Luiz Roberto Targa, Valesca Casa Nova, Iara Teixeira, Ana Lúcia da Silva, Frederico Didonet, Marli Nunes Machado, Vera Gauer e, particularmente, Rubens Soares de Lima e Jacobo Waiselfisz, cujas críticas e sugestões foram sempre úteis.

Em especial, agradeço a minha mãe, a quem devo a “infra-estrutura” física e emocional que me permitiu a execução deste trabalho.

Ao finalizar, cumpre também expressar o meu agradecimento à FEE que me propiciou as condições materiais necessárias para o desenvolvimento deste projeto de estudo.

1 – INTRODUÇÃO

A partir da década de 60, ocorreu um intenso debate na América Latina a respeito dos efeitos da expansão do capitalismo na periferia do sistema mundial. A ênfase era dada à questão da dependência, a qual se associava o fenômeno da marginalidade social, visto esse principalmente como resultado da reduzida capacidade de absorção da força de trabalho pela indústria, o que se atribuía ora à falta de dinamismo do setor – incapaz de criar empregos em ritmo suficiente – ora ao fato justamente contrário, ou seja, à sua acelerada taxa de expansão – incapaz de criar empregos em função de seu padrão organizativo, isto é, dado o uso da tecnologia importada, poupadora de mão-de-obra. A essas restrições de emprego na indústria contribuíam ainda, para a expansão de um contingente marginal urbano, as populações que migravam das áreas rurais e que, ao afluírem para as cidades, engrossavam o excedente de força de trabalho na economia urbana. Enfim, ao tipo de desenvolvimento que o capitalismo assumia na periferia atribuía-se uma série de efeitos considerados negativos no que se refere à ocupação da força de trabalho urbana disponível, quais sejam, subemprego, desemprego, terciário "inchado", etc., todos eles considerados prejudiciais ao processo de desenvolvimento.

A atribuição de um caráter "perverso" ao capitalismo latino-americano, em virtude de suas "nefastas" conseqüências sobre os níveis de emprego, resultava da expectativa que o pensamento sociológico, dominado na época pela teoria da modernização, havia criado em torno dos benefícios sociais que o crescimento econômico que se processou em meados da década de 50 (segunda fase de substituição de importações) deveria ter distribuído. Naquele período de euforia desenvolvimentista, os teóricos da modernização haviam previsto uma tendência de passagem do "tradicional" para o "moderno" – revestida de todo um aparato de racionalidade econômica –, a qual, ao significar a ampliação das relações capitalistas principalmente na economia urbana, faria com que, através da destruição de bolsões "arcaicos" ainda vigentes, se acelerasse o ritmo de crescimento da região. Esse crescimento, ao pressupor um maior acesso ao trabalho assalariado, traria em seu bojo a elevação dos ní-

veis de produtividade, o alargamento do mercado consumidor e, em consequência, o aumento dos níveis de bem-estar da população. Em suma, de acordo com esse raciocínio, o avanço do capitalismo nas sociedades dependentes, ao levar à generalização crescente das relações assalariadas e à destruição inexorável dos segmentos capitalistas considerados como entraves ao projeto desenvolvimentista preconizado, tenderia, no seu limite, à homogeneização do mercado de trabalho.

No entanto o desenvolvimento histórico do capitalismo encarregou-se de demonstrar a inconsistência da tese, segundo a qual o avanço do capital, ao pressupor uma crescente expansão do regime de trabalho assalariado, implicaria a derrocada final das formas de organização não capitalistas prevalecentes na região. Além do que, demonstrou também que a possibilidade de incorporações no mercado de trabalho capitalista não foi tão ampla quanto se esperava e que o "privilégio" de ter a quem vender a força de trabalho, sob a ótica do trabalhador, é bastante duvidosa.

O que interessa aqui é que a realidade dos países dependentes tem mostrado que a expansão capitalista, longe de ter provocado o total desaparecimento das formas organizativas remanescentes, recriou, inclusive, algumas delas em função das próprias necessidades de acumulação. Isto é, algumas dessas atividades não só permaneceram, como até emergiram, preenchendo brechas no sistema econômico que não interessam como investimento ao capital.

A penetração do capital nas atividades produtivas, embora acarrete a imediata subordinação e articulação dessas atividades ao capital, não provoca, necessariamente, mudanças em sua forma de organização. Ocorre que algumas dessas atividades de traços não capitalistas subsistem justamente por permanecerem organizadas desse modo. Muda, todavia, a natureza de suas relações com o modo de produção capitalista, uma vez que seu ressurgimento, ao resultar do próprio movimento do capital, faz com que a produção não capitalista assuma um novo caráter que a distingue das atividades cuja existência é anterior ao capital.

Na verdade, embora o trabalho assalariado se constitua na relação capitalista típica, uma vez que o modo de produção capitalista pressupõe produção de valor com base na extração de sobretrabalho alienável, outras formas de trabalho não assalariadas têm sobrevivido e permanecido no cenário econômico latino-americano. Assim, mesmo devendo serem

consideradas como categorias de transição numa economia onde domina o modo de produção capitalista - dada sua incapacidade de gerar mais-valia -, a existência de formas de produção não capitalistas tem-se mantido e pode manter-se indefinidamente. Isso porque o movimento de expansão do capital é necessariamente contraditório e implica o estabelecimento de profundas desigualdades que se manifestam tanto na oposição do trabalho ao capital como de capital a capital, de nação a nação, de setor a setor, etc. Em consequência, não tem sentido pensar que uma formação social, por ser capitalista, suponha uma total generalização do trabalho assalariado, isto é, que a concentração e a centralização do capital se dê em todos os seus níveis e ramos da produção. Na verdade, as atividades organizadas sob moldes não capitalistas são, de certa forma, resultado do fato de nenhuma formação social ser suficientemente homogênea ao ponto de estabelecer relações idênticas em todos os seus níveis de produção.

Tomando-se como objeto de investigação essa produção não tipicamente capitalista que se insere nas brechas da economia urbana, será possível detectar uma situação que reveste de caracteres específicos o funcionamento dessas atividades não baseadas no trabalho assalariado. Essas especificidades, embora individualmente nem sempre exclusivas a esse tipo de atividade, seriam as condições precárias de trabalho, baixa produtividade, extrema miséria, marginalização em relação às políticas governamentais, etc. São essas peculiaridades, acrescidas do fato de que tais atividades tendem a continuar importantes sob o ponto de vista da criação de empregos, que as definem e as diferenciam no interior da economia urbana e justificam uma reflexão relativa ao seu funcionamento. A importância dessas atividades reside não só no fato de essas concentrarem significativa parcela da população urbana dos países subdesenvolvidos, como também por gerarem renda, sendo muitas delas, de alguma forma, úteis à expansão do capital.

As questões que se pretende discutir neste trabalho dizem respeito basicamente à preocupação em entender como e por que se dá a expansão dessas atividades não capitalistas, depositárias da grande massa desqualificada da força de trabalho alocada nas cidades. Para isso, pensa-se retomar alguns aspectos desenvolvidos em diversas abordagens voltadas à reflexão desse tema, a fim de identificar os tipos de ocupações

consideradas típicas desse setor menos privilegiado da economia urbana, bem como as funções e as principais características a elas atribuídas. Enfim, este trabalho propoe-se a levantar algumas questões relativas ao significado e à importância dessas atividades através do exame de alguns estudos considerados mais significativos. Os critérios que orientaram a relação dos trabalhos aqui examinados foram vários. Em primeiro lugar, como interessava uma visão da realidade do País, optou-se por autores brasileiros. Em segundo, foram selecionados aqueles que apresentaram algum avanço no estudo do tema, seja teórico, a nível da proposição de uma nova categoria, seja metodológico, a nível de apresentação de uma proposta de análise empírica.

Ainda que haja um consenso entre os autores — cujos trabalhos serão aqui examinados — acerca do caráter capitalista do desenvolvimento latino-americano, eles apresentam diferenças de enfoque quanto à interpretação das diversas formas de produção não baseadas no trabalho assalariado. Tais diferenças manifestam-se não só no que se refere à caracterização dessas atividades, mas principalmente quanto à articulação dessas unidades produtivas com o conjunto da economia. Na verdade, muitas questões não se resolvem no plano teórico, permanecendo desconhecidas principalmente por falta de indicações empíricas. Não foi também intenção deste trabalho resolver tais questões "não resolvidas"¹. Ao contrário, muitas delas aqui constaram mais por esforço de sistematização do material teórico existente do que por uma tentativa de encontrar respostas definitivas. Mesmo correndo o risco de apresentar um texto com lacunas explicativas, optou-se pela colocação de algumas perguntas que ainda restam sobre o tema.

O trabalho consta de três partes principais. A primeira delas refere-se a uma revisão dos estudos iniciais sobre o assunto, com o objetivo de situar historicamente a questão. A segunda parte trata da sistematização das abordagens mais recentes — setor informal, marginalidade, Setor Terciário, produção não capitalista, produção simples de mer-

¹ Ao apresentar os principais elementos do debate em torno do tema, não se teve a pretensão de ter esgotado todas as questões.

cadórias – que, embora aparentemente apresentem enfoques bastante heterogêneos, dada a grande diversidade quanto ao ponto de partida de cada análise, se voltam para o mesmo objeto de investigação, ou seja, o conjunto de ocupações urbanas que fundamentalmente se organizam sob formas de trabalho no assalariados e onde se ocupa predominantemente a população de baixa renda. Ainda nessa parte, foram selecionados alguns posicionamentos teóricos acerca do sentido dessas ocupações no modo de produção capitalista. E, por último, apresentam-se as diversas contribuições que a produção no capitalista estaria supostamente fornecendo ao processo de acumulação de capital.

2 – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

O termo "marginalidade"¹ tem sido empregado em vários sentidos por diferentes autores, conforme o contexto analisado. Portanto, para um melhor entendimento do seu significado atual, cabe rever rapidamente as teorias que deram origem aos vários usos do termo, ainda que não se pretenda aprofundá-las, por não ser este o objetivo do trabalho².

2.1 – Teoria da "Personalidade Marginal"

Um dos empregos mais antigos do termo "marginal" parece ter sido na Teoria da Personalidade Marginal, criada por Robert Park (In: Stonequist, apud Kowarick, op. cit., p. 25), em 1928. Park introduziu o conceito de "homem marginal" na tentativa de explicar as crises a que estavam sujeitos os migrantes no seu processo de integração na sociedade americana, na década de 20. Nessa concepção, a marginalidade poderia manifestar-se em indivíduos submetidos a sistema de valores e tradição divergentes, relativos a duas culturas diversas e, às vezes, antagônicas. O indivíduo marginal seria aquele, então, pertencente à cultura dominada que, ao mesmo tempo em que mantém as características de membro dessa cultura, adota os valores da cultura dominante. Resultaria daí sua rejeição por ambos os grupos e o desenvolvimento de uma personalidade dualista, instável e dilacerada. O termo marginal definiria, em suma, o indivíduo submetido a distintos e conflitantes padrões culturais de referência e que, na realidade, não logra pertencer integralmente a nenhum deles. Os estereótipos da marginalidade, nesta concepção, seriam os indígenas latino-americanos, negros e judeus.

¹ Embora utilizado em diferentes sentidos, o termo "marginalidade" constituiu-se na primeira expressão teórica do tema objeto de estudo deste trabalho.

² Esta primeira parte do texto que trata dos diversos significados que o termo "marginalidade" tem assumido baseou-se, principalmente, nas revisões bibliográficas realizadas por: Hoffmann (1977), Kowarick (1977) e Oliven (1980).

Esta visão de marginalidade é retomada por Stonequist (apud Kowarick, op. cit.), que concluiu ser a condição marginal uma característica mais geral e constante nas sociedades industriais, uma vez que estas estariam sujeitas a um ritmo mais intenso de transformações sociais e a uma conflitante variedade de códigos e valores.

"O mundo moderno — diz Stonequist —, de composição econômica e mutáveis relações sociais, coloca o indivíduo numa situação social em que a mudança e a incerteza são as notas dominantes. Os ajustamentos fixos e permanentes tornam-se impossíveis: O mundo se move e o indivíduo precisa ajustar-se constantemente.

(...) O indivíduo que, por meio da migração, educação, casamento, ou outras influências, deixa um grupo social ou uma cultura sem realizar satisfatório ajustamento a outro grupo, acha-se à margem de cada um deles, sem estar integrado em nenhum. É um homem marginal" (Stonequist, op. cit., p. 27).

Tais colocações, enquanto enfatizam somente traços psicológicos, poucos resultados produziram, sendo encaradas inclusive como um estereótipo, ou como quer Quijano "(...) como todos os estereótipos resulta de uma caricatura ou de uma exagerada distorção da realidade" (Golovanski, apud Kowarick, op. cit., p. 29).

Mais tarde, a teoria do homem marginal, ao ser extrapolada para o plano da situação social, suscitou outras abordagens que procuravam explicar a integração das chamadas minorias na sociedade, tendo como referência os grupos de maior prestígio e poder. Para essa nova corrente de pensamento, a questão principal não mais se resume na capacidade ou não de os grupos subordinados de assimilarem os padrões dominantes, mas passa a levar em conta o fato de serem ou não aceitos pelos estratos sociais dominantes.

Em outros termos, as dificuldades relativas à integração social de determinados indivíduos decorreriam, predominantemente, da existência de barreiras que impediriam tal integração e não tanto de uma socialização deficiente em relação aos padrões culturais dominantes. Um exemplo típico poderia ser dado pelo indivíduo pertencente a uma determinada classe social e que aspira a pertencer a um estrato social mais elevado (Merton, apud Kowarick, op. cit., p. 29). Outros exemplos são fornecidos por Kowarick:

"Seria o caso tanto do operário que se orienta pelos padrões da classe média, como do novo-rico recém-chegado à sua nova condição social e que, por razões de estirpe, não consegue ser aceito pelas elites econômicas tradicionais. Poderia ser também o caso da classe média decadente que procura guardar o prestígio e os valores de sua antiga situação, mas que, cada vez mais, passa a ser identificada e confundida com os grupos operários" (Kowarick, op. cit., p. 29).

Nessa interpretação, a marginalidade seria definida por uma situação de exclusão, independentemente da posição social que ocupa o indivíduo. Em suma, é a não-realização de uma expectativa do indivíduo no sentido de pertencer a alguma classe. Em última análise, nessa concepção, como aponta Kowarick, "todos seriam marginais desde que tivessem consciência de que algo lhes é vedado" (Ibidem, p. 30).

Nesse sentido, tal visão da marginalidade pressupõe que ela se distribua aleatoriamente por toda a pirâmide social e não como se verifica na realidade, isto é, efetivando-se no âmbito da classe trabalhadora urbana. Porém a crítica maior a essas concepções de marginalidade refere-se ao fato de essa conceituação limitar-se a certas situações individuais ditas de marginalização, levando em conta basicamente aspectos psicológicos dos indivíduos.

2.2 — Teoria da "Cultura da Pobreza"

Há um certo parentesco entre as abordagens referidas e os escritos posteriores acerca da Cultura da Pobreza, de Lewis (1961, 1965 apud Kowarick, op. cit.), onde a marginalidade é vista também como um fenômeno psicológico de alheamento e de dependência, oriundo da pobreza. A Cultura da Pobreza seria representada por uma situação de precariedade sócio-cultural, característica de vida de certos segmentos da população de baixa renda e que configuraria um mundo à parte, onde mesmo melhores condições econômicas não seriam suficientes para alterá-la ou eliminá-la. Mais do que tudo, a Cultura da Pobreza se configuraria como um modo de vida transmitido de geração em geração.

Para Lewis, os principais aspectos que caracterizariam o comportamento dos indivíduos integrantes dessa cultura seriam fundamentalmente

quatro: primeiro, a falta de participação e integração dos pobres nas instituições sociais; segundo, a quase inexistência de organizações capazes de transcender o nível da família nuclear; terceiro, a existência de desajustes no plano das relações familiares; e, por último, ao nível do indivíduo, a predominância de traços de um forte sentimento de marginalidade, dependência e inferioridade.

A deficiência básica do modelo de Lewis, apontada por Kowarick, refere-se não só ao fato de a Cultura da Pobreza não ser, em momento algum, relacionada às suas causas, como também por essa teoria conferir aos pobres certas características específicas que fazem com que se tornem elementos distintos dos demais integrantes da sociedade. Como aponta Kowarick,

"A consequência é que a noção de estrutura social passa a ser o somatório de características que se encontram ao nível do ator social. (...) Desta forma, a marginalidade se perde e se confunde com a própria situação daqueles que apresentam determinadas condições de existência. Ela é apreendida a partir de suas próprias manifestações(...)" (Kowarick, op. cit., p. 43).

Em função disso, o tratamento metodológico da marginalidade, nesses estudos, constitui uma unidade fechada de análise³.

Pode-se dizer que esse método de análise se baseia em um raciocínio tautológico, à medida em que, não transcendendo para um universo explicativo mais amplo, equaciona a marginalidade a partir dos caracteres sociais dos próprios indivíduos, ou seja, "(...) os marginais são indivíduos que têm tais características e são marginais porque têm tais características" (Obregon, apud Kowarick, op. cit., p. 43). É a personalidade individual o foco de análise desses estudos, sendo ignorados os fatores sociais, justamente aqueles que dão origem ao fenômeno. Ao apresentar um cunho essencialmente psicossociológico, esse enfoque, tal

³ Essa expressão é usada por Quijano Obregon, Anibal: "O que parece mais comum a vários destes enfoques é o tratamento do problema da marginalidade como uma unidade fechada de análise, mantendo a estrutura social global como um dado de referência e não como uma variável em relação à qual se define a marginalidade" (Kowarick, op. cit., p. 43, nota 5).

como os anteriores, acaba por negar a importância da estrutura social na determinação da condição marginal. Enfim, o erro básico de tal abordagem é restringir sua unidade de análise ao indivíduo, ignorando o sistema social onde ele se insere.

A Cultura da Pobreza, portanto, incorre em um duplo erro. Além de ignorar os processos e estruturas que dão origem à marginalidade, encarando-a como uma entidade isolada e imune do todo social, atribui também a esse "mundo à parte" um conjunto de caracteres que supostamente são específicos aos grupos considerados marginais. Conforme crítica Kowarick:

"(...) o 'mundo da pobreza' a que Lewis se refere nada mais é do que uma parcela de um todo do qual depende e ao qual não é imune. Obviamente existem indivíduos e grupos que poderiam ser classificados como integrantes da Cultura da Pobreza. Mas eles não constituem um microcosmos isolado e com vida própria. Seu trabalho, maneiras de pensar e padrões de conduta são reflexos da organização da sociedade como um todo" (Kowarick, op. cit., p. 36).

Essa percepção dos pobres como indivíduos portadores de comportamentos diferentes do resto da população, relativa à teoria de Lewis e seus seguidores, constituiu-se em uma das tendências detectadas por Oliven ao examinar os estudos voltados à análise específica dos aspectos culturais das populações chamadas marginais. Para ele, essa visão que segrega socialmente os pobres acaba por imputar-lhes a responsabilidade de sua situação. Isto porque, ao partir do pressuposto de que a pobreza se constitui em uma cultura distinta, qualquer mudança nessa situação só poderia ocorrer como consequência de iniciativas dos próprios pobres, descartando-se, desse modo, a responsabilidade da sociedade como um todo por essa situação.

Em trabalhos mais atuais, e que se pretendem mais avançados em relação a teorias anteriores, verifica-se a tendência de se colocarem no extremo oposto, incorrendo, dessa forma, também em um grave equívoco. Enquanto as abordagens anteriores desconsideravam completamente o fato de que muitas das características da cultura dominante também se apresentam entre os grupos subalternos, essa nova colocação enfatiza justamente o contrário, isto é, que as classes baixas são praticamente iguais às demais. Ignorando, portanto, as diferenças sociais e atri-

buindo ao todo social uma homogeneidade inexistente, essa segunda tendência incorre em uma consequência política oposta, qual seja, a desustentar a necessidade de defender os pobres e orientá-los paternalisticamente em suas ações.

Para Oliven, essas duas tendências restringem a sua preocupação, em última análise, a verificar se os membros das classes baixas apresentam um comportamento cultural marginal ou integrado ao resto da sociedade. Para ele, a questão é bem mais complexa e envolve dois níveis diversos de análise. Em primeiro lugar, trata-se de admitir a heterogeneidade existente no interior das classes baixas urbanas no que se refere à ocupação, renda, tempo de experiência urbana, comportamento, etc. A partir daí, torna-se impossível segregar tais grupos sociais em um grupo homogêneo culturalmente e diferenciado como um todo do resto da sociedade. Oliven propõe então que, ao invés de postular uma dessas proposições de que as classes baixas seriam marginais (culturalmente diferentes) ou integradas (culturalmente iguais), deve-se considerar a ocorrência de um duplo processo. De um lado, a impossibilidade atual de os grupos subalternos escaparem da influência ideológica da cultura dominante e, de outro lado, o fato de eles também criarem traços culturais peculiares. Aliás, para o autor, esse processo dinâmico reflete um duplo mecanismo de sobrevivência. Ao absorver alguns traços da cultura dominante, as classes baixas estão, de uma maneira ou outra, esforçando-se por adaptar-se à sociedade. E, ao desenvolverem caracteres culturais próprios, estão tentando manter sua identidade, esquivando-se, nas brechas, de algumas regras impostas pelas classes dominantes.

2.3 — Teoria da “Falta de Participação”

Ressalte-se que, no entanto, as referências mais antigas à condição social de marginal apareceram, na verdade, em análises voltadas à interpretação do intenso processo de urbanização verificado na América Latina, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando então se verificou a multiplicação de conjuntos habitacionais precários nos arredores das grandes cidades (por exemplo, favelas do Rio de Janeiro, “barriadas” de Lima, “cidades-satélites” de Brasília). A preocupação com a temática da marginalidade surgiu imediatamente nesse momento, passando a serem desig-

nados como marginais os habitantes dos bairros periféricos. No caso do Brasil, a favela corporificava a marginalidade urbana e como adverte Oliven:

"(...) não se percebia que a favela não é um problema mas uma 'solução' à necessidade de abrigo e que a subabitação é apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego" (Oliven, op. cit., p. 40).

Nesse sentido, a noção de marginalidade está ligada, em sua origem, à localização espacial — periférica — das habitações pobres nos países subdesenvolvidos ou, como quer Hoffmann, "(...) o termo marginalidade é invenção latino-americana para designar, em última instância, a pobreza mais extrema (...)" (Hoffmann, op. cit., p. 143). No entanto,

"(...) como as más condições habitacionais relacionavam-se com más condições sanitárias, escassez de serviços urbanos, baixo nível de instrução, precários padrões alimentares, baixa qualificação profissional e instabilidade ocupacional, etc., todas essas características de pobreza em seu conjunto também têm sido adotadas para identificar 'quem forma os grupos marginais' (Roseblüth, apud Hoffmann, op. cit., p. 139).

Em consequência, a abordagem inicial urbanística ou ecológica das populações marginais somaram-se outras variantes interpretativas que apenas agregaram outros critérios também específicos para identificar os grupos considerados marginais. Com base em pesquisas empíricas, a marginalidade passou a ser identificada segundo diversos outros critérios definidores, quais sejam, sanitário, educacional, etc.

De todo modo, ao ater-se a qualquer um desses critérios para identificar a marginalidade, está-se evitando encaminhar a questão para um nível social mais amplo, este sim capaz de explicá-la como uma de suas contradições. Da forma como problema está colocado,

"Toda a questão reduz-se, por conseguinte, em ativar o desenvolvimento econômico, abrir canais de participação a amplos segmentos da população, organizar os grupos sociais carentes e canalizar suas reivindicações para os centros decisórios, como se o conjunto destes processos não estivesse fundado em oposições que exprimem interesses inerentes a uma forma de apropriação do excedente econômico" (Kowarick, op. cit., p. 44).

Nesta mesma linha de pensamento, inscrevem-se os trabalhos do Desal⁴, os quais, tomando por base investigações empíricas, limitam-se a mostrar as carências econômicas, sociais, políticas e culturais de vastos segmentos urbanos dos países latino-americanos.⁵ Segundo os diversos trabalhos do Desal,

"A marginalidade caracteriza-se pelos baixos índices sócio-econômicos e por um quadro sócio-cultural marcado pela anomia, isolamento, prostração e fatalismo, enfim por uma constelação de normas, valores, tipo de conduta e aspirações não condizentes com as formas organizativas e associativas próprias de uma sociedade complexa, diversificada e competitiva"(Kowarick, op. cit., p. 42-3). Por outro lado, a marginalidade é também caracterizada como falta de participação dos indivíduos nas estruturas sociais, tanto no que se refere à aquisição de benefícios como a acesso ao aparelho institucional. Essa "falta de participação" refere-se não só à exclusão dos benefícios sociais como também à impossibilidade de influir nas decisões tomadas pelo aparelho institucional. Nesse sentido, Rosemblüth define grupos marginais como sendo

"Aqueles grupos de pessoas que têm certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem têm a possibilidade de alcançar mobilidade vertical ascendente" (Rosemblüth, apud Hoffmann, op. cit., p. 140).

Tais direitos de cidadania referem-se não só a direitos cívicos (liberdade de palavra, pensamento, religião, etc.) como a direitos políticos (direito a voto, etc.) e direitos sócio-econômicos (padrão mínimo de bem-estar, segurança, nível de vida, etc.).

⁴ Centro para el Desarrollo Economico y Social de America Latina.

⁵ Dos Estudos realizados pelo DESAL, KOWARICK cita os seguintes:
 DESAL. Marginalidad en America Latina: um ensayo de diagnóstico. Barcelona, Herder, 1969.
 —. Poblaciones marginales y desarrollo urbano: el caso chileno. Santiago 5. ed., 1965 (mimeo).
 VEKEMANS, Roger. Marginalidad y pleno empleo. Santiago, 1970. (mimeo).
 VEKEMANS, Roger e VENEZAS, Ramon. Marginalidad, incorporación y integración. Santiago, DESAL, 1966. (mimeo).

Alguns trabalhos voltados à análise da "falta de participação" especificamente política dos grupos caracterizados como marginais apontam como traços dominantes desses grupos a passividade e o parasitismo. Em função disso, defendem a idéia de um Estado paternalista capaz de orientar os marginais e transformá-los em protagonistas de uma nova sociedade a ser ainda construída. Há autores, ao contrário, que advertem para o potencial revolucionário desses mesmos grupos, encarando-os como uma ameaça e um freio ao desenvolvimento econômico, caso se permita que esse conjunto de indivíduos espoliados e desempregados cresça indefinidamente. Segundo alguns participantes do Desal,

"(...) os novos 'lumpenproletarier' engendrados pelo tipo peculiar de desenvolvimento-subdesenvolvimento latino-americano constituem as novas classes revolucionárias da atualidade que poderão levar, por si ou por iniciativa dos que irão substituir, às transformações sócio-econômicas dos países da América Latina" (Hoffmann, op. cit., p. 142).

Para Oliven, a realidade e os dados empíricos não confirmam esse tipo de idéias. Em primeiro lugar, porque, mesmo sendo precárias as condições de vida das classes baixas urbanas, elas não deixam de estar em melhor situação do que estavam na zona rural. Em segundo lugar, a existência de miséria e opressão não implica necessariamente a formação de uma consciência política capaz de conduzir a ações políticas organizadas. E, por último, adverte o autor, não se deve subestimar o aparelho de repressão do Estado que mantém eficientemente esses grupos sociais sob controle. Fundamentalmente, segundo Oliven,

"As características revolucionárias ou radicais das classes baixas urbanas são mais um produto ou do 'otimismo ingênuo' de alguns elementos de esquerda ou da culpa e medo dos setores privilegiados da sociedade que tendem a temer que as 'classes perigosas' possam recorrer à rebelião violenta para alcançar a justiça social" (Oliven, op. cit., p. 46).

Enfim, esta concepção de marginalidade como "falta de participação" parte do pressuposto de que nas sociedades modernas haveria um movimento no sentido de alterar o quadro das desigualdades sociais, através da extensão da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. Assim, com o avanço da modernização, supostamente haveria uma

maior distribuição dos benefícios sociais, como se a ampliação das oportunidades fosse um fato natural e espontâneo e sua negação um desvio da lógica. Kowarick alerta que

"O implícito, do ponto de vista da lógica do modelo, é que o setor não-participante da população venha a se integrar, pois é atributo do pólo industrial moderno absorver os segmentos sociais mobilizados, sob pena de ser posta em cheque a própria estabilidade e persistência do sistema (...)" (Kowarick, op. cit., p. 53).

Uma crítica mais ampla aos estudos até aqui mencionados refere-se ao fato de eles também restringirem sua unidade de análise ao indivíduo, ignorando um universo explicativo mais abrangente. Isto porque ao se definir marginalidade tão-somente pela situação de vida de algumas camadas da população nada se explica, já que não se transcende esse conjunto restrito de configurações. Assim, o alcance explicativo de tais teorias torna-se bastante limitado, uma vez que elas se atêm somente a equacionar o tema em torno de caracteres individuais. Como mostra Kowarick, "(...) a marginalidade não se auto-explica. Ela encontra sua razão de ser em processos e estruturas que não podem ser confundidos com as situações nas quais ela se manifesta" (Ibidem, p. 38).

Nesse sentido, portanto, a marginalidade urbana é considerada ainda um problema de desajustamento social do indivíduo, à medida que, ao não ser capaz de assimilar os padrões modernos, não logra participar nas formas urbanas de vida e de trabalho. A razão desse "desajuste" social é explicada por Kowarick:

"Esta carência de participação parece, contudo, ter como referência um padrão ideal de comportamento que, por um atributo definatório apriorístico, passa a constituir a própria essência do conceito de modernidade. E exatamente por este ser um padrão ideal e não concreto que se faz apelo à noção de 'desajustamento' ou de 'atraso', o que tem como corolário que a sociedade, por uma espécie de predisposição metafísica, tende a generalizar os padrões de modernidade" (Ibidem, p. 51).

Por trás desse raciocínio, está a idéia de que há antagonismos entre os grupos chamados marginais e a sociedade como um todo. Em consequência, os grupos marginalizados deverao ser absorvidos pelo sistema social sem necessidade de alterar o padrão estrutural da sociedade. Em

suma, trata-se de modificar os indivíduos, nunca a sociedade. Além disso, quando se define a marginalidade como "falta de participação", a questão transforma-se em um problema genérico e, portanto, desvinculado de situações histórico-sociais concretas, capazes, somente estas, de explicar a origem do processo de marginalização.

2.4 — Teoria da "Funcionalidade"

As colocações anteriores são aprofundadas na teoria funcionalista, onde o fenômeno da marginalidade é reduzido a um mero desajuste no funcionamento do sistema, sendo, portanto, disfuncional para o desenvolvimento. Incorporando a teoria da modernização para interpretar as mudanças sociais, o modelo funcionalista parte do pressuposto teórico de que as diversas partes da sociedade possuem determinadas funções, as quais contribuem para manter o equilíbrio social. Em consequência, as várias expressões da marginalidade são encaradas por essa abordagem como meros desajustes a serem progressivamente superados pelo processo de desenvolvimento, tal como mostra Kowarick:

"(...) o modelo funcionalista parte do pressuposto teórico de que a sociedade é um corpo harmônico onde existiriam alguns focos 'doentios': as várias expressões da marginalidade.(...) O subjacente é que a sociedade tende a atingir o consenso social (Kowarick, op. cit., p. 45).

Desse modo, a marginalidade é vista como um fenômeno transitório, um mal a ser "extirpado" do corpo social, um desvio passível de ser corrigido.

A teoria da modernização, utilizando os pressupostos funcionalistas, busca definir tais desajustes, caracterizando a marginalidade como a persistência de setores "tradicionais" na sociedade "moderna". A polarização da sociedade, em termos de setores "arcaicos" e "avançados", resulta de uma visão dual-estruturalista da marginalidade, onde essa se define pelo fato de não reunir o conjunto de características existentes no pólo "moderno".⁶ Neste sentido, a marginalidade aqui tam-

⁶ Esta visão impregnou grande parte dos trabalhos que a ela se seguiram, mesmo aqueles que pretenderam negá-la.

bém é vista como uma questão de carência de certos grupos sociais, incapazes de se integrarem ao modo de vida urbano, à deficiência de seus padrões sociais. Como adverte Germani,

"A persistência de um setor não participante (...) pode ser considerada como uma limitação e uma ameaça para a sociedade industrial, na medida em que impede a otimização dos recursos existentes, não sō por deixar de lado um setor da população como também por restringir a base da seleção, reduzindo deste modo a funcionalidade da mesma" (Germani, apud Kowarick, op. cit., p. 53-4).

E, nesse sentido, a exclusão de um setor da população seria disfuncional para o sistema. Percebe-se, assim, que esse modelo não leva em conta o fato de que se mantêm e até se expandem os setores considerados "tradicionais", desconsiderando, portanto, a existência de formas de exclusão que são necessárias ao modo de produção capitalista e inclusive intrínsecas ao próprio movimento de expansão do capital. Por outro lado, conforme aponta Kowarick,

"(...) a oposição entre o 'tradicional' e o 'moderno' não é um problema de mero desajuste entre as partes constitutivas do sistema, mas expressão de uma dinâmica que deve ser equacionada a partir do sistema de dominação imperante na sociedade" (Kowarick, op. cit., p. 54).

Para utilizar as palavras de Quijano

"(...) a estrutura de dominação social inclui entre seus setores de interesse social fundamentais, os setores marginais (...). Em outros termos, que os grupos sociais que dispõem dos recursos do poder geral da sociedade, não podem ocupar esta posição a não ser sobre a base da existência de um setor de marginalidade social" (Obregon, apud Kowarick, op. cit., p. 54).

Percebe-se portanto, que, em geral, estas primeiras abordagens em torno da marginalidade somente lograram alcançar uma explicação para esse fenômeno ao nível de sua própria aparência. Confundiram suas causas com seus próprios sintomas. O referencial explicativo dessas teorias esgotou-se na descrição das situações em que a marginalidade se manifesta, ignorando-se o todo social, capaz somente ele de explicar a origem do fenômeno.

Embora tais abordagens em torno da marginalidade sejam bastante

criticadas, alguns resquícios de suas explicações parecem ainda estar presentes, subjacentemente, em várias teorias que lhes seguiram, mesmo naquelas que pretenderam negar a associação do fenômeno a deficiências psicológicas, a situações de alheamento e de dependência oriundas da pobreza, à ausência de participação, a carências econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. É importante, portanto, conhecer tais propostas teóricas de modo a poder avaliar seu alcance nos estudos mais atuais em torno do fenômeno.

3 – ALGUMAS ABORDAGENS RECENTES

3.1 – Definição da categoria de análise

As interpretações da marginalidade como exclusão, não-integração ou "falta de participação" contrapõe-se um segundo grupo de abordagens que passa a explicar o fenômeno a partir do processo de desenvolvimento econômico, isto é, a partir das características de funcionamento do sistema que lhe dá origem. Como afirma Hoffmann,

"Cada vez mais diferentes autores latino-americanos concebem a marginalidade não conforme características do próprio grupo que se considera submetido a ela, e sim tomam como ponto de partida a sociedade global, as características e o funcionamento do sistema sócio-econômico em seu conjunto" (Hoffmann, op. cit., p. 148).

A maioria desses autores constata que vastas parcelas da população latino-americana se encontram marginalizadas dos benefícios do crescimento econômico, tendendo a permanecer subempregadas e com baixos níveis de produtividade. No entanto tal fato não se explicaria por uma insuficiência dinâmica do capitalismo na região, como queriam as interpretações anteriores, mas justamente pelo fato contrário. Conforme Tavares e Serra,

"Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem, em si mesmos e necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista (...). Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro se desenvolve satisfatoriamente, a nação, a maioria da população permanece em condições de grande privação econômica e em grande medida devido ao dinamismo do sistema, ou, se se quer, do tipo de dinamismo que o anima" (Tavares & Serra, apud Hoffmann, op. cit., p. 147).

Assim, as interpretações mais recentes do fenômeno, ao entenderem a marginalidade como um componente intrínseco ao processo de produção capitalista, não mais a reduzem a uma disfunção do sistema, mas sim encaram-na como uma contradição do próprio movimento de expansão do capital. De uma visão parcial e polarizada da realidade, evolui-se para uma perspectiva teórica, onde os processos econômicos constituem as variáveis fundamentais para o entendimento da marginalidade. Esta passa a

ser vista não mais como um mero desajuste entre as partes que compõem o sistema, afetando o seu equilíbrio e funcionamento, mas como justamente o resultado de contradições básicas e essenciais desse mesmo sistema. De estudos voltados ao exame segmentado de carências econômicas, sociais, políticas e culturais de grupos de indivíduos, passa-se a equacionar o tema ao nível das relações sociais de produção, investigando o modo como se inserem na divisão social do trabalho.

É nesse conjunto recente de interpretações que se inserem os trabalhos a seguir examinados. Ainda que apresentem diferenças de terminologia e de esquemas analíticos, percebe-se que é o mesmo fenômeno que buscam apreender e explicar. Essas diversas abordagens que pretenderam examinar esse segmento da economia urbana usaram critérios diferentes para caracterizá-lo, conforme o objetivo a que se propunham alcançar. Em consequência, as categorias de análise utilizadas são também distintas e, em alguns casos, não são passíveis de comparação. Nesse conjunto, aparecem desde interpretações que ainda utilizam a dicotomização analítica setor informal versus setor formal até estudos que partem de categorias, como trabalho marginal, trabalho autônomo e formas de produção não tipicamente capitalistas. A nomenclatura escolhida para definir esse tipo de ocupação revela também a centralidade do tema para os autores no sentido de que as preocupações variam desde tentativas em montar um arcabouço teórico mais abrangente até interpretações que, embora não busquem definir com mais exatidão essa esfera de ocupação, fizeram importantes reflexões acerca de seu funcionamento no interior da economia urbana.

Tendo em vista tornar mais clara e sistemática a exposição dos autores bem como facilitar a confrontação de suas idéias, optou-se por apresentar seus trabalhos conforme suas contribuições no que se refere às questões mais importantes e comumente debatidas em torno do tema, ou seja, a busca de uma definição para a categoria em estudo, o sentido dessa categoria no modo de produção capitalista e, por último, a sua dita contribuição para a expansão do capitalismo.

3.1.1 — Marginalidade

Lúcio Kowarick, embora utilizando a categoria *marginalidade* para designar o conjunto de atividades organizadas sob moldes não tipicamen-

te capitalistas, insere-se no grupo de autores que propuseram uma nova abordagem para o tema. Isso porque situa a questão da marginalidade nas sociedades latino-americanas sob a ótica das relações de produção, mostrando a perfeita simbiose existente entre as formas de produção capitalista e as modalidades produtivas "arcaicas", cuja permanência, reposição ou extinção é determinada basicamente por sua relação estrutural com o processo de acumulação. Assim, para o autor,

"(...) trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas 'arcaicas' (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também 'novas' formas 'tradicionais' na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, ...)" (Kowarick, op. cit., p. 83).

Note-se, portanto, que Kowarick inaugura uma nova visão da marginalidade, contrapondo-se aos enfoques parciais que vêem o fenômeno como uma mera exclusão dos indivíduos dos benefícios do sistema social. Seu conceito de marginalidade envolve grupos sociais ou modalidades produtivas que se reproduzem de forma dependente às leis que regem a dinâmica do capitalismo industrial. Propondo como alternativa de análise a visão de marginalidade como um processo que decorre basicamente de formas peculiares de inserção no sistema produtivo, o autor avança também em relação às teorias anteriores que definiam o fenômeno pelo baixo nível de remuneração dos trabalhadores e, em consequência, por seus precários padrões de consumo material e cultural¹. Ressalva Kowarick que, embora referindo-se à classe trabalhadora urbana em sentido restrito,

¹ Segundo Kowarick, "para compreender os movimentos sociais, o importante parece não ser tanto o montante de remuneração que decorre de um trabalho, mas as condições técnicas e sociais em que o trabalho se realiza. Em outras palavras, não é tanto o grau de 'exploração' que constitui o cerne do problema - 'exploração' aqui entendida como remuneração - mas as condições sob as quais a 'exploração' se concretiza" (Kowarick, op. cit., p. 94-5).

isto é, aquela que percebe montantes irrisórios de remuneração, esse nível de remuneração é explicado pela sua participação no processo produtivo. Conforme Kowarick,

"O que está em jogo (...) é uma diferenciação no seio da classe trabalhadora decorrente do processo de acumulação capitalista que gera certas modalidades de trabalho passíveis de serem conceitualizadas como marginais" (Kowarick, op. cit., p. 85).

Essa diferenciação no interior da classe trabalhadora, dada pelo modo como esses indivíduos se inserem no sistema produtivo, tem como pressuposto o fato de que a exploração a que estão sujeitos os chamados marginais se distingue radicalmente daquela sofrida pela parcela "integrada"² da classe trabalhadora. Enquanto esta se encontra vinculada diretamente ao sistema capitalista de produção, cuja característica principal é a extração e expropriação do excedente gerado pela força de trabalho, os marginais seriam aqueles que trabalham sob relações de produção não tipicamente capitalista. Destaca Kowarick que não se tratam de dois grupos, pois ambos fazem parte da classe trabalhadora. Distinguem-se somente pelo tipo de exploração a que estão submetidos.

Cabe aqui explicitar melhor o significado da categoria *trabalhador marginal*, objeto de estudo de Kowarick. O autor inclui na situação de marginal três categorias de trabalhadores. A primeira categoria abrangeria os trabalhadores inseridos em unidades produtivas caracterizados pelo arcaísmo tecnológico e de suas relações de trabalho. Nesse caso, incluem-se o artesanato e a indústria a domicílio. As características dessa categoria são dadas pelo fato de não haver ruptura entre o trabalhador e seu instrumento de produção, pelo uso de tecnologia rudimentar e pelo baixo nível de remuneração. A segunda categoria estaria composta dos trabalhadores por conta própria que, por definição, não estariam sujeitos a um tipo de exploração ligado à produção de mais-valia³.

² O termo "integrado" está sendo empregado aqui no sentido de uma condição de trabalho mais estável e regular, o que não implica o acesso ao poder ou aos benefícios sociais por parte da classe operária.

³ Nesta categoria, acham-se também incluídas as empregadas domésticas remuneradas.

Esta mão-de-obra autônoma caracterizar-se-ia pela execução, em jornadas incompletas de trabalho, de tarefas que exigem pouca ou nenhuma especialização, bem como pelo fato de vender seus produtos ou serviços a preços bastante reduzidos.

E, por último, ao contrário dos demais autores, Kowarick também caracteriza como marginal, ou passível de marginalização, a força de trabalho que se emprega intermitentemente, ou seja, aquela incorporada e expulsa do núcleo capitalista em razão de flutuações conjunturais ou estruturais da economia, bem como os desempregados crônicos.

Nessa classificação, observa-se que, embora o aspecto definidor básico da marginalidade seja dado teoricamente pelo modo peculiar pelo qual os indivíduos se inserem na estrutura produtiva, o que implicaria uma forma diversa de submissão ao capital, Kowarick, ao explicitar e definir os trabalhadores marginais, vale-se de critérios por ele mesmo criticados, ou seja, nível de tecnologia e nível de remuneração. Desse modo, Kowarick parece não perceber as particularidades internas de que se reveste o funcionamento das formas de produção não capitalistas, uma vez que encara a marginalidade, como tantos outros autores, a partir da perspectiva do "moderno", do setor capitalista. Ao designá-las, mesmo entre aspas, como atividades "arcaicas", está, de certo modo, definindo-as a partir de uma perspectiva, onde o padrão é se caracterizar como "moderno", como capitalista.

Isso parece ocorrer porque o trabalho de Kowarick tem como eixo central a preocupação em entender como surgiu historicamente o fenômeno da marginalidade nas formações econômicas latino-americanas tendo em vista sua inserção no sistema capitalista e sua situação de dependência. Ao examinar o fenômeno da marginalidade em função do processo mais amplo de acumulação de capital na região, o autor não se propõe a uma análise interna do funcionamento e características das modalidades produtivas não capitalistas, denominadas por ele de formas marginais de inserção no sistema produtivo.

Por outro lado, embora afirmando que a oposição entre trabalho marginal e assalariado nada tem a ver com uma suposta dualidade que enfrenta duas formas produtivas estanques, o autor parece recair nessa visão dualista, ao apresentar como proposta final de trabalho, numa tentativa de aproximar-se teoricamente da realidade, duas novas e antagô-

nicas categorias de análise – mercado formal e não formalizado de trabalho⁴ –, tal como são definidos por Silva.

3.1.2 – Mercado não formalizado de trabalho

Em seu estudo sobre os mercados metropolitanos de trabalho manual, nas cidades de Recife, Salvador, Fortaleza e, em especial, Rio de Janeiro, Luiz Antonio Machado da Silva (1971) propõe-se a elaborar um modelo de análise com base em situações concretas de trabalho e nas condições de organização do mercado, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores. Essa perspectiva é resultado de seu posicionamento crítico frente aos modelos teóricos existentes sobre o assunto que, segundo ele, não apresentam nenhuma vivência da realidade estudada, à medida que não se fundam no conhecimento direto do cotidiano dos grupos envolvidos, mas sim, em informações censitárias, extraídas através de instrumentos formais de coleta de dados. Silva, por sua vez, ao propor a necessidade de uma maior aproximação do pesquisador com os grupos observados, utiliza como base de sua investigação empírica sua vivência nas favelas, consideradas por ele como o "coração ecológico da marginalidade".

O objeto de estudo do autor constitui-se no trabalho manual urbano, centralizando sua atenção nos setores que considera menos "s sofisticados" da mão-de-obra – trabalho pouco ou nada qualificado – e na atividade econômica em geral, ou seja, a que se caracteriza pela reduzida formalização jurídico-institucional. É justamente esta última característica que fundamenta o modelo de análise construído por Silva, à medida que este se baseia no fato de as atividades aí incluídas proporcionarem ou não uma certa proteção jurídica e reconhecimento social. Em

⁴ O mercado formal de trabalho basear-se-ia em um tipo de emprego que tem uma definição legal e como característica o fato de o trabalhador vender sua força de trabalho a um único empregador, de modo contínuo e regular. Já no mercado não formalizado, não haveria reconhecimento jurídico, e o trabalhador estaria submetido a uma multiplicidade de "patroes", geralmente consumidores de serviços pessoais. Além disso, esse mercado de trabalho é instável no que se refere à continuidade do trabalho.

suma, em função da existência ou não de normas jurídicas regendo as relações de trabalho, o autor distingue os *mercados formal e não formalizado de trabalho*, tentando caracterizá-los a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores.

O emprego⁵ típico do mercado formal de trabalho proporcionaria, via de regra, carteira assinada⁶, possibilidade de fazer jus aos direitos e deveres previstos na legislação trabalhista, proteção salarial (salário mínimo, salário-família, décimo terceiro salário, férias remuneradas, etc.), proteção ao emprego, bem como benefícios ligados à previdência social⁷. Além dessas vantagens diretamente vinculadas ao reconhecimento legal do trabalhador, a participação no mercado formal de trabalho apresentaria, em tese, algumas outras, tais como garantia de assistência médica, acesso a financiamentos, etc.

Embora reconhecendo como traço típico do setor formal a existência de carteira assinada e as vantagens dela decorrentes, o autor admite a insuficiência desse critério, uma vez que persistiria um enorme volume de irregularidades jurídicas nas relações de trabalho, particularmente nas empresas capitalistas de pequeno porte. Constatou ele que existem diversos tipos de fraudes a que recorrem as firmas legalmente registradas - prática de "venda" total das férias, registro de "contrato-fantasma⁸ de trabalho", etc. -, todos eles dizendo respeito a re-

⁵ O autor denomina diversamente a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, seja este formal ou não formalizado. No primeiro caso, seria emprego, e no segundo, ocupação.

⁶ Expressão utilizada para indicar que o contrato foi transcrito na carteira de trabalho do empregado, assinado pelo empregador e registrado no Ministério do Trabalho.

⁷ Deve-se observar que os benefícios proporcionados pelo INAMPS não são exclusivos aos trabalhadores assalariados, mas estendem-se também a empresários, profissionais liberais e trabalhadores autônomos, desde que a atividade econômica do interessado seja reconhecida legalmente. Por outro lado, há o caso da empregada doméstica que, mesmo tendo carteira assinada, não goza desses benefícios.

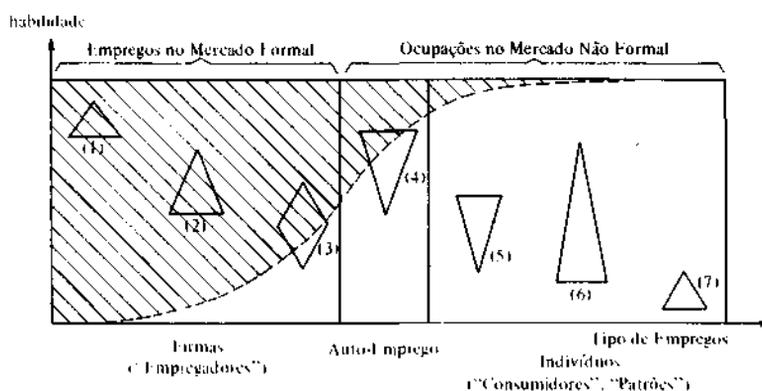
⁸ Segundo esse contrato, geralmente o empregado exerce funções não qualificadas, recebendo, em consequência, salário mínimo, quando, na verdade, as funções efetivamente desempenhadas por ele são qualificadas, às quais equivaleria, portanto, um salário mais elevado.

cursos legais que ocorrem dentro das normas jurídicas que organizam e regulam as relações formais de trabalho. Apesar dessas irregularidades, o trabalhador ainda conservaria o reconhecimento legal de sua atividade, embora tivesse seus direitos lesados. Há casos, entretanto, em que esse reconhecimento é parcial ou inexistente, mesmo que a unidade produtiva se encontre regida aparentemente por relações formais de trabalho. Um exemplo comum é a recusa de uma empresa em assinar a carteira de trabalho do empregado, evitando com isso a criação de vínculos empregatícios legais e, em decorrência, despesas adicionais com encargos trabalhistas. No entanto o tratamento recebido pelo trabalho é idêntico ao do que possui a situação perfeitamente legalizada, exceto quanto aos benefícios da previdência e ao reconhecimento social.

Silva adiciona outros critérios para a diferenciação dos mercados formal e não formalizado de trabalho. Segundo ele, por mercado formal de trabalho entende-se ainda um tipo de emprego que geralmente apresenta uma definição legal, caracterizando-se por ser estável, no sentido de ser contínuo e regular, e pelo fato de o trabalhador vender sua força de trabalho a um único empregador. Por seu lado, o mercado não formal abrangeria uma gama variada de ocupações que são exercidas sem o reconhecimento jurídico e nas quais não se verifica a presença de um único empregador, mas uma multiplicidade de "patrões", ou seja, os consumidores dos serviços prestados pelos indivíduos integrados nessa categoria de trabalho. Outras características seriam a flexibilidade, em termos do preço dos serviços prestados, e a instabilidade, no que se refere à continuidade do trabalho. A "invisibilidade" legal juntamente com o forte significado econômico das relações pessoais fazem com que o mercado não formalizado de empregos se apresente como bastante flexível. Outra característica seria a segurança da ocupação, no sentido de que essa depende sempre e apenas do próprio trabalhador, dado que ele pelo menos não encontra restrições de ordem jurídico-institucional ou burocrática.

No entanto isto não implica "independência" do trabalhador, pois a característica típica das relações de trabalho no mercado não formalizado é a substituição da proteção legal pelas tentativas, às vezes inócuas, de estabelecimento de laços de clientela. As características de flexibilidade do mercado não formalizado de empregos permitiriam também

possibilidades de mobilidade individual bem mais generalizada do que no caso do mercado formal, dadas as limitações de ordem legal e burocrática deste último. No mercado não formal, ao contrário, a perspectiva de mobilidade não está associada a riscos adicionais, necessidade de ratificação formal ou treinamento dentro das empresas.



- (1) Empregos públicos
- (2) Empregos privados (firmas de grande porte)
- (3) Empregos privados (firmas de pequeno porte)
- (4) Ocupações por conta própria
- (5) Ocupações em biscates
- (6) Empregos Domésticos
- (7) Serviços Domésticos

NOTAS:

- a) A zona axuriada corresponde à subordinação ao aparato jurídico-institucional.
- b) A linha tracejada representa a legislação trabalhista e tributária como principal responsável pela diferenciação entre o mercado formal (MF) e mercado não formal (MNF).
- c) As figuras geométricas representam a variação interna na estabilidade em cada situação de trabalho e as respectivas proporções dos trabalhadores nos diversos níveis de estabilidade. Ex.: poucos empregados domésticos (6) têm estabilidade muito maior que os ocupados em biscates, mas para a maioria a estabilidade é menor que o mais instável biscate.

Analisando ainda os aspectos gerais relativos às situações de trabalho apresentadas por ambos os mercados, o autor conclui que os empregos no mercado formal se caracterizariam por proporcionarem ao trabalhador uma renda determinada por normas jurídico-institucionais, o que evitaria as preocupações com a estabilidade⁹. Já as ocupações no mercado não formal de trabalho trariam uma certa margem de tensão, representada pela responsabilidade pessoal no preenchimento do tempo de trabalho. Além disso, o nível de renda seria determinado pela habilidade da atuação pessoal do trabalhador.

Para Silva, existe ainda uma diferença básica entre os mercados formal e informal de trabalho, a qual se refere à propriedade dos instrumentos de trabalho utilizados. Assim, embora ambos os mercados se refiram à venda de força de trabalho, é só no mercado formal que ela se apresenta em "estado puro", isto é, cabe à empresa encarregar-se de proporcionar os instrumentos e condições necessárias ao trabalhador para o desempenho de suas tarefas. Ao contrário, no caso do mercado não formal, para vender seu trabalho, o próprio trabalhador precisa possuir seus instrumentos de trabalho.

Preocupando-se em definir as ocupações que fazem parte do mercado não formalizado de trabalho, Silva aponta o "biscate" como a categoria típica, uma vez que apresenta condições de trabalho nas quais se verifica mais intensamente o caráter de informalidade. Nessa categoria, incluir-se-iam aqueles que, embora possam possuir um certo treinamento, têm seu mercado de trabalho caracterizado por uma alta oferta de trabalho (caso da construção civil), aqueles que apresentam conhecimentos incompletos de profissões de alta procura (serviços de manutenção da indústria automobilística) ou ainda aqueles sem nenhuma qualificação (trabalhador braçal). Outros tipos de ocupação seriam o trabalho autônomo, que inclui o trabalho por conta própria com a situação regularizada, e as atividades domésticas. Quanto aos trabalhadores por conta própria, estes constituem-se de indivíduos que apresentam um bom trei-

⁹ O autor entende por estabilidade a possibilidade de o trabalhador ocupar economicamente o tempo útil disponível sem interrupções.

namento em profissões de alta procura e baixa oferta de força de trabalho (mecânicos de automóveis, marceneiros, etc.). Considerando que existe uma intensa mobilidade de mão-de-obra entre o mercado formal e o mercado não formal, bem como entre os tipos de emprego/ocupação no interior de cada um deles, e que ainda é comum o exercício paralelo de mais de um tipo de emprego/ocupação, Silva sugere a necessidade de considerar com reservas qualquer tratamento muito polarizado do mercado urbano de trabalho. Em função disso, ele estabelece as relações entre ambos os mercados através de um gráfico (Silva, op. cit., p. 54), onde, segundo ele, se pode visualizar o "continuum de empregos", e onde estão colocados, em pólos opostos, os mercados formal e não formalizado de trabalho.

O importante a destacar no trabalho de Machado da Silva é a sua preocupação em detalhar as diferentes situações de trabalho existentes no setor informal a partir do ponto de vista dos próprios trabalhadores. No entanto é na sua proposta teórica que se encontra a distinção entre mercado formal e mercado não formalizado de trabalho, baseada no critério tradicionalmente utilizado para diferenciá-los, isto é, segundo a forma como as atividades econômicas se organizam juridicamente. As atividades ditas formais seriam aquelas realizadas por empresas organizadas conforme o aparato legal vigente, enquanto as informais, ao contrário, caracterizam-se pela não organização de seus agentes econômicos. A insuficiência desse critério resultaria do fato de que a delimitação de um conjunto de atividades não vinculadas diretamente a setores capitalistas de produção requer um exame mais amplo e complexo do que a simples averiguação, se os ocupados nestas atividades estão ou não protegidos por leis trabalhistas e previdenciárias. Mesmo porque não são todas as atividades consideradas informais que subsistem totalmente à revelia do aparato jurídico-institucional e sem qualquer tipo de reconhecimento oficial. Por outro lado, verificam-se também abusos no uso do termo formal, dado que os vários casos de funcionamento ilegal de empresas indicam a existência de grandes variações no nível e tipo de subordinação ao aparato jurídico-institucional.

No entanto, com todas as suas limitações, esse critério contribui de alguma forma para estabelecer, grosso modo, certas fronteiras, mesmo nebulosas, na produção urbana, à medida que a ausência de proteção

e definição legal de um emprego regular e permanente se constitui em uma característica importante, mas não determinante, das relações não tipicamente capitalistas de trabalho.

Cabe destacar que o critério "forma de organização" em termos de vinculação ou não das atividades produtivas a um aparato legal, ao se constituir no elemento original e básico da diferenciação dicotomizada entre os mercados formal e informal de trabalho, será sempre um estigma que acompanhará o uso da expressão informal, ainda que em análise mais recente tenham sido acrescentados outros caracteres definidores, como se verá a seguir.

3.1.3 – Mercado informal de trabalho

Dentre os trabalhos que relacionam outros caracteres definidores do mercado informal de trabalho, destaca-se o estudo conjunto de Souza & Tokman (In: Serra, 1976). Apesar de nesse trabalho ser utilizado o termo *informal* sob perspectiva diversa de Silva, os autores também não conseguem se desvencilhar da dicotomia de que se reveste essa diferenciação do mercado de trabalho urbano.

Como traço mais geral do funcionamento do mercado informal, os autores apontam para a característica de "facilidade de entrada" em consequência do fato de ser considerado esse setor como o depositário do excedente relativo da força de trabalho urbana¹⁰. Para esses autores, o grau de facilidade de entrada dependeria tanto de fatores tecnológicos como da estrutura de mercado em que se inserem os diversos segmentos da produção informal, e essas duas condições determinantes da facilidade de entrada definiriam o caráter de informalidade das atividades. A partir do determinante tecnológico, a informalidade seria dada pela reduzida capitalização das atividades, pelo pequeno tamanho das unidades produtivas e por sua organização não formal. Esta última ca-

¹⁰ Em trabalho posterior, SOUZA critica a aplicabilidade da noção de "grau de facilidade de entrada" para identificar o setor informal como um todo. No entanto, continuará utilizando esta noção, de forma relativa, para distinguir o mercado informal do formal.

racterística implica a definição dos setores conforme a natureza das suas relações de produção, distinguindo-se o setor informal pelo fato de nele não ocorrer uma divisão entre os proprietários dos instrumentos de trabalho e os da força de trabalho, e, conseqüentemente, por o salário não se constituir em uma remuneração do trabalho. Em contrapartida, nas atividades organizadas formalmente, prevaleceriam as relações capitalistas, diferenciando-se a propriedade do capital da do trabalho.

No entanto, para os autores, essas condições – escassa organização, tecnologia simples ou reduzida diferenciação na propriedade dos meios de produção – não seriam suficientes para definir a parcela da população que vive em condições de pobreza, à medida que, ao mesmo tempo que identificam o setor não organizado, acabam por incluir também atividades, cuja execução permite obter um nível satisfatório de renda. Como ambos os setores – formal e informal – destinam sua produção ao mercado, os autores agregam um outro determinante de suas características, ou seja, o tipo de estrutura de mercado em que se inserem, uma vez que a informalidade seria limitada às atividades existentes em estratos de mercado onde se pudesse verificar a facilidade de entrada. Embora essa condição só se verifique plenamente em um mercado com características de concorrência perfeita, é possível encontrar em um mercado oligopólico, aparentemente único, franjas diferenciadas onde predomine uma certa competitividade¹¹. Em suma, a delimitação das atividades informais seria dada pela reunião dessas duas condições que determinam a facilidade de entrada (tecnologia e estrutura de mercado), já que, dessa forma, seria possível distinguir os setores que dão ocupação a grupos com rendas insuficientes.

¹¹ Os autores fazem uma distinção entre duas formas em que podem-se apresentar os mercados oligopólicos, de modo a explicitar melhor os espaços intersticiais por onde penetram as atividades informais. A primeira forma se constituiria no mercado oligopólico concentrado, onde predomina um reduzido número de grandes empresas que mobilizam o mercado. A segunda seria o oligopólio diferenciado, onde existem mercados específicos determinados pelas diferenças de qualidade do bem produzido. A partir desta distinção, admitem a possibilidade de inserção da produção informal na "base da pirâmide de oferta" dos mercados oligopólicos concentrados.

São identificadas também no setor informal duas características econômicas¹². A primeira delas, resultante das próprias características de funcionamento do setor, seria a inferioridade dos níveis médios de renda percebidos pelos ocupados nas atividades informais em relação ao setor formal. Mais do que isso, são reduzidas as possibilidades do aumento desses níveis de renda no mesmo ritmo de crescimento da ocupação do setor, visto que essas atividades tendem a perder posição relativa em um mercado oligopolizado em expansão. Isso se deve ao fato de que, como as pequenas empresas estão impossibilitadas de produzir bens e serviços em grande escala, sua subsistência nas franjas de um mercado oligopolizado é garantida somente enquanto o tamanho do mercado não viabilizar a penetração e instalação de grandes empresas. A segunda, a concentração de ocupações informais em determinadas atividades, como o comércio, a indústria manufatureira (alimentação, confecções, calçados e móveis) e os serviços pessoais. Nos dois primeiros casos, como o mercado é oligopólico ou se encontra em vias de tornar-se oligopólico, não haveria perspectiva de crescimento das atividades informais aí localizadas. No caso dos serviços pessoais, embora se apresentem perspectivas favoráveis no que se refere à existência de um mercado competitivo, sua demanda global não apresenta uma tendência significativa de crescimento.

Resumindo, Souza e Tokmann definem o setor informal como o "(...) conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas¹³ que utilizam processos tecnológicos simples e que se encontram, além disso, inseridas em mercados competitivos ou na 'base' da estrutura produtiva, no caso dos mercados oligopólicos concentrados" (Souza & Tokman, In: Serra, op. cit., p. 156).

¹² Embora as características apresentadas para o setor informal resultem de uma pesquisa realizada em quatro países latino-americanos (Equador, El Salvador, Paraguai e República Dominicana), elas podem ser, em certa medida, consideradas como atributos gerais da informalidade.

¹³ Aqui o sentido de não organização se refere não só à ausência de organização em termos capitalistas, isto é, não distinção entre a propriedade do trabalho e a do capital, mas também à falta de organização jurídica, incluindo aí mesmo empresas de pequeno porte que, apesar de capitalistas, não obedecem à legislação social.

Em trabalhos posteriores, Souza (1980) aponta três problemas sérios nessa definição do setor informal. O primeiro seria de ordem conceitual, uma vez que essa visão implicaria uma segmentação do mercado, no qual o setor formal comporia o "circuito superior da economia", e o setor informal, o "circuito inferior", frente de ocupação dos pobres e da produção destinada a eles.

O segundo problema detectado por Souza refere-se ao alto nível de generalização do conceito de setor informal, ignorando, dessa maneira, a grande heterogeneidade interna que ele apresenta¹⁴. O autor admite que, nessa definição, Tokmann e ele estavam misturando

"(...) desde as pequenas empresas familiares (como as padarias, oficinas mecânicas, etc.) até os vendedores ambulantes, engraxates e empregadas domésticas, passando inclusive por pequenas empresas que utilizam basicamente trabalho assalariado com certa qualificação ("microindústria", mecânica, metalúrgica, etc.)" (Souza, 1980, p. 31).

Além disso, o tratamento agregado do setor teria repercussões sérias no que se refere a proposições de política econômica, uma vez que, conforme Souza,

"(...) tende-se a falar em apoio ao setor informal em geral sem especificar que, quando se baixa o nível de análise, as unidades que em princípio seriam aptas a serem 'promovidas' seriam as mais prósperas e menos 'problemáticas', ficando o grosso do que é o 'excedente de mão-de-obra' fora do alcance de qualquer medida, confinado nas atividades realmente marginais" (Ibidem).

Finalmente, em consequência do alto nível de generalização do conceito, tem-se o terceiro problema, que diz respeito à caracterização básica do setor ter sido dada pelo "grau de facilidade de entrada" de novos produtores, não havendo distinção desse grau para as diferentes atividades.

¹⁴ Segundo SOUZA, embora na época eles tivessem presente a idéia de heterogeneidade do setor informal, tentaram buscar um conceito globalizante de formas muito díspares.

3.1.4 – Formas de organização não capitalistas

Em trabalhos recentes, Souza (1980, cap. 1) propõe uma abordagem alternativa para o exame do que ele passa a denominar de *formas de organização não capitalistas*¹⁵. O autor avança em suas concepções iniciais, principalmente no que se refere ao tratamento específico e particularizado que confere à caracterização das diversas atividades organizadas sob esses moldes produtivos.

Na sua proposta metodológica, para o exame das formas de organização não tipicamente capitalistas, Souza reúne-as basicamente em dois grandes grupos, especificando, para cada categoria, suas características gerais de funcionamento, particularmente no que se refere ao grau de facilidade que o acesso a elas apresenta.

O primeiro grupo é constituído das formas de organização mercantil simples, sem assalariamento permanente, quais sejam, as empresas familiares, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores por conta própria subordinados, os pequenos vendedores de serviços e as empregadas domésticas. No caso das empresas familiares e trabalhadores autônomos, geralmente concentrados no pequeno comércio estabelecido, na pequena indústria (padarias, confecções, serralherias), nas oficinas mecânicas, etc., o acesso a esse ramo de atividades é dificultado por dois motivos. Primeiro, pelos requerimentos em equipamentos e instalações que tais empreendimentos exigem, bem como pela proteção que essas empresas gozam em termos de reserva de mercado, isto é, acesso a mercados protegidos da competição de outras unidades mercantis simples. Essa proteção de mercado deriva de suas próprias características de funcionamento – atomização, política de clientela, relações pessoais, etc.

Os trabalhadores por conta própria subordinados, por sua vez, são indivíduos que aparentemente trabalham autonomamente, mas que na verdade estão subordinados a um só capital¹⁶. Conforme Souza, "Trata-se de

¹⁵ Na verdade, SOUZA não se atém a um conceito único utiliza como mesmo sentido as expressões "pequena produção mercantil", "produção não tipicamente capitalista", etc.

¹⁶ Enquanto Prandi elimina essa categoria de sua análise – os falsos autônomos –, Souza a entende como uma forma particular de subordinação ao capital, passível de ser classificada como produção não tipicamente capitalista.

uma forma especial de assalariamento e submissão de trabalhadores, que empresas *dos mais diversos portes e graus de modernidade* utilizam para rebaixar alguns custos de mão-de-obra" (Souza, 1980, p. 33-4). Como exemplo dessas ambíguas relações de trabalho, têm-se as costureiras que trabalham a domicílio - mas que de fato são contratadas por tarefas pelas fábricas - e os vendedores ambulantes de produtos de certas marcas - sorvetes, bebidas, etc. - que recebem "comissão" por unidade vendida. Aqui o grau de facilidade de entrada é maior do que na categoria anterior, disso resultando a depressão da renda média dos ocupados nessas atividades.

A categoria dos pequenos vendedores de serviços, ao contrário das demais, envolve o conjunto de trabalhadores autônomos que não se encontram protegidos pelo lado dos equipamentos ou pela reserva de mercado em que atuam (caso das empresas familiares e trabalhadores autônomos especializados) e nem estão subordinados a um só capital (caso dos trabalhadores autônomos subordinados). Cabe ressaltar que Souza alerta para a possibilidade de existir alguma vinculação dessas atividades com o capital, à medida que algumas de suas operações são financiadas. No entanto essa subordinação não está vinculada à atividade principal do indivíduo. Em relação às demais, essa categoria é a que permite uma maior liberdade para entrada de novos produtores, e, em consequência, a "renda média", tal como no caso anterior, torna-se a variável de ajuste entre o espaço econômico disponível para essas atividades e o número de indivíduos nelas ocupados.

O serviço doméstico, por sua vez, constitui-se em um caso singular frente às demais ocupações não tipicamente capitalistas. Sua especificidade é dada pelo fato de, ao se constituir em trabalho assalariado, não se encontrar subordinado a um capital, mas sim, a uma unidade não econômica - a família. A unidade econômica, nesse caso, é a própria empregada doméstica que, à medida que vende seus serviços, se iguala, como categoria ocupacional, aos demais trabalhadores autônomos. Embora a facilidade de entrada nesse mercado de trabalho seja bastante ampla, ao ser relativizada pelo estabelecimento de relações pessoais, deixa de se constituir em um mercado competitivo com uma taxa de salário vigente para o serviço doméstico como um todo.

O segundo grupo de atividades, mencionado na tipologia de Souza,

englobaria o que ele denomina de as "quase-empresas capitalistas", cujos traços definidores seriam o fato de utilizarem permanentemente mão-de-obra assalariada (traço capitalista) e de o patrão estar envolvido no processo produtivo (traço não tipicamente capitalista). A introdução dessa categoria na análise das ocupações não tipicamente capitalistas é importante, pois reúne pequenas empresas que, embora apresentem traços capitalistas, se distinguem das empresas capitalistas propriamente ditas pela sua própria dinâmica de funcionamento, a qual se aproxima bem mais daquela apresentada pelas empresas familiares. A semelhança com as empresas familiares é dada, por um lado, pelo fato de a taxa de lucro não se constituir na variável-chave do funcionamento dessas empresas, mas sim no nível de rendimento total auferido pelo proprietário. Por outro lado, sua inserção no mercado também é intersticial, não existindo a competição com outros capitais. O assalariamento nessas empresas apresenta algumas particularidades, tais como a predominância de relações não formalizadas legalmente, rigidez no que se refere ao cumprimento do horário de trabalho, etc. O nível de operações dessas empresas permite a manutenção de um nível "adequado" de renda pelo proprietário, mas insuficiente para garantir uma remuneração da mão-de-obra assalariada dentro dos níveis da legislação vigente. Dada a dificuldade de acesso a essas atividades para novos produtores, tal como ocorre no caso das empresas familiares, o "produto médio" dessas empresas não se caracteriza como a "variável de ajuste" desse mercado entre o volume de operações e o número de produtores.

Uma contribuição importante desta metodologia de análise proposta por Souza refere-se ao fato de que ela permite constatar a grande heterogeneidade de situações que se apresentam entre as ocupações não tipicamente capitalistas. Na verdade, Souza logra reunir, em sua classificação, toda uma gama variada de ocupações que se organizam de forma diversa do padrão dominante. Deve-se ressaltar também que, ao detectar a existência desse tipo de ocupações, Souza passa a caracterizá-las a partir de critérios que não implicam comparar o funcionamento destas atividades com o das atividades organizadas sob moldes capitalistas. Ou seja, a perspectiva de análise do autor é a própria dinâmica interna de funcionamento das atividades não tipicamente capitalistas. A percepção de um leque variado de situações de trabalho na chamada pequena produ-

ção permite também constatar uma variedade muito grande no que se refere à situação econômica dos nela ocupados, conforme a atividade onde se acham inseridos. No caso dos vendedores de serviços, trabalhadores por conta própria subordinados e serviço doméstico — que constituem a maior parte da ocupação não tipicamente capitalista —, as rendas por eles auferidas não são inferiores à média dos salários de ocupações afins, como particularmente nas regiões periféricas são inferiores ao próprio salário mínimo.

Enfatiza o autor que o que está determinado pelo núcleo capitalista é o espaço econômico dessas atividades e não a sua dimensão ocupacional, que varia conforme o tipo específico da atividade e a cuja variação correspondem ajustamentos na renda média dos indivíduos aí ocupados. Por exemplo, nas atividades onde a entrada de novos produtores é mais difícil devido ao seu nível de capitalização, o nível de ocupação é menor, e a renda auferida, superior a das atividades onde se verifica maior facilidade de entrada. Nessas, o fácil acesso faria com que a renda média dos ocupados dependesse não só do tamanho do mercado a que destinam sua produção, mas principalmente do número de trabalhadores aí alocados. Nesse caso, a renda média funcionaria como uma variável de ajuste que determinaria, em última análise, a quantidade de ocupados no setor. Em suma, para o autor, o produto médio das atividades mercantis simples será a variável de ajuste entre o tamanho do espaço econômico que ocupam e o número de produtores nelas engajados, no caso de atividades que apresentam uma certa facilidade para a entrada de novos produtores. Como ilustra Souza, "O espaço econômico da pequena produção assemelha-se a uma esponja. A quantidade de água contida é variável e corresponde à dimensão ocupacional da produção não tipicamente capitalista" (Souza, 1981, p. 60, nota 6). Isto porque a penetração das formas não tipicamente capitalistas no espaço econômico e sua gravitação sobre o emprego são regidos por leis completamente diferentes e além do que sem motivos para se harmonizarem. "A única lei que relaciona os dois movimentos é a de que nunca o capital pode-se reproduzir se não contar com a mão-de-obra necessária" (Ibidem). Essa oferta de trabalho para o capital deve ser superior a um mínimo, mas pode também ser muito superior às necessidades capitalistas. Nesse caso, havendo um considerável retorno de força de trabalho a essas formas de organiza-

ção em busca de sua subsistência, o espaço no qual atuará poderá não ser suficiente para garantir um nível adequado de renda. Conforme Souza, "Se a relação entre as duas dimensões for 'adequada', o nível de renda será alto; se não o for, relegará à miséria uma parte grande desse contingente de pessoas" (Ibidem). Em suma, a baixa renda auferida pelos ocupados na pequena produção mercantil resultaria de uma relação inadequada entre o tamanho do espaço econômico onde atuam e sua dimensão ocupacional.

3.1.5 – Produção não capitalista

O trabalho conjunto de Carvalho e Souza (In: Souza & Faria, 1980) apresenta a mesma preocupação do estudo de Paulo Renato de Souza, qual seja, a de tentar particularizar as diferentes situações de emprego com base em relações de produção não capitalistas.¹⁷

Tendo como objeto de estudo a cidade de Salvador, as autoras verificaram que, a despeito de sua expansão industrial e da consequente absorção de força de trabalho pelos setores capitalistas, subsistem ou até mesmo se expandem atividades caracterizadas por formas produtivas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Constataram as autoras que

"A produção para o autoconsumo, o trabalho doméstico e, particularmente, a produção simples de mercadorias ocupam ainda uma grande parcela da sua população, quase sempre em condições de trabalho bastante precárias, baixa produtividade e uma extrema pobreza, ainda que esses trabalhadores não tenham a exclusividade dessa situação" (Carvalho & Souza, op. cit., p. 71).

Tal como ocorre em outras regiões caracterizadas por um desenvolvimento dependente, esse fenômeno constitui-se em um traço marcante de avanço da urbanização na periferia do mundo capitalista.

¹⁷ O trabalho apresenta também uma preocupação empírica, uma vez que, além de utilizarem dados de uma pesquisa sobre problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia e outras informações disponíveis, as autoras realizaram observação direta de algumas das atividades analisadas, bem como entrevistas com os participantes destas atividades.

Trabalhando com a categoria *produção não capitalista* e considerando somente as atividades que constituem meio de vida dos estratos mais baixos da população¹⁸, as autoras constatam que o conjunto dessas ocupações não apresenta uma homogeneidade interna em termos de funcionamento e perspectiva de sobrevivência. Ao estudarem o movimento de expansão e contração dessas atividades em Salvador, concluem que o avanço do capitalismo determina tendências diversas para essas atividades organizadas sob formas não tipicamente capitalistas. Isso significa que algumas dessas atividades entram em processo de extinção — como resultado das modificações do consumo ou da penetração do capital —, outras apenas sobrevivem, absorvendo grandes parcelas da população ocupada, e outras, ainda, surgem e expandem-se em espaços abertos pelo próprio processo de expansão industrial. A partir daí, as autoras constroem uma tipologia das atividades não capitalistas, tendo em vista as tendências detectadas no que se refere às suas relações com o capital.

No grupo de atividades que tendem a ser destruídas pela expansão da produção em moldes capitalistas, destacam-se aquelas ocupações geralmente realizadas por conta própria, como engraxates, bordadeiras e serzideiras, carroceiros, carregadores, sapateiros, alfaiates, vendedores de produtos alimentares a domicílio (verdureiros por exemplo), etc. Em geral, esse conjunto de produtores é expulso do mercado por não apresentar condições de competitividade face à produção em grande escala, organizada em moldes capitalistas. É o caso, por exemplo, do serviço de abastecimento alimentar realizado por vendedores a domicílio que gradativamente passou a ser realizado pelas redes de supermercados.

No segundo grupo de atividades — aquelas caracterizadas pela grande absorção de mão-de-obra —, destacam-se o serviço doméstico assalariado ou por conta própria, artesanato tradicional, pequeno comércio ambulante ou estabelecido, prestação de serviços pessoais e uma parte das ocupações vinculadas à construção civil realizada por trabalhadores autônomos.

¹⁸ Não foram examinados os autônomos de nível superior e os trabalhadores vinculados ao setor estatal, dada a ênfase do trabalho nos meios de vida dos estratos mais baixos da população. Além desses, por falta de informações suficientes, não foi considerada a produção para o autoconsumo.

No caso do serviço doméstico, a expansão do mercado para esta ocupação está ligada ao próprio tipo de desenvolvimento, o qual tende a alargar cada vez mais as camadas altas e médias e, conseqüentemente, seu respectivo nível de consumo. Isso implica uma maior utilização de pessoal assalariado no desempenho de serviços pessoais — limpeza de roupas e da habitação, cuidado com crianças, alimentação. A opção pela execução desses serviços no seu próprio âmbito doméstico garante a essas camadas menor custo e mais conforto do que se estes fossem prestados por empresas especializadas — lavanderias, creches, restaurantes, etc. No entanto, como mostram as autoras,

"(...) é possível] que as condições de trabalho normalmente oferecidas e a grande desvalorização social dessas ocupações desviem parte da oferta de trabalho feminina para outras atividades, que atualmente se expandem ou se abrem à participação das mulheres" (Carvalho & Souza, op. cit., p. 87).

É o caso, por exemplo, dos serviços de limpeza pública, organizados por empresas capitalistas, que vêm absorvendo um grande número de mulheres.

Já o artesanato tradicional, de que se ocupam costureiras, doceiras, vendedores de comida e, em menor escala, sapateiros, fabricantes de produtos alimentares, de vestuário e de outros pequenos objetos — ocupações estas geralmente executadas por mulheres em suas próprias residências e em tempo parcial —, encontra-se bastante ameaçado pela produção que vem-se organizando em moldes capitalistas e, em conseqüência, tende a passar gradativamente para o grupo de atividades em extinção.¹⁹ Há porém, um outro segmento de produção artesanal que se mantém funcionando devido a uma grande compressão dos ganhos de seus produtores, voltado ao atendimento das camadas de população de baixa renda, já que o

¹⁹ Em seu trabalho, Lopes (1968), ao analisar o artesanato do Nordeste, explica a sua forte tendência ao declínio pela crescente incorporação da produção ao mercado baseado na produção capitalista. Como produtos artesanais que ainda subsistem, o autor destaca os de cestaria, bordados, cerâmica, artefatos de metal e de couro, os de tecelagem manual, charutos e cigarros, os de joalheria e os de ourivesaria. Estas atividades de baixa renda destinam-se a atender populações que apresentam precárias condições de vida e que não têm condições de adquirir esse tipo de mercadorias no mercado capitalista.

consumo de produtos similares fabricados por empresas capitalistas é proibitivo. Há ainda uma outra parte da produção artesanal – ligada à fabricação de produtos típicos regionais – que, ao contrário das demais, tem-se expandido largamente com base na transformação do valor de uso de suas mercadorias e no atendimento de um mercado de altas rendas.

O mesmo processo que vem afetando o artesanato em geral tem atingido também o pequeno comércio, realizado por vendedores ambulantes, feirantes, proprietários de pequenos estabelecimentos, etc. A sobrevivência desses pequenos comerciantes em condições precárias é viabilizada pela sua permanência na periferia das cidades, onde geralmente se localiza um amplo contingente populacional de baixa renda, para o qual fornecem bens e serviços em condições "mais facilitadas".²⁰ Isto é, os hábitos de compra dessa camada urbana de baixa renda explicam-se, essencialmente, pelas relações pessoais que se estabelecem entre o vendedor e o comprador, pela possibilidade de venda a crédito (fiado), pela proximidade entre as unidades do pequeno comércio e as moradias, pela freqüência de compras, pelo extremo fracionamento da venda dos produtos a varejo, etc. Além disso, sua manutenção também é garantida pelo fato de que o nível de renda da população que atendem e os consequentes tamanho e características desse mercado consumidor são insuficientes para atrair investimentos capitalistas.

Quanto às demais ocupações desse segundo grupo de atividades – prestação de outros serviços pessoais ou ocupações ligadas à construção civil –, atendem, conforme os requisitos conjunturais do mercado, tanto os estratos de renda alta como a população de baixa renda.

Carvalho e Souza concluem que

"(...) ainda que alguns dos produtores que compõem esse segundo conjunto analisado possam usufruir melhores condições de trabalho ou maiores níveis de renda, a maior parte deles se caracteriza por ganhos inferiores, instabilidade ocupacional, desvinculação da pro-

²⁰ Na verdade, embora as condições específicas em que se dão as vendas do pequeno comércio localizado na periferia urbana tendam realmente a facilitar o consumo das camadas de baixa renda, os preços das mercadorias propendem a ser mais elevados do que os dos produtos comercializados por empresas comerciais modernas, tais como os supermercados.

teção trabalhista e previdenciária, jornadas parciais ou extremamente prolongadas de trabalho e níveis de vida bastante precários" (Carvalho & Souza, op. cit., p. 89).

Ao contrário das demais, no terceiro grupo, encontra-se o segmento privilegiado do conjunto das atividades organizadas sob moldes não capitalistas. Nele incluem-se os serviços prestados pelas pequenas oficinas metalúrgicas, elétricas e aquelas voltadas à reparação e à manutenção de automóveis, o artesanato moderno (produção de artigos regionais para o consumo turístico) e os serviços pessoais especializados — encanadores, eletricitas, pintores, marceneiros, etc.

Os serviços prestados por esse segmento foram criados ou dinamizados justamente para atender a uma demanda que responde às necessidades e características do processo de desenvolvimento. A demanda que impulsiona o crescimento dessas atividades provém, de um lado, das empresas capitalistas, as quais contratam temporariamente trabalhadores autônomos para a realização de certas tarefas especializadas. A prestação desse tipo de serviços, como instalação, reparação ou manutenção, é funcional para a expansão das grandes indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, uma vez que suas mercadorias são objeto destes serviços. De outro lado, a demanda resulta da ampliação dos estratos mais elevados de renda e da respectiva diversificação do consumo de novos bens industrializados (automóveis, artefatos elétricos e eletrônicos, etc.), os quais passam a exigir serviços de manutenção.

A possibilidade de sobrevivência imediata desse segmento no conjunto da economia é dada pelo próprio desinteresse do capital nesse tipo de setor, onde a produção não pode ser padronizada, nem mesmo ser organizada em escala maior. Além disso, o funcionamento nesses moldes é eficiente, uma vez que não requer uma maior qualificação e permite uma maior flexibilidade no atendimento de casos individuais.

No entanto, a médio ou longo prazos, sua existência tenderá a ser ameaçada pelo investimento capitalista, à medida que seu mercado consumidor se tornar suficientemente amplo e, deste modo, vantajoso para o capital. Um exemplo disso é o caso do mercado das atividades voltadas à manutenção e à reparação de veículos que, enquanto antes era quase exclusivamente ocupado pelas pequenas oficinas mecânicas, passa agora a ser disputado pelas oficinas autorizadas.

Independentemente das tendências específicas e diversas que apresentam as atividades organizadas sob as formas não capitalistas, os autores concluem que, em geral, estas atividades realizadas autonomamente pela população de baixa renda têm apresentado uma significativa importância na cidade de Salvador. Embora o crescimento dessas ocupações tenha-se dado, a partir da década de 50, em menor ritmo que a expansão do emprego assalariado oferecido pelas empresas capitalistas e pela administração pública, verifica-se que, em termos absolutos, houve uma considerável expansão da mão-de-obra ocupada nessas atividades.

3.1.6 – Trabalho autônomo

Distinguindo-se dos demais autores, Prandi (1978) não tem a preocupação de definir uma categoria cujo nível de abrangência esgotasse todas as atividades comumente consideradas como não tipicamente capitalistas. Embora não tendo a pretensão de construir uma tipologia para a classificação e a caracterização da produção não capitalista, seu trabalho acha-se aqui incluído por tratar da categoria *trabalho por conta própria*²¹, um caso típico desta forma de produção.

Essa categoria, para Prandi, reúne todos aqueles trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas depende basicamente do uso de sua própria força de trabalho ou da força de trabalho familiar. Nesse grupo de trabalhadores estão incluídos os artesãos, os pequenos vendedores, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos e os prestadores de serviços pessoais que, ao trabalharem em condições de produção ou de prestação de serviços que não requerem capital, dispõem de um baixo nível de qualificação para o trabalho e vivem em situação material precária²². O autor inclui também nessa categoria aqueles que

²¹ Prandi utiliza como sinônimos as expressões *trabalhadores por conta própria*, *trabalhadores autônomos*, *trabalhadores independentes* ou *auto-empregadores*.

²² "(...) la finalidad de su producción sería simplemente ganar para vivir y no incrementar su riqueza como ocurre en la producción capitalista; (...) em ese caso no será más que um término médio entre el capitalista y el obrero" (Marx, apud Prandi, op.cit., p.25).

considera "bem sucedidos economicamente"²³ e que estariam misturados às "classes médias assalariadas", bem como os profissionais liberais e os técnicos não submetidos a assalariamento. A sobrevivência do trabalhador por conta própria, em uma economia capitalista de produção industrial, depende de duas condições fundamentais. A primeira deriva da própria definição desse tipo de atividade, ou seja, o trabalhador deve estar em condições de produzir para o mercado com base na propriedade de seus próprios meios de produção. A segunda condição refere-se à necessidade de que esses bens e serviços produzidos sejam socialmente úteis ou, em última análise, apresentem uma certa demanda no mercado.

A característica fundamental inerente a todos esses trabalhadores é o fato de não possuírem qualquer vínculo empregatício, quer como empregados, quer como empregadores. Prandi chama atenção para a necessidade de se tentar excluir, nas análises empíricas, o trabalhador assalariado disfarçado de autônomo, ou seja, aquele que recebe remuneração por tarefa executada²⁴.

A diferenciação dos autônomos em relação aos trabalhadores assalariados é determinada pelo fato de sua exploração não se realizar a não ser em um circuito mais amplo da reprodução da sociedade, enquanto os assalariados se constituem em agentes diretos da acumulação de capital, a qual se realiza através da extração do sobretrabalho. Note-se, portanto, que, tal como Kowarick, Prandi percebe que essas categorias implicam formas diferentes de inserção na estrutura produtiva e, deste modo, diferentes maneiras de submissão ao capital. A contribuição maior de Prandi parece residir em sua análise de como a submissão ao capital assume formas diversas e específicas, segundo as relações que o capital estabelece com as diferentes categorias de trabalhadores. Ou seja, admite que

"Se a forma clássica de exploração que permite a reprodução do capital, simples e ampliada, é a extração da mais-valia, muitas outras formas de exploração existem; e existem de forma a permitir a exploração pela mais-valia" (Prandi, op. cit., p. 44).

²³ Embora a análise de Prandi envolva também os autônomos "bem sucedidos economicamente" — isto é, relativamente aos demais trabalhadores que vivem em condições precárias —, eles não serão tratados aqui uma vez que não constituem o objeto de estudo deste trabalho.

²⁴ É o caso do falso autônomo mencionado também em Souza e Singer.

Da mesma forma que os autores anteriormente examinados, Prandi enfatiza o fato de o trabalho por conta própria constituir-se em um dado estrutural, particularmente nas economias latino-americanas, onde ele adquire uma certa especificidade no sentido de ser um elemento próprio do processo de acumulação na região. Em consequência, contrapõe-se à caracterização do trabalhador autônomo como trabalhador marginal, uma vez que

"Nomear o trabalho por conta própria como trabalho marginal e passar a encará-lo simplesmente a partir desta condição definidora é ignorar que, no conjunto global dos fenômenos sociais, as relações não constituem simplesmente um sistema de relações lógicas e imediatas" (Prandi, op. cit., p. 44).

Isso significa dizer que, mesmo a existência do trabalho autônomo não estando contida na lógica do capitalismo — que pressupõe relações de assalariamento —, não há porque supor ausência de exploração e desse modo criar categorias conceituais de marginalidade. Isso só se justificaria caso se esquecesse

"(...) que por trás da reprodução da sociedade está sempre ocorrendo a reprodução de uma estrutura de classes sociais, e que cada classe, qualquer que seja, não tem nenhum sentido se isolada das demais, como se fossem as classes sociais entidades autodefiníveis e por isso mesmo extirpáveis para a 'purificação do sistema', sendo que este, na verdade, não começa e nem termina nos limites destas supostas frações marginais de trabalhadores, simplesmente porque não tem limites tão imediatos" (Ibidem, p. 52).

Para Prandi, basicamente, basta aceitar o fato de que a heterogeneidade regional e setorial nas relações de trabalho seja uma condição dinamizadora do processo de acumulação, e não alheia a ele, para entender a subordinação do trabalhador por conta própria ao capital. Aparentemente, Prandi estaria opondo-se à definição de marginalidade proposta por Kowarick. Note-se, no entanto, que o significado de trabalhador marginal a que se refere Prandi é diverso daquele utilizado por Kowarick, uma vez que este também considera o trabalho marginal como componente intrínseco e necessário ao sistema capitalista. Por outro lado, há que se reconhecer que a expressão *marginalidade*, mesmo revestida do novo significado dado por Kowarick, traz implicitamente consigo o significado que lhe foi atribuído nas teorias iniciais acerca deste fe-

nômeno, ou seja, de exclusão, não-participação, desajustamento social do indivíduo, etc. De qualquer forma, a crítica de Prandi no que se refere a nomear o trabalho autônomo como marginal tem mais sentido quando referida às teorias iniciais acerca da marginalidade, quando então esse fenômeno estava plenamente revestido das noções de "atraso" e "disfuncionalidade" relativamente aos padrões "modernos" da sociedade capitalista.

3.1.7 – Produção simples de mercadorias

Distinguem-se as contribuições de Singer (In: Souza & Faria, 1980) e Jelin (jul./set., 1974), à medida que representam uma tentativa de operacionalização dos conceitos teóricos que utilizam através de uma maior aproximação com a realidade. Com base em pesquisas realizadas em Salvador²⁵, os autores definem seus conceitos, com os quais irão examinar a estrutura ocupacional da cidade. Utilizando categorias semelhantes de análise, buscam explicar a existência da produção simples de mercadorias no desenvolvimento capitalista da cidade, tentando localizá-la nos vários setores da economia urbana.

Singer admite a existência, sob o modo de produção capitalista, de outros modos de produção postos a serviço do capital, dentre eles, o modo de produção simples de mercadorias. Esta é realizada por produtores autônomos, os quais são proprietários de seus meios de produção e, conseqüentemente, de seu produto que assume a forma de mercadoria. Esse modo de produção predomina em determinadas atividades, cuja exploração não interessa ao capital, por sua organização não apresentar vantagens se realizada em grande escala.²⁶

²⁵ As análises de Singer e Jelin baseiam-se em um levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CERRAP) em colaboração com a Universidade da Bahia, em Salvador, em 1971. A pesquisa de campo abrangeu 1.115 domicílios, os quais formaram uma amostra representativa da população da cidade. As informações coletadas – principalmente acerca da atividade econômica dos entrevistados – forneceram o substrato empírico dos estudos aqui examinados.

²⁶ O autor adverte que mesmo assim algumas dessas atividades podem estar subordinadas formalmente ao capital. Exemplifica com os casos de postos de gasolina e de oficinas de conserto.

Paul Singer indica duas maneiras para identificar o modo como se organiza a produção nos diversos setores de atividade. Uma delas seria através do exame da posição do indivíduo nessas ocupações, seja ele empregado, empregador, conta-própria ou dona-de-casa. Nesse sentido, duas ressalvas são feitas por ele. A primeira refere-se à questão do assalariamento que, embora seja uma relação de produção típica do capitalismo, pode estar presente nos demais modos de produção. Na produção simples de mercadorias, seria o caso do produtor direto que dispõe eventualmente de ajudantes assalariados. Tal como Souza²⁷, Singer observa que a característica da produção simples de mercadorias não se constitui na ausência total de relações de assalariamento, mas sim no fato de o proprietário dos meios de produção participar diretamente do processo produtivo, o que só ocorre, segundo ele, se as dimensões da empresa são reduzidas. Conforme o autor,

"(...) os empregados ocupados na produção simples de mercadorias tendem, assim como seus patrões, a produzir valor de troca, mas não-valia. Em outros termos, os preços das mercadorias por eles produzidas em geral cobrem apenas seus custos de produção, sem incluir uma margem de lucro proporcional ao valor dos meios de produção" (Singer, op. cit., p. 54).

Apesar disso, para se avaliar como se organiza a produção, deve-se considerar a posição de empregado como característica do modo de produção capitalista, uma vez que, como afirma Singer, "(...) o fundo de acumulação que constitui a base material do desenvolvimento capitalista é produzido unicamente por assalariados do modo de produção capitalista" (Ibidem). Já está, para o autor, a diferença essencial que distingue o empregado da empresa capitalista do das demais — empregado público, doméstico ou de produção simples de mercadorias. Segundo Singer, "É só o primeiro que participa diretamente ou indiretamente da produção do excedente social, cuja acumulação é a mola do crescimento numa formação social capitalista" (Ibidem, p. 53).

²⁷ Também para Souza, o fato de o proprietário participar do processo de produção confere uma característica não tipicamente capitalista à empresa. Daí porque a denominação de "quase-empresa capitalista".

A segunda ressalva refere-se ao fato de que, na posição de conta-própria, se encontram indivíduos que, embora sejam considerados trabalhadores autônomos, na verdade nada mais são do que empregados não registrados, à medida que trabalham permanentemente para a mesma pessoa.²⁸

Os dados coletados através de um levantamento de campo sobre a posição na ocupação dos indivíduos (Tabela 1) revelaram que as categorias típicas que definem a produção capitalista – empregador, empregado ordinário e chefe – foram preenchidas por cerca de 40% dos que participavam da produção em Salvador. A produção doméstica, por sua vez, absorvia em torno de 36,7% dos indivíduos ocupados, e as posições na ocupação que caracterizam a produção simples de mercadorias – trabalhador por conta própria regular e irregular²⁹ – foram preenchidas por 17,5% dos participantes da produção. Segue-se a produção estatal, definida pela condição de empregado público, englobando 5,6% dos mesmos.

Outro modo utilizado por Singer para avaliar o grau de penetração do capital nas diferentes atividades consistiu na investigação do local de trabalho dos indivíduos (Tabela 2), com base no pressuposto de que a cada modo de produção corresponderiam locais específicos de trabalho, quais sejam: entidades públicas, semipúblicas e sem fins de lucro (produção estatal); empresas privadas e mistas (modo de produção capitalista ou produção simples de mercadorias); e casas de família (produção doméstica ou produção simples de mercadorias). Os dados mostraram que predominam ainda a produção doméstica e a produção simples de mercadorias na estrutura produtiva de Salvador, à medida que mais da metade dos indivíduos participantes da produção se encontravam inseridos nestes modos de produção.

²⁸ Em Souza e Prandi, também encontramos evidenciada a figura do *falso autônomo*, denominada por Singer de *conta própria dependente*.

²⁹ Para Singer, o trabalhador por conta própria regular seria o indivíduo que tende a exercer uma mesma atividade o tempo todo, enquanto o irregular seria aquele que, conforme a demanda do mercado, realiza diversas atividades sucessivamente. O autor identifica a primeira categoria como "profissional" autônomo e a segunda como "biscateiro".

Tabela 1

Posição na ocupação dos trabalhadores por setor de atividade em Salvador — 1971

DISCRIMINAÇÃO	EMPREGADOS					POR CONTA PRÓPRIA			Total
	Ordinários (1)	Chefes	Públicos	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	DONAS-DE-CASA	EMPREGADORES	Regulares (2)	Irregulares	
Indústria fabril	86,7	9,6	-	-	-	-	1,9	1,9	100
Construção	63,1	15,8	-	-	-	2,6	13,1	5,3	100
Secundário I (3)	76,8	12,2	-	-	-	1,1	6,7	3,3	100
Secundário II (4)	9,2	1,5	-	-	-	1,5	47,7	40,0	100
Secundário	48,4	7,7	-	-	-	1,3	23,9	18,7	100
Vendedor de rua	5,3	5,3	-	-	-	-	47,5	42,0	100
Comércio estabelecido ...	61,0	5,1	-	-	-	13,6	13,6	6,8	100
Transporte	88,9	3,7	-	-	-	-	7,4	-	100
Serviços de produção (5) ..	63,2	4,8	-	-	-	6,4	16,0	9,6	100
Serviços de consumo coletivo (6) ..	54,5	8,3	33,1	-	-	0,7	2,8	0,7	100
Serviços pessoais não estabelecidos	2,2	-	-	-	-	-	80,0	17,8	100
Serviços pessoais estabelecidos ..	58,4	12,5	-	-	-	4,2	12,5	12,5	100
Serviços de consumo individual (7) ..	25,0	5,0	-	-	-	5,0	50,0	15,0	100
Terciário	60,9	7,7	12,3	-	-	3,7	18,3	7,1	100

FONTE: SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci de & FARIA, Vilmar. Bahia de todos os pobres. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 55.

(1) Inclusive por conta própria dependente. (2) Inclusive auxiliar de membro de família. (3) Secundário I: indústria de extração mineral, de transformação, construção e serviços de utilidade pública. (4) Secundário II: serviços de reparação. (5) Serviços de produção: comércio de mercadorias; comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, etc., e transportes, comunicações e armazenamento. (6) Serviços de consumo coletivo: serviços governamentais e atividades sociais — educação, saúde, previdência social, etc. (7) Serviços de consumo individual: serviços pessoais, profissões liberais.

Tabela 2

Local de trabalho por setor de atividade e por sexo em Salvador — 1971

DISCRIMINAÇÃO	ENTIDADES PÚBLICAS, SEMIPÚBLICAS E SEM FINS DE LUCRO	EMPRESAS PRIVADAS E MISTAS	CASAS DE FAMÍLIA	TOTAL
Secundário I	6,7	92,3	1,0	100
Homens	7,2	91,6	1,2	100
Mulheres	0	100,0	0	100
Secundário II	1,5	95,4	3,1	100
Homens	5,3	94,7	0	100
Mulheres	0	95,7	4,3	100
Serviços de produção	10,4	89,6	0	100
Homens	11,4	88,6	0	100
Mulheres	8,1	91,9	0	100
Serviços de consumo coletivo	75,9	24,1	0	100
Homens	81,9	18,1	0	100
Mulheres	71,4	28,6	0	100
Serviços de consumo individual	1,3	97,5	1,3	100
Homens	0	100,0	0	100
Mulheres	1,9	96,2	1,9	100
Produção doméstica	0	0	100,0	100
Homens	0	0	100,0	100
Mulheres	0	0	100,0	100

FONTE: SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci de & FARIA, Vilmar. Bahia de todos os pobres. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 55.

Jelin também trabalha com a categoria *produção simples de mercadorias*, encarando-a, no entanto, como uma forma de organização da produção. Partindo do pressuposto de que a centralidade e o domínio da organização produtiva capitalista não implicam necessariamente a transformação de todas as atividades produtivas e das relações de produção para a forma capitalista, a autora observa que determinadas formas de organização não capitalistas ainda sobrevivem subordinadas, sendo utilizadas e integradas num sistema dominado pela organização capitalista. Dentre o grupo de atividades subordinadas, Jelin identifica aquelas que se organizam sob a forma de produção simples de mercadorias. A produção simples de mercadorias baseia-se na existência de produtores independentes que produzem bens ou prestam serviços para clientes. Nesse caso, o produtor controla seus meios de produção, não havendo apropriação de mais-valia, uma vez que as relações se estabelecem com clientes (ao invés de patrões e empregados) durante o processo de comercialização e não durante o processo de produção. A diferença fundamental entre essa forma de organização e a empresa capitalista típica é o uso, por parte desta última, de mão-de-obra assalariada. Assim, a relação central na organização capitalista se dá entre o empresário e o trabalhador, à medida que o primeiro compra força de trabalho em troca de salários e utiliza esta força de trabalho na produção de bens e serviços, apropriando-se do excedente gerado pelo trabalhador.

Em seu trabalho, Jelin não tem como objetivo um exame mais minucioso da categoria *produção simples de mercadorias*. Mas, ao se propor à análise da estrutura ocupacional de Salvador a partir das transformações dinâmicas que vêm-se verificando em sua estrutura produtiva³⁰, a autora parece inaugurar um novo enfoque da questão, valorizando outros critérios para a caracterização e identificação das diversas formas de organização da atividade econômica que predominam ou coexistem atualmente na economia urbana de Salvador. Essa nova perspectiva teórica produzirá consequências importantes no que se refere à análise es-

³⁰ A autora parte da hipótese de que, "(...) em todo o momento dado, um corte transversal da estrutura ocupacional reflete a dinâmica das mudanças na estrutura produtiva" (Jelin, op. cit., p. 54).

pecífica das atividades não tipicamente capitalistas. Isso porque, em primeiro lugar, distingue-se dos estudos tradicionais que buscam, no exame da distribuição da População Economicamente Ativa nos diversos setores da economia, um indicador de modernização, produtividade, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento econômico, etc. O enfoque da autora é completamente diverso, uma vez que não considera a proporção da população ocupada, num dado momento, em um setor como

"(...) um indicador adequado para estudar a estrutura produtiva ou ocupacional, se não for acompanhada de uma análise da heterogeneidade organizativa *interna* a ele" (Jelin, op. cit., p. 60).

Em segundo lugar, além de não se ater somente à verificação da proporção da população que se encontra ocupada em cada setor econômico, Jelin ainda considera algumas distinções importantes para a percepção da heterogeneidade interna que se verifica nas várias formas de organização. Uma delas é a distinção interna entre os setores da indústria, do comércio e dos serviços pessoais no que se refere ao grau de capitalização de suas respectivas unidades produtivas. Levando em conta esse critério diferenciador, Jelin mostra que, no caso do comércio de mercadorias, a proporção entre pessoal ocupado em estabelecimentos e pessoal ocupado em atividade ambulante é da ordem de três para um, enquanto, nos setores de prestação de serviços pessoais e da indústria, a proporção é bem mais equilibrada (Tabela 3). Essa distinção é importante, pois contraria as teses largamente difundidas acerca da modernização do Setor Secundário "versus" o arcaísmo e a "inchação" prevalentes no Setor Terciário. Jelin demonstra que os resultados com base nessa diferenciação são coerentes com sua interpretação acerca do desenvolvimento da cidade de Salvador, o qual se fez predominantemente a partir do comércio:

"(...) Salvador importa bens de consumo de luxo para os grupos de altas rendas e em conseqüência pode ter um comércio organizado em forma capitalista relativamente desenvolvido e, ao mesmo tempo, uma reduzida indústria manufatureira organizada em forma capitalista" (Ibidem).

Outra forma de heterogeneidade a se considerar, segundo a autora, refere-se à que se apresenta entre o setor de prestação de serviços pessoais e o de serviços domésticos, à medida que, dada a abundância de

mão-de-obra, grande parte do primeiro setor tende a ser realizado no âmbito da economia doméstica. Jelin calculou que, sem considerar o trabalho doméstico não remunerado, cerca de 8,6% da população ocupada em Salvador trabalha em serviços domésticos. Concluiu ela que a possibilidade de esses serviços serem prestados fora de estabelecimentos especializados — no domicílio do cliente ou do próprio prestador de serviços — viabiliza sua realização com baixa capitalização e sem organização empresarial.

Com o objetivo de verificar a magnitude da produção simples de mercadorias na economia urbana de Salvador, a autora tomou como representativa a categoria dos trabalhadores autônomos, uma vez que se constitui no caso típico, ainda que não o único, a prevalecer nesta forma de produção. Calculadas as percentagens dessa categoria de trabalho nos diversos setores produtivos, conforme a Tabela 3, Jelin concluiu que, num extremo, se encontram as burocracias públicas e semipúblicas (administração pública, segurança e defesa, serviços de utilidade pública e PETROBRÁS, onde não há possibilidades de existência de trabalho autônomo

"(...) e onde, ao menos formalmente, o emprego é regido pela compra e venda de força de trabalho e das habilitações a prazo longo, com a possibilidade de um compromisso por toda a vida com a carreira burocrática" (Jelin, op. cit., p. 63).

No outro extremo, acham-se as atividades econômicas que tanto podem ser realizadas sob a forma de produção simples como também através da organização empresarial. É o caso do comércio, serviços pessoais e uma parte significativa da indústria de transformação e reparação, nos quais, respectivamente, 35%, 65% e 50% do pessoal ocupado se caracterizam como trabalhador autônomo.

Para melhor visualizar a heterogeneidade entre esses setores, Jelin separa-os internamente conforme o grau de capitalização que apresentam. Essa distinção permite verificar que a maioria do pessoal ocupado em atividades não estabelecidas — comércio ambulante, indústria não fabril e serviços de reparação — é constituída por trabalhadores autônomos. Ao contrário, o percentual de autônomos na indústria fabril, no comércio e em serviços estabelecidos é reduzido, variando entre 4,5% e 18,3%. Considerando os três setores em conjunto, a autora deduziu que

quase 20% da população de Salvador trabalha como produtor simples, enquanto cerca de 30% se encontra ocupada em atividades estabelecidas. Nos demais setores econômicos, afora esses dois casos limites de organização produtiva, a proporção de trabalho autônomo é relativamente baixa.

Tabela 3

Estrutura ocupacional de Salvador

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO OCUPADA	SETOR ECONÔMICO EMPREGADO NO SETOR PÚBLICO	EMPRESAS PRIVADAS COM MAIS DE CINCO PESSOAS	TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA	PROFISSIONAIS POR CONTA PRÓPRIA	PESSOAL OCUPADO EM TAREFAS ADMINISTRATIVAS E DE DIREÇÃO
Indústria de transformação	20,8	15,3	31,5	42,6	2,0	12,3
PETROBRÁS	3,0	100,0	-	-	-	33,8
Outras fabris	7,7	-	71,4	4,5	2,8	20,3
Outras não fabris	3,0	7,6	11,7	8,0	-	-
Reparação	7,0	-	9,2	85,9	-	-
Comércio	14,6	-	44,9	35,5	-	50,5
Em estabelecimentos	11,1	-	56,1	18,3	-	62,7
Ambulante	3,5	-	9,7	93,9	-	12,2
Serviços pessoais	12,0	1,1	18,8	64,9	2,8	9,4
Em estabelecimentos	6,1	2,1	37,2	17,1	3,6	18,6
Fora de estabelecimentos	5,9	-	-	97,8	-	-
Serviços domésticos remunerados	8,6	-	-	-	-	-
Transportes	5,6	25,6	45,0	7,8	-	16,3
Construção	8,2	16,0	45,2	18,6	2,7	26,6
Administração pública	5,4	100,0	-	-	-	91,9
Segurança e defesa	3,9	100,0	-	-	-	22,2
Serviços de utilidade pública e comunicação	3,3	83,1	16,8	-	-	41,5
Educação	8,3	68,6	17,5	6,2	68,5	10,7
Saúde e serviços sociais ..	3,1	51,3	29,3	7,0	54,1	12,5
Finanças	2,3	51,9	29,6	9,3	9,3	81,5
Serviços especializados de produção	2,9	4,4	29,9	11,9	19,4	43,2
Atividades extrativas	1,1	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	26,7	26,5	24,9	8,8	26,0

FONTE: JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasíleira de Ciências, (9):75, jul./set. 1974.

Com base na classificação proposta da estrutura ocupacional, a partir das quatro formas de organização da atividade produtiva, Jelin conclui seu trabalho apresentando um resumo das informações disponíveis sobre a situação ocupacional em Salvador.

Tabela 4

Formas de organização produtiva em Salvador

(%)

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	POPULAÇÃO OCUPADA COM REMUNERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS
Economia doméstica remunerada	8,6	5,0
Produção simples de mercadorias	24,7	14,2
Economia capitalista privada	39,9	22,9
Emprego público	26,7	15,3
Economia doméstica não remunerada		29,5
Desocupados (não participam da produção)		13,1
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (9):76, jul./set. 1974.

3.2 — Sentido da categoria de análise no modo de produção capitalista

A referência inicial deve pertencer ao trabalho de Francisco de Oliveira — "Crítica à Razão Dualista" Oliveira (Estudos Cebrap, out. 1972) —, no qual ele procura explicar a existência de um razoável contingente de serviços realizados à base do uso intensivo de força de trabalho e, portanto, de reduzida capitalização, na fase pós-30 da economia brasileira, quando então se dá o arranque da industrialização. Esse trabalho constitui-se em um marco importante para uma reflexão teórica que não mais pensasse tais serviços como improdutivo³¹, consumidores de excedente e, portanto, contraditórios com o processo de expansão da acumulação de capital. Embora ele parta de um exame mais amplo a nível de comportamento do Setor Terciário brasileiro³² como um todo, é pos-

³¹ A expressão *improdutiva* refere-se aqui a um trabalho não socialmente necessário para a reprodução das condições do sistema capitalista.

³² O exame do Setor Terciário acha-se aqui incluído, pois este setor parece constituir-se no espaço econômico urbano que mais comporta formas não tipicamente capitalistas de trabalho.

sível localizar, em sua análise, a ênfase a um grupo de atividades voltadas à produção de bens e/ou serviços que, opondo-se aos demais, tem como base um padrão não capitalístico de crescimento.

Retrucando a tese da "inchação" do Terciário que vê o setor como uma anomalia no processo de crescimento econômico, Oliveira mostra que a existência de determinados serviços, longe de ser um peso morto na formação do produto da economia brasileira, faz parte de sua própria dinâmica de acumulação. Essa percepção origina-se de um posicionamento crítico mais amplo frente às teses duais-estruturalistas, para as quais a oposição entre um setor atrasado e um setor moderno caracterizava a singularidade da formação histórico-econômica da América Latina. Oliveira pretende demonstrar que tal dualidade, além de não se sustentar como singularidade, à medida que se encontra em quase todos os sistemas e em quase todos os períodos, constitui-se, na maioria dos casos, em um aspecto formal, pois "(...) de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' (...)" (Oliveira, op. cit., p. 27).³³ Em decorrência, a própria noção cepalina de subdesenvolvimento desgasta-se, uma vez que este passa a ser visto como uma "produção" necessária à expansão do capitalismo.

Localizando o caso brasileiro, o autor comprova que, no período pós-30, a expansão do capitalismo no Brasil dá-se mediante a introdução de relações novas no arcaico e a reprodução de relações arcaicas no novo, o que, conforme ele, seria uma maneira de compatibilizar o processo de acumulação, já que o primeiro movimento acarretaria a liberação de força de trabalho, a qual iria alimentar a acumulação industrial

³³ Oliveira parte da hipótese de que "O crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma 'inchação', nem de nenhum segmento 'marginal' da economia" (Ibidem, p. 27).

urbana, enquanto o segundo preservaria o potencial de acumulação voltado exclusivamente para a expansão do próprio novo³⁴.

Para Oliveira, ao contrário do que pensa o modelo cepalino, haverá a preservação de modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de modo nenhum antagônicos. E, aí está, como aponta o autor, a primeira "especificidade particular" do modelo brasileiro, cuja expansão, ao contrário do modelo "clássico", não requer o total aniquilamento do antigo modo de produção. A segunda especificidade refletir-se-ia na estruturação da economia industrial urbana, ou seja, nas participações relativas do Setor Secundário e do Setor Terciário no total do emprego urbano. Nesse sentido, a particularidade do modelo brasileiro consistiria no fato de que as maiores taxas de crescimento do emprego no Setor Terciário, especialmente no que se refere aos serviços classificados como de consumo pessoal³⁵, verificam-se justamente quando se dá uma maior aceleração nas taxas de emprego do Setor Secundário. Com isso, Oliveira nega a idéia de que a "inchação" do Setor Terciário resultaria da discutida incapacidade do Setor Secundário em criar empregos suficientes para absorver a mão-de-obra disponível na economia urbana.

Em suma, para o autor, o elemento estratégico que passa a definir, a partir de 30, o conjunto das relações da economia como um todo é o tipo de relação de produção que se estabelece entre o capital e o trabalho na indústria. O estabelecimento de novas relações de produção no setor estratégico da economia – a indústria – tende a criar um padrão não capitalístico de reprodução e apropriação do excedente no setor serviços. Conforme Oliveira,

"A 'especificidade particular' de tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga 'periferia' onde predominam padrões não

³⁴ Conforme Oliveira, "Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo" (Ibidem, p. 32).

³⁵ Os serviços de consumo pessoal seriam os serviços de alojamento, alimentação, higiene pessoal, diversões e serviços domésticos remunerados.

capitalísticos de relações de produção como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema" (Oliveira, op.cit., p. 40).

Na mesma linha de raciocínio de Oliveira, embora partindo de uma categoria de análise claramente definida, segue Kowarick (op. cit.), mostrando que a expansão do capitalismo, além de não desarticular totalmente as formas "tradicionais" de produção, cria inclusive "novas" relações de produção "arcaicas". Embora as formas históricas que marcam a inserção da força de trabalho no sistema produtivo operem no sentido de universalizar o trabalho assalariado, o modo de produção capitalista traz, dentro de sua própria lógica de expansão, um conjunto de mecanismos que originam a marginalidade.

A especificidade e a importância teórica desse trabalho é que ele se propõe a uma análise estrutural e histórica da problemática latino-americana da marginalidade, tentando explicá-la a partir do caráter dependente que assinalou o avanço do capitalismo na região. A preservação e criação de atividades baseadas em formas não tipicamente capitalistas de produção resulta, para Kowarick, da própria situação dependente que caracteriza o capitalismo latino-americano, fazendo com que nele emergjam fenômenos distintos no que tange à marginalidade. Nos países latino-americanos, a medida que são marcados por uma situação de dependência, a marginalidade adquire um caráter e uma magnitude ímpar, uma vez que resulta de processos específicos decorrentes justamente de o sistema, além de ser capitalista, ser também dependente³⁶.

Essa situação de dependência determinaria um tipo peculiar de desenvolvimento para a América Latina, cujas características essenciais

³⁶ Para Kowarick, é de vital importância a introdução da teoria da dependência para o entendimento da trajetória histórica das sociedades periféricas, tendo em vista suas relações com os países centrais, uma vez que se trata de "(...) uma teoria globalizante que procura interpretar a problemática do desenvolvimento — ou subdesenvolvimento — enquanto um processo histórico-social global" (Kowarick, op. cit., p. 65).

seriam a superexcludência e a criação e manutenção, ao invés da destruição, de relações de produção "arcaicas". Superexcludência porque o grau de dinamismo industrial estaria gerando um número reduzido de empregos, impossibilitando a integração de uma significativa parcela da força de trabalho nos setores dinâmicos da economia urbano industrial. Por outro lado e relacionado com isto, ter-se-ia a preservação, em parte, de formas tradicionais de produção – economia de subsistência, artesanato e indústria a domicílio – e mesmo a criação de novas atividades que também se inserem de forma não tipicamente capitalista na divisão social do trabalho – parte das ocupações autônomas do Setor Terciário.

Examinando o processo de acumulação recente na América Latina, Kowarick alerta para o fato de que o tipo de dependência que se configura atualmente na região é completamente diverso do verificado em períodos anteriores. Segundo ele, na fase atual,

"O capital estrangeiro instala-se nos *países periféricos*, investindo nos ramos dinâmicos da economia. A dependência assume 'novo caráter'. Não é mais do tipo agroexportador, mas se manifesta sob a égide do setor industrial que passa a ser o centro dominante no processo de acumulação³⁷, o qual tende, na medida em que se expande, a ser controlado pelo capital estrangeiro" (Ibidem, p. 71).

As repercussões desse novo caráter da dependência sobre o problema da marginalidade são de grande vulto, uma vez que, sob seu impacto, se opera um duplo processo. De um lado, parte do setor agrícola moderniza-se e passa a liberar mão-de-obra, acentuando a "fuga" do campo; de outro, nos centros urbanos, a expansão da capacidade produtiva da grande indústria corresponde um aumento proporcionalmente limitado do número de empregos. Concomitantemente, tais empresas, ao mesmo tempo em que exigem um conjunto de serviços – transportes, energia, comércio, finan-

³⁷ Conforme Kowarick, "A marginalidade urbana configura-se quando o processo de industrialização ganha impulso na medida em que seu avanço se opera através de tecnologia poupadora de mão-de-obra (...)", ou seja, "(...) para cada quantidade suplementar de capital criado, incorpora ao seu âmbito de produção parcelas relativamente menores de trabalho adicional" (Kowarick, op. cit., p. 73).

ças, etc. — organizados sob modalidades produtivas modernas, suscitam uma série de outras atividades que, ao invés de serem destruídas, continuam sendo, dessa forma, recriadas e se expandindo à base da utilização extensiva da força de trabalho. Nesse caso, acham-se incluídas as ocupações autônomas do Setor Terciário, o artesanato urbano e a indústria a domicílio.³⁸

Esse duplo processo que ocorre sob a égide do novo caráter de dependência latino-americana é essencial, segundo Kowarick, para a compreensão da marginalidade urbana, a qual, portanto,

"(...) deve ser equacionada tendo em vista, de um lado, as transformações que ocorrem nas zonas rurais, cuja população acorre às cidades, e, de outro, a baixa capacidade de absorver a força de trabalho em relações de produção tipicamente industriais (...)" (Ibidem).

Questionando até que ponto o novo caráter da dependência é responsável pela geração da marginalidade, Kowarick introduz a questão capitalismo *autônomo* versus capitalismo *dependente*. Tanto um como o outro, ao responderem a uma lógica que leva inexoravelmente o sistema produtivo a se organizar sob a forma monopolística, apresentam as mesmas contradições básicas. Conforme Kowarick "Nada indica que se possa contrapor um capitalismo nacional ao dependente no que diz respeito às contradições essenciais que decorrem do processo de acumulação, como se eles estivessem baseados em lógicas diferentes no que se refere à exclusão social" (Kowarick, op. cit., p. 75). No entanto, para o autor, embora não se possa falar, sob o ponto de vista da acumulação, de regras diferentes na articulação entre o capital e o trabalho para o capitalismo autônomo e o dependente, é possível afirmar que

"(...) tal configuração histórica acirra as contradições inerentes à própria essência do capitalismo, basicamente devido ao ca-

³⁸ No mesmo sentido dado por Oliveira, Kowarick explica o crescimento horizontalizado dessas atividades: "(...) como a disponibilidade de capitais é limitada e a concentração do excedente econômico se acentua no âmbito restrito das unidades produtivas, de tipo monopolista, articulado a estas e a elas subordinado, organiza-se um espectro de atividades cuja expansão se apóia na utilização extensiva da força de trabalho (...)" Kowarick, op. cit., p. 72).

rãter abrupto e parcial³⁹ com que o capital estrangeiro monopolista penetrou nas sociedades latino-americanas" (Ibidem, p. 77).

Em suma, para o autor, embora sendo o capitalismo que cria as formas de inserção marginal na divisão social do trabalho, é o caráter dependente das formações sociais que aguça as contradições inerentes à lógica de expansão do capital. Ou, nos termos de Kowarick, "(...) as contradições estão no capitalismo e adjetivamente no fato dele ser *dependente* ou *autônomo*" (Ibidem).

Enfatiza também o autor que o desenvolvimento capitalista recente, fosse ele nacional ou estrangeiro, encontraria na América Latina o que chama de "pré-condições" propícias ao surgimento do fenômeno da marginalidade. De um lado, a tendência secular à estagnação de parte significativa do setor agrário que age no sentido de liberar mão-de-obra; de outro, a restrita absorção de mão-de-obra na indústria como resultado da lenta expansão das empresas ocorrida nesse setor. Além desses fatores, contribuiu também para a criação de uma "oferta ilimitada de mão-de-obra" o intenso crescimento demográfico verificado na região.

Ao buscar o sentido da categoria trabalhador por conta própria no processo de transformação global da sociedade, determinado pelas regras básicas da acumulação capitalista, Prandi, por sua vez, também conclui que, embora essa forma de trabalho não seja essencialmente capitalista, ela não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista, no sentido de que

"(...) a expansão das relações de produção de molde tipicamente capitalistas podem melhor ser viabilizadas pelas transformações que se verificam naqueles setores de produção ainda não de todo caracterizáveis como sendo de molde tipicamente capitalista. Não se trata, contudo, de duas realidades independentes operando conjuntamente. Uma não independe da outra na determinação de sua existência. Ambas estão determinadas num só processo, que é o processo de acumulação do capital. Não é legítimo afirmar que o trabalho por conta própria faz parte das relações de produção capitalista, nem

³⁹ Isto é, a produção industrial é introduzida na América Latina já sob a forma de organização monopolística e, em consequência, com uma tecnologia altamente sofisticada e fragmentada.

que aquele tipo de relação de produção esteja situado fora do circuito capitalista de produção" (Prandi, op. cit., p. 155).

Nessa análise, Prandi encara as formas de trabalho que não são propriamente capitalistas como elemento da reprodução capitalista ao nível da sociedade como um todo e não como subordinadas a regras de outros modos de produção. O autor procura demonstrar que a existência do trabalho por conta própria não pode ser pensada como algo anormal e estranho às relações sob o capital, a não ser que se considere a extração da mais-valia como a única forma de exploração do trabalho pelo capital.

Para o autor,

"(...) a extração da mais-valia é a forma capitalista por excelência da exploração do trabalho e o mecanismo fundamental para a acumulação capitalista. Sendo, no entanto, fundamental, há que se investigar que outras formas de exploração permitem uma melhor e mais rentável maneira de acumulação pela extração do produto do sobre-trabalho; e que relações de trabalho permitem e propiciam os modelos de expansão da exploração capitalista do trabalho" (Prandi, op. cit., p. 156-7).

Em suma, mesmo sendo o processo de extração de mais-valia o mecanismo fundamental de que se vale o capital para se expandir, esse mecanismo não é o único a prevalecer nas sociedades dependentes no sentido de que

"Tomando o processo de reprodução dos trabalhadores como um processo de reprodução de classes sociais e não de indivíduos, é evidente que o trabalho por conta própria faz parte da reprodução da classe proletária em processo ampliado, do mesmo modo que o foreiro, o camponês, o parceiro, etc., no campo" (Ibidem, p. 91).

É justamente por isso que Prandi afirma representar o conjunto dos trabalhadores por conta própria como uma categoria de transição, embora possam existir indefinidamente.

Prandi logra ainda captar a oposição que se estabelece entre o trabalho por conta própria e o trabalho assalariado. Para o autor, a medida que existe como trabalhador por conta própria, tal categoria situa-se fora da oposição trabalho assalariado versus capital, significando estar fora apenas uma existência dependente das condições em que aquela oposição se realiza. Na verdade, o trabalho autônomo não se en-

contraria subordinado nem ao capitalista nem às classes assalariadas, uma vez que sua exploração se acha determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção. Para ele, o que dá sentido à sobrevivência ou expansão das formas de trabalho por conta própria é justamente sua relação estrutural com o processo de acumulação e "Se pode parecer incompatível a sobrevivência de relações de produção não capitalistas sob o capitalismo, isto de fato nada mais é que uma aparência, como tantas outras" (Ibidem, p. 90). Prandi critica as teorias acerca da marginalidade que vêem como anomalia a sobrevivência e mesmo a recriação de formas de trabalho não capitalistas, confundindo-as com anormalidades do subdesenvolvimento. Adverte o autor para o fato de que é a própria lei de acumulação, à medida que se funda sobre contradições as mais diversas, que cria um conjunto de fenômenos encarados, via de regra, como anomalias.

Especificando sua crítica, mostra o autor que, nas análises sobre marginalidade urbana, geralmente tende a prevalecer como objeto de estudo a periferia geográfica das cidades, à medida que aí proliferam muitas formas de trabalho não tipicamente capitalistas. Frisa ele, no entanto, que "(...) a periferia dos grandes centros, as favelas, os cortiços, etc. não são anormalidades da vida urbana (...)", mas sim "(...) componentes importantes da vida urbana sob o capitalismo" (Prandi, op. cit., p. 88). Isso porque a periferia urbana — que para Prandi não se confunde necessariamente com a periferia geográfica — desempenha um importante papel no processo de acumulação de capital. Examinando a argumentação corrente em torno do fato de as migrações campo-cidade serem responsáveis pelo crescimento dessa periferia de pobreza, o autor esclarece que essas não são sustadas justamente para não obstaculizar o processo de acumulação, uma vez que, ao se concentrarem nas periferias, passam a constituir uma fonte de reserva de força de trabalho barata⁴⁰.

⁴⁰ "A cidade é um grande mercado de força de trabalho. Como num supermercado, numa feira qualquer, está disposta em prateleiras que a definem por espécie, qualidade e preço. A periferia significa o *locus* de armazenamento de força de trabalho mais barata, simplesmente. (...) na periferia urbana, o trabalho por conta própria aparece com muita frequência como oportunidade de sobrevivência. Não dos indivíduos somente, mas como mecanismo para manter viva a força de trabalho" (Ibidem, p. 90).

Segundo Prandi, a migração é um fato social – e não industrial – e decorre de mudanças que se dão ao nível das relações de produção e relações técnicas de trabalho no campo e na cidade. Em função disso, qualquer consequência resultante do processo migratório em direção às cidades, embora fruto de contradições, não deixa de ser própria do capital.

Também seguindo a linha de raciocínio dos autores examinados, encontra-se Souza, o qual concebe as atividades não tipicamente capitalistas como

"(...) formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial *junto* com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são *criados*, destruídos e *recriados* pela expansão do sistema hegemônico" (Souza, 1980, p. 30).

O que está pressuposto por trás da idéia de a produção mercantil simples ser intersticial e seguir as regras ditadas pelo núcleo capitalista é o fato de que a economia não é dual, é uma só, e que cada uma de suas "partes" está articulada e servindo de alguma forma à expansão do capital, estando a ele, portanto, subordinadas. Em busca de seu espaço econômico, essas atividades atuariam nas brechas do sistema capitalista sem se constituírem, no entanto, em uma "economia paralela". Os espaços econômicos a serem ocupados pela pequena produção são determinados pelo núcleo capitalista, uma vez que essa não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia onde o capital é dominante.

Ao afirmar que as formas de produção não tipicamente capitalistas não constituem um modo de produção a parte, visto estarem elas inseridas no modo de produção capitalista, Souza admite a existência de alguma forma de subordinação dessas atividades ao capital. Evitando uma interpretação mais genérica acerca do sentido da existência dessas atividades nas brechas do modo de produção capitalista, Souza procura qualificar os laços de subordinação conforme a especificidade que caracteriza as diferentes atividades não tipicamente capitalistas, uma vez que

"Essa subordinação admite vários graus, podendo ir desde o simples preenchimento de um espaço no mercado sem que haja qualquer relação de exploração ou extração de excedente, até formas mais diretas de subordinação (...)" (Souza, 1980, p. 129, Tese).

A primeira situação ocorreria quando o núcleo capitalista da economia

cria ou recria espaços no mercado que tendem a ser preenchidos pela produção não tipicamente capitalista. Na segunda, o autor aponta como exemplo as formas de organização que ou apresentam vínculos diretos com uma empresa capitalista, através de laços de subconcentração, ou se encontram subordinadas a um único capital. Somente nessas situações haveria a superexploração da mão-de-obra.

Em suma, podem-se distinguir duas formas pelas quais as organizações não tipicamente capitalistas encontram-se subordinadas ao capital: "(...) aquelas em que o espaço econômico é determinado pelo capital, mas não existe nenhuma extração do excedente das pequenas unidades, e aquelas em que o capital extrai um excedente, aparentemente na esfera da circulação" (Ibidem).

As primeiras caracterizam atividades onde houve uma penetração completa do capital e, em consequência, a destruição total da pequena produção mercantil preexistente. Esta passa a ter suas funções transformadas, sendo-lhe reservados pelo capital alguns espaços nas "franjas" do mercado capitalista. No segundo caso, onde se verifica extração de excedente por parte do capital, encontram-se aquelas atividades que ou não foram ou foram apenas parcialmente penetradas pelas formas de organização capitalistas.⁴¹

A hipótese geral que norteia tais conclusões de Souza é que, dada a tecnologia⁴², as atividades tendem a utilizar capital conforme o ta-

⁴¹ SOUZA ressalva que "Contudo, não é em toda a pequena produção mercantil não penetrada pelas formas de organização tipicamente capitalista que se verifica a extração do excedente pelo capital. Subsistem vários segmentos que, por envolverem um volume de operações muito pequeno ou muito disperso geograficamente, sequer são passíveis de serem explorados pelo capital mercantil. Em tais casos, o capital passará a interessar-se pelas mesmas somente quando passarem a significar um volume de negócios que as torne economicamente atraentes" (Souza, op. cit., p. 130).

⁴² "O suposto de mesma tecnologia é importante. De fato, alterações na técnica — seja nos processos, seja nos produtos — podem permitir a penetração de organizações tipicamente capitalistas em mercados que antes estavam em mãos da pequena produção. Pense-se, por exemplo, nas condições de competição da produção capitalista de sapatos de couro *versus* a de alpargatas de corda ou tamanços em épocas passadas, em relação às atuais condições de competição da produção eminentemente capitalista de sandálias havaianas e sapatos de plástico em relação àqueles mesmos produtos tradicionais" (Ibidem, p. 131).

manho e o grau de concentração do mercado onde atuam. Acrescenta ele:

"Assim, nos casos em que o mercado permite, o capital adota formas de organização tipicamente capitalistas para valorizar-se; em outros, onde esse grau de divisão do trabalho não é possível, valoriza-se através das formas não especificamente capitalistas de submissão do trabalho; em outros, enfim, aguarda a constituição de um mercado 'adequado' para subordinar e expropriar os pequenos produtores. Na medida em que cresce e se concentra o mercado em mãos da pequena produção mercantil, o mesmo vai sendo crescentemente submetido pelo capital através da adoção de formas cada vez mais complexas de dominação" (Souza, op. cit., p. 131).

Esse mesmo sentido é dado por Singer à existência do modo de produção simples de mercadorias. O autor parte da hipótese de que tanto progresso como miséria são resultados de um mesmo processo de transformação estrutural que consiste na penetração e na expansão do capitalismo num meio em que predominavam outros modos de produção. Segundo ele, "O capital penetra em determinados ramos de atividade, em que possui maiores vantagens em relação ao modo de produção preexistente, revolucionando os métodos de produção e introduzindo outras relações de produção" (Singer, op. cit., p. 41).

Por outro lado, Singer encara a permanência da produção simples de mercadorias como resultado do próprio processo de expansão do modo de produção capitalista, uma vez que a criação de outros modos de produção se constitui em uma das formas que assume a expansão regionalizada do capitalismo oligopolista. Esses modos de produção não capitalistas não devem mais serem vistos como sinônimos de desemprego no sentido neo clássico, nem como marginalidade no sentido sociológico, mas sim como uma forma de preparação da força de trabalho de reserva. Para Singer, essa reserva não é improdutiva, a não ser que se pense que a produção de toda a riqueza da sociedade se dê sob moldes capitalistas:

"Em outras palavras, algumas formas dessa 'reserva' estão no que Singer chama de 'Produção Simples de Mercadorias' que inclui alguns serviços, produzindo riqueza, e que, certamente, constituem a formação de fronteiras de uma futura expansão do capital, se o processo de acumulação tiver fôlego para prosseguir" (Oliveira, In: Souza & Faria, op. cit., p. 84).

Singer, portanto, como todos os demais autores ao buscar explicar o sentido de suas categorias de análise no modo de produção capitalista, tem como pressuposto o fato de existir uma certa compatibilidade entre a produção não tipicamente capitalista e o movimento de expansão do capital. Isso porque, para Singer, ainda que enfatizando o caráter essencialmente capitalista da economia urbana de Salvador, cidade objeto de sua análise — no sentido de que ela é dominada pelo modo de produção capitalista —, não se deve pensar que a produção de toda a riqueza da sociedade se dê exclusivamente sob moldes capitalistas.

4 – A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA PARA O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO

Ao se analisar especificamente o papel que as atividades não tipicamente capitalistas desempenham no processo global de acumulação e expansão do capital, segundo os diversos autores aqui em exame, verifica-se que esse se constitui em um dos aspectos mais controvertidos sobre o tema, tendo em vista a polêmica levantada por Souza ao se contrapor aos argumentos comumente aceitos e defendidos pelos demais autores.

a) Facilitar diretamente o processo de acumulação

Em geral, a maioria dos autores atribui uma série de "funções" à manutenção de numerosas atividades de caráter não capitalista no sentido de contribuir direta ou indiretamente para a expansão dos setores tipicamente capitalistas. Uma delas, descrita no estudo conjunto de Carvalho e Souza, seria a de facilitar de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas capitalistas. Isso ocorreria quando estas empresas se apropriassem da produção dos pequenos produtores autônomos a um baixo custo, podendo, deste modo, realizar lucros elevados na fase de comercialização do produto final. É o caso, por exemplo, de trabalhadores por conta própria ou de pequenas empresas familiares que executam por encomenda determinadas tarefas requeridas pelas empresas capitalistas.

Aliás, como também mostra Jelin, em face de um contexto social de abundância de mão-de-obra e da complexidade da legislação trabalhista, a empresa capitalista, ao invés de estabelecer um vínculo único de emprego com uma categoria de trabalhador, tende a fixar uma variedade de relações de emprego com diferentes categorias, o que a desobriga de obedecer à legislação trabalhista. Conforme a autora,

"A estabilidade do emprego pode variar, desde compromissos virtualmente por uma vida inteira (oposições irremovíveis na empre-

sa; segurança e antiguidade estabelecidas por um sistema das produções, etc.) até a relação transitória de compras de poucas horas de trabalho" (Jelin, op. cit., p. 71).

Isso significa que a empresa, além de controlar o número de assalariados necessários para manter um mínimo de produção, satisfaz suas necessidades variáveis de mão-de-obra através de contratos por tarefas ou serviços que, segundo Jelin, dificilmente podem ser caracterizados por essa ou aquela relação de produção. Enfim, os contratos por tarefas ou serviços nada mais fazem do que mascarar a compra de força de trabalho e sua exploração pelo capital. Para Jelin, isso reflete o fato de que

"(...) longe de haver uma progressiva integração da força de trabalho, previamente ocupada na produção simples de mercadorias, à forma de organização capitalista, esta forma inclui em sua estrutura relações de produção ambíguas e múltiplas" (Ibidem, p. 72).

Jelin alerta, no entanto, para o fato de que a multiplicação das relações entre essas duas formas de organização da produção e a criação de novos modos de fundir as características de ambas se regem sempre pela dinâmica de acumulação do capital.

b) Atender à demanda de certos bens e serviços

Carvalho e Souza destacam ainda uma segunda "função" da produção não tipicamente capitalista, qual seja a de atender à demanda de certos bens e serviços quando ainda não se verificam as condições suficientes para a realização de investimentos capitalistas na produção de bens equivalentes ou sucedâneos. É o caso das atividades realizadas em moldes não tipicamente capitalistas que emergem ou se expandem em função exatamente das necessidades da expansão industrial. Os serviços de reparação e manutenção, o artesanato mais moderno e os serviços especializados tendem a preencher os espaços econômicos vazios criados pela demanda das próprias empresas capitalistas ou das camadas de renda média e alta. Ao mesmo tempo, tais atividades funcionariam no sentido de criar ou expandir padrões de consumo e mercado que, mais tarde, poderão eventualmente ser ocupados pelas empresas capitalistas.

Prandi mostra ainda que inclusive os trabalhadores por conta pró-

pria no comércio de mercadorias desempenhariam esse papel, uma vez que atuam como meio de realização da mais-valia até o momento em que o capital se apropria dessa função. "Um supermercado é capaz de, a um só tempo, liquidar com a mercadoria, com a loja de tecidos, de armarinhos, com o açougue, com o bazer de bugigangas, etc., etc." (Prandi, op. cit., p. 52).

c) Facilitar a circulação dos bens industrializados

Um terceiro tipo de contribuição, também apontado por Carvalho e Souza, refere-se à elevação da demanda por mercadorias fabricadas pelo setor capitalista que a comercialização, através do pequeno comércio, estabelecido ou ambulante, permite à medida que facilita a circulação e o acesso desses bens à população de baixa renda. Assim, a distribuição de mercadorias realizadas pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam acesso a eles. Uma situação bastante comum, observável nas cidades brasileiras, é a venda efetuada por ambulantes de miudezas de origem industrial. Além disso, o maior volume de bens que se vendem nos empórios informais é geralmente produzido por grandes fábricas ou está ligado a elas de alguma forma. Seria o caso, por exemplo, dos camelôs, dentre os quais uma parte distribui produtos de fabricação própria ou provenientes de pequenos produtores artesanais e outra distribui mercadorias variadas, todas industrializadas, tais como pentes, cigarros, linhas, botões, chocolates, brinquedos, etc. Esses trabalhadores nada mais são do que uma espécie de extensão das empresas capitalistas, uma vez que se constituiriam em um último elo de sua cadeia de comercialização.

Prandi, da mesma forma, explica a sobrevivência do artesanato voltado à produção de mercadorias similares às produzidas pelas empresas capitalistas — produção de alimentos, sapatos, artigos de vestuário, etc. — pela existência de um mercado consumidor de baixo poder aquisitivo que ainda não foi capturado pelo mercado capitalista. Segundo o autor, trata-se de um ramo de produção que, ainda contraditório com a produção capitalista, tem um importante papel na reprodução da força de trabalho. Com o mesmo sentido, funcionaria também parte dos servi-

ços de reparação, pois, a medida que permite a não-reposição de certas mercadorias, contribui para o barateamento da força de trabalho.

Analisando o comportamento da economia brasileira no pós-30, Oliveira conclui da necessidade de algumas atividades serem organizadas em moldes não tipicamente capitalistas de modo a favorecer a expansão do capitalismo no mesmo sentido apontado por esses autores. Em primeiro lugar, para ele, a aparência de "inchação" do Terciário brasileiro esconde um importante mecanismo de acumulação:

"(...) os serviços realizados a base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista uma fração do seu valor, 'mais-valia' em síntese"(Oliveira, op. cit., p. 29).

Isso ocorreria a medida que as empresas capitalistas pusessem fora de seus custos internos de produção a parcela correspondente aos serviços que passam a se desenvolver

"(...) sem quase nenhuma capitalização, a base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudopequenos proprietários que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema (...)" (Ibidem, p. 39).

Oliveira procura demonstrar que o complexo de relações que moldou a expansão industrial acelerou o crescimento de determinados serviços destinados ao abastecimento das populações de baixo poder aquisitivo e residentes na periferia das cidades: são as pequenas mercearias, armazéns, bazares, lojas, oficinas de reparos, etc. Para Oliveira, os baixos salários das populações dispersas determinariam o nível de ganho desses pseudopequenos proprietários, ganhos estes que nada mais são do que os custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que, dessa maneira, são "expulsos" dos custos internos de produção das empresas capitalistas, reforçando assim a acumulação nas unidades centrais do sistema.

Para o autor, o capital tem interesse na manutenção desse tipo de produção de bens e serviços de reduzida ou nula capitalização, uma vez que esses nada mais são do que uma forma disfarçada de exploração que tende a reforçar a acumulação. Nesse caso, incluir-se-iam também os serviços pessoais, prestados diretamente ao consumidor, os quais, se fos-

sem prestados fora do âmbito familiar, exigiriam uma infra-estrutura tal que a pobre base de acumulação capitalística das cidades brasileiras não poderia suportar. Exemplifica Oliveira:

"A lavagem de roupas em casa somente pode ser substituída *em termos de custos* por lavagem industrial que compita com os baixos salários pagos às empregadas domésticas; o motorista particular que leva as crianças à escola somente pode ser substituído por um eficiente sistema de transportes coletivos que não existe. [Conclui, então, o autor:] Comparado com um americano médio, um brasileiro da classe média, com rendimentos monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais alto, incluindo-se neste todo o tipo de serviços pessoais ao nível da família, basicamente sustentado na exploração da mão-de-obra, sobretudo feminina" (Oliveira, op. cit., p. 30, nota 24).

Para Oliveira, portanto, esse tipo de serviço não se constitui apenas em um depositário do exército industrial de reserva, mas é adequado para o processo global de acumulação, reforçando inclusive a tendência para a concentração de renda:

"Não é estranha a simbiose entre a 'moderna' agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos *industriais* (...), tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à *re-produção* dos veículos? Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza (...) numa distribuição da renda mais desigual?" (Oliveira, op. cit., p. 29-30).

Especificando o papel que as atividades marginais desempenhariam no processo de acumulação capitalista, Kowarick aponta, tal como Oli-

veira, para o fato de elas transferirem excedente às estruturas de corte nitidamente capitalistas, à medida que, ao não serem auto-suficientes, mas sim integrantes da economia de mercado, acabam por gerar riquezas que não permanecem no âmbito restrito dos próprios "setores marginais". No entanto, para o autor, essa transferência, além de não ser fundamental para o sistema capitalista, ainda é de diminuta proporção face ao produto global.

Para Souza, no entanto, a questão da transferência de excedente da produção não capitalista para a produção capitalista – e a conseqüente superexploração da força de trabalho engajada na primeira – deve ser relativizada. Afirma ele que essa transferência só ocorreria com uma parte – e não importante em termos numéricos – das pequenas unidades mercantis, as quais se encontram em relação direta com o capital¹. Seria o caso dos "falsos" trabalhadores autônomos, isto é, aqueles que aparentemente trabalham por conta própria, mas que, na verdade, estão de fato subordinados a um só capital. A subordinação destes trabalhadores ao capital dar-se-ia através de laços de subcontratação ou laços de comercialização de produtos ou venda de insumos. Ressalta Souza que as demais atividades – empresas familiares, pequenos vendedores de serviços e empregadas domésticas –, ao atuarem independentemente, não são exploradas por nenhum capital, ou seja, não há transferência de mais-valia nessas circunstâncias.

d) Permitir a concentração de capital nos setores estratégicos da economia

Opondo-se novamente a Oliveira, Souza relativiza outra "função" atribuída à produção não capitalista na acumulação de capital em economias atrasadas, ou seja, a de apresentar um papel essencial na produção e distribuição de certos bens e serviços, permitindo, desse modo,

¹ "Parece-me claro que uma parte das pequenas unidades mercantis realmente está em relação direta com o capital, em relação de superexploração direta ou transferência do excedente (...)" (Souza, 1980, p. 124, Tese).

que o núcleo capitalista da economia "concentre" seus esforços no desenvolvimento de setores estratégicos. Nessa idéia, funda-se a argumentação de Oliveira quando ele mostra que o crescimento não capitalístico do Setor Terciário brasileiro, a partir da década de 30, resultou do fato de que a intensidade do crescimento industrial, no período, não permitiu

"(...) *uma intensa e simultânea capitalização nos serviços*, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística" (Oliveira, op. cit., p. 29).

Em consequência, o crescimento do Terciário fez-se horizontalmente, com base no uso intensivo de mão-de-obra abundante e barata.²

Também para Prandi, o capital utiliza-se do trabalho autônomo no sentido de que certas atividades que exigem baixa qualificação se desenvolvem à custa do trabalho vivo, sem usar capital constante, o qual, por sua vez, pode ser aplicado em setores econômicos considerados mais rentáveis para o capital.

Para Souza, no entanto, embora a pequena produção se faça necessária de modo a cumprir certas funções que lhe são impostas pelo capital, isso não implica necessariamente que ela esteja "poupando esforços" ao capital e muito menos implicaria uma taxa mais rápida de acumulação nos setores onde o capital se concentra. O autor atribui à afirmação de Oliveira, quanto à suposta função da pequena produção de poupar recursos escassos, um sentido mais amplo, ou seja, o de que, por não ter condições de realizar um lucro apreciável, o capital não penetrou em tais atividades num primeiro momento. Em função disso, a pequena produção cumpriu — e cumpre — o papel de prestar serviços e produzir determinados tipos de bens. No entanto, tal papel nada tem a ver com o fato de outorgar a ela um papel essencial ao desenvolvimento capitalista no sentido de "poupar-lhe esforços", como se assim não fosse, o sistema não teria se desenvolvido no centro-sul na velocidade em que o fez.

² "(...) os serviços não apenas podiam como deviam ser implantados apoiando-se na oferta de trabalho barata" (Ibidem, p. 39).

e) Rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho assalariada

A quinta função atribuída à produção não tipicamente capitalista consiste no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho engajada na produção capitalista, à medida que boa parte das necessidades da população assalariada que auferes baixas rendas é suprida por bens e serviços produzidos para autoconsumo ou obtidos a custos mínimos na pequena produção mercantil. Em suma, em economias atrasadas, as formas não capitalistas de organização da produção, ao cumprirem a função de produzir bens e serviços a custos menores do que se fossem produzidos por empresas capitalistas, acarretam o rebaixamento dos salários dos trabalhadores engajados na produção capitalista.

Ao defender a idéia de que a produção marginal funciona no sentido de rebaixar o valor da força de trabalho, Oliveira utiliza o exemplo do "mutirão" realizado pelos trabalhadores para a construção de suas habitações, mostrando que

"Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante —, e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho" (Oliveira, op. cit., p. 31).

Da mesma maneira, para Kowarick, a importância das formas de trabalho marginal está ligada essencialmente ao fato de possibilitar o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. A possibilidade de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho decorreria da "infra-estrutura de custos" que proporciona o conjunto de serviços e produtos originários dos "setores marginais". Explica Kowarick, seguindo o mesmo raciocínio de Oliveira, que parte significativa da classe trabalhadora, ao consumir um "custo urbano" bastante diminuto — que se configura no tipo de habitação, no baixo grau de utilização dos servi-

ços públicos, etc. —, provoca o barateamento do custo de reprodução da sua força de trabalho. Além disso, a existência de certos tipos de ocupações realizadas pela mão-de-obra marginal — tais como serviços de reparação, conservação e confecção de roupas, construção de habitação e comercialização de alimentos — cria

"(...) as condições para que a classe trabalhadora, marginal ou não, se reproduza a níveis mínimos de subsistência, tornando viável uma acumulação a altas taxas de exploração do trabalho, pois o capital pode remunerar os trabalhadores a ele diretamente submetidos a preços que freqüentemente se deterioram historicamente" (Kowarick, op. cit., p. 105).

Na tentativa de situar mais especificamente como essa parcela de trabalhadores participa do quadro mais geral da acumulação capitalista, Prandi também aponta para o mesmo caminho. Para ele,

"(...) o aparente caráter ilógico do trabalho autônomo pode ser analiticamente recuperado por uma lógica maior da própria sociedade como formação histórica e concreta. (...) A lógica geral está no barateamento de mercadorias que contribuem para o barateamento da força de trabalho, passando o trabalho autônomo a fazer parte do processo de organização dos vários ramos de produção" (Prandi, op. cit., p. 39).

Dessa forma, tal como para Oliveira, a lógica da existência do trabalhador autônomo é, em última análise, o barateamento das mercadorias que contribuem para o barateamento da força de trabalho. O autor utiliza como exemplo o caso das pequenas oficinas de reparação, onde são recuperados, a um baixo custo, certos tipos de bens que, desse modo, não precisam ser repostos totalmente, o que ocorreria certamente com custos relativamente mais elevados. Essa atividade, ao permitir uma redução de necessidades, contribui para o rebaixamento do salário necessário à reprodução da força de trabalho assalariada e, conseqüentemente, para o aumento da taxa de exploração relativa do trabalho assalariado. Em última análise, "(...) uma grande parcela de autônomos de baixa renda contribui para manter as estratégias do mercado de força de trabalho barata (...)" (Prandi, op. cit., p. 38).

Ao contrário dos demais autores, Souza critica a validade da função do rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho atri-

buída ã pequena produção mercantil urbana. Para isso retoma e analisa a tese largamente difundida que tem como argumento principal o fato de que, em economias atrasadas, as formas não capitalistas de organização da produção produziriam bens e serviços a um custo menor do que se fossem produzidos por empresas capitalistas. Baseando-se na hipótese de que a cesta de consumo dos trabalhadores compor-se-ia basicamente de produtos oriundos dessas formas de organização da produção, a conclusão é a de que, em conseqüência, tenderã a haver um rebaixamento dos salários dos trabalhadores engajados na produção capitalista.

Contra-pondo-se a essa argumentação, Souza mostra que, em primeiro lugar, grande parte da cesta de consumo dos trabalhadores é abastecida por produtos industrializados³ e que, ao contrário do que erroneamente se possa pensar, os preços dessas mercadorias tendem a ser mais elevados para os setores populacionais de baixa renda que se abastecem no pequeno comércio da periferia urbana⁴. Isso porque os hábitos de compra desses indivíduos explicam-se por uma série de "facilidades" que essas pequenas unidades mercantis oferecem — possibilidades de fracionar as compras, proximidade geográfica, facilidade de crédito, etc. — e que acabam sendo compensados por preços relativamente mais altos⁵. Portanto, para o autor, os assalariados urbanos de baixa renda não esta-

³ "A roupa barata, o sapato barato, etc. são produzidos em geral por indústrias (...). Os tecidos dos assalariados são sintéticos, seus sapatos são de borracha ou "couro sintético", ou simplesmente "havaianas". A roupa de algodão, o sapato de corda, etc. são cada vez menos usados" (Souza, 1980, p. 121, Tese).

⁴ Não há por que supor também, ressalva Souza, que o abastecimento dos assalariados seja feito todo ele através dos pequenos comerciantes informais.

⁵ Conforme Carvalho e Souza, "Alguns desses compradores já solicitam 'uma sandália de vinte cruzeiros' ou 'dois cruzeiros de óleo', estabelecendo, previamente, o limite de sua disponibilidade. Vale ressaltar que, embora o fracionamento citado seja fundamental para o consumo das populações de mais baixa renda, permitindo-lhes adquirir dois cigarros, uma gilete ou uma cebola, por exemplo, ele implica preços unitários mais elevados desses produtos. E essa elevação dos preços, aliada ao emprego não remunerado da mão-de-obra familiar e a outras condições de funcionamento, é o que permite a sobrevivência desses pequenos comerciantes" (Carvalho & Souza, op. cit., p. 97, nota 19).

riam gozando do benefício de um menor custo de bens e serviços produzidos e/ou comercializados pelo o que ele chama de unidades mercantis simples.

Em segundo lugar, distinguindo os conceitos de custo de reprodução da força de trabalho e salário, Souza conclui que não é o primeiro que é baixo, mas sim o segundo. O salário seria uma forma externa de manifestação do valor da força de trabalho, podendo assumir valores acima ou abaixo deste. Para o autor, um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho significa tão-somente um rebaixamento do valor dos bens e serviços que integram a cesta de consumo dos trabalhadores. Isso não implicaria qualquer variação nos salários, assim como alterações salariais não implicariam variações nos custos da cesta de consumo.

E aqui se coloca outra questão importante discutida pelo autor e que se refere à determinação da taxa de salários na economia como um todo e sua dita vinculação com a produção mercantil simples. Em busca de uma formulação mais precisa acerca da determinação da taxa de salários, o autor parte de conceitos e formulações teóricas clássicas, propondo-se a pensar algumas categorias de análise adicionais capazes de explicar as novas condições de que se revestiu a questão, dada a evolução do capitalismo. A tentativa do autor é no sentido de mostrar que no processo de determinação dos salários, bem como das condições de trabalho, interagem simultaneamente condicionantes ligados ao processo de acumulação de capital "stricto sensu" e outros ligados à luta de classes. Esse seu posicionamento distancia-se, portanto, da visão economicista que incorrem aqueles que apenas consideram os primeiros condicionantes na determinação da taxa salarial.

Por outro lado, o autor também distinguiu-se daqueles que estabelecem uma relação direta entre o nível médio de renda na produção mercantil simples e a taxa de salários no sentido de que a primeira variável tenderia a puxar para baixo os salários do mercado formal de trabalho. Souza defende a idéia de desvincular o salário de base da economia urbana como um todo do nível de renda que se verifica na produção mercantil simples, pois para ele

"(...) a determinação do salário de base é um processo muito complexo que surge fundamentalmente da articulação dos diversos se-

tores econômicos no *marco geral* da luta das classes sociais pela repartição do produto" (Souza, 1980, op. cit., p. 53).

É errôneo atribuir às formas de produção não tipicamente capitalistas o poder de fixar o salário de base para o conjunto do sistema econômico. Para o autor, é justamente o contrário que ocorre, isto é, a taxa de salários do núcleo capitalista parece constituir-se na variável que orienta a determinação das rendas na pequena produção mercantil. Desse modo, respondendo a Oliveira, Souza afirma que são os baixos salários que explicam a autoconstrução e não o contrário. A habitação precária e a autoconstrução são a resposta de sobrevivência dos trabalhadores frente aos baixos salários que recebem. Continua Souza:

"(...) a taxa de salário é um 'farol' que orienta algumas das rendas não capitalistas da economia. Nesse sentido, o pequeno produtor, o biscateiro, etc. modificam os preços cobrados pelos seus serviços como *reação* a uma mudança na taxa de salários. Jamais o inverso, ou seja, nunca a economia capitalista modificará sua taxa de salários porque os biscateiros reajustaram o preço de seus serviços" (Souza, op. cit., 1980, p. 93-4, Tese).

Em última análise, para Souza, a pobreza e os baixos níveis de renda no núcleo capitalista são resultado, antes de mais nada, dos baixo poder de negociação dos trabalhadores frente ao capital e do modo pelo qual se realiza historicamente o processo de acumulação de capital.⁶

f) Manter uma força de trabalho de reserva

Por último, a sexta "função" atribuída à produção não tipicamente capitalista seria a de assegurar a manutenção do exército industrial de reserva que o desenvolvimento capitalista exige, produz e recruta em períodos ou áreas específicas de maior expansão produtiva. Carvalho e

⁶ O nível de renda nas outras formas de organização da produção, por sua vez, depende do tamanho do mercado (que é determinado pela produção capitalista), do número de pessoas engajadas nessas ocupações (que depende do excedente de mão-de-obra não ocupado nas formas capitalistas) e do grau em que o capital consegue extrair o excedente.

Souza argumentam que, enquanto nos países desenvolvidos a existência do exército industrial de reserva é garantida, predominantemente, através de meios institucionais (subvenções públicas, auxílio aos desempregados, etc.), nos países subdesenvolvidos é o consumo dos serviços prestados pelos trabalhadores autônomos que asseguram a manutenção dessa reserva de trabalho, cuja importância residiria no fato de permitir a compressão salarial dos assalariados nas empresas capitalistas, bem como a substituição frequente desses empregados e a seleção daqueles mais produtivos.

Para melhor entender a controvérsia em torno do fato de os integrantes da produção não tipicamente capitalista se constituírem ou não em exército de reserva para o capital, cabe examinar a discussão teórica, revista no trabalho de Kowarick, dos diversos posicionamentos acerca dessa questão.

O autor inicia recolocando o conceito marxista de população excedente ou exército industrial de reserva:

"(...) a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua expansão, uma população relativamente supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (...) a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua" (Kowarick, op. cit., p. 107).

Para Marx, o exército industrial de reserva constituiria o sustentáculo básico do processo produtivo. Isso por dois motivos: diretamente, por servir ao capital nos momentos de sua expansão e, indiretamente, por reduzir o montante de remuneração do fator trabalho ao permanecer como reserva. Conforme Marx, "(...) em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários regulam-se exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondente às mudanças periódicas do ciclo industrial" (Ibidem).

A partir daí, Kowarick apresenta as controvérsias que ainda existem em torno desse tema, ignorando, no entanto, as interpretações não vinculadas à teoria histórico-estrutural. Para Hobsbawn, por exemplo, "(...) não se pode dizer que este excedente funciona como um 'exército industrial de reserva' no sentido clássico. (...) Pode ser dito que uma

grande proporção do excedente de trabalho é irrelevante para a economia, 'marginal'" (Hobsbawm, apud Kowarick, op. cit., p. 108-9). Nessa mesma linha, inserem-se as primeiras formulações de Nun, Quijano, Marin e Mermis ao defenderem a idéia de que a "reserva", por ser superabundante, deixa de ser um "exército industrial", não interferindo mais, desse modo, nas leis de acumulação; o exército de reserva é excessivo.⁷ Pergunta, então, Kowarick: "(...) excessivo em relação a que, visto ser o processo de acumulação e não a dinâmica populacional que cria a força de trabalho que é excedente às necessidades do capital?" (Kowarick, op. cit., p. 109). Para o autor, o pressuposto falacioso da posição desses autores é de que o modo de produção capitalista tenha-se transformado a tal ponto que não mais se configure a mesma situação analisada por Marx no século XIX. Parece ser isso que Nun e Quijano procuram mostrar ao argumentarem que nem toda a população excedente tem, na fase atual do capitalismo latino-americano, as "funções" de exército industrial de reserva. Isso implica dizer que parcelas dessa força de trabalho de reserva se teriam tornado "disfuncionais" ou "afuncionais" para o processo produtivo⁸ em decorrência do surgimento do capital monopolista. Isso porque,

"Em um cenário que tende cada vez mais a se arquitetar em empresas de grande porte, alta produtividade e crescente especialização do trabalho — tornando cada vez mais difícil, segundo os autores, a transferência de mão-de-obra de um setor para outro —, a expansão econômica cuja alavanca é o monopólio já não mais estaria tão sujeita a ciclos de retração e calca-se muito mais nas inovações tecnológicas e científicas do que na incorporação da força de trabalho adicional. Ademais, dada a dificuldade de se forjar o trabalhador especializado, tais empresas, devido à sua condição de "pride markers", remuneram a força de trabalho que ab-

⁷ Dessa interpretação resultam as noções de "massa marginal" (Nun) e "mão-de-obra marginalizada" (Quijano).

⁸ "Nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria que implica uma *relação* funcional deste excedente com o sistema no seu conjunto" (Nun, jul. 1969, apud Kowarick, op. cit., p. 110).

sorvem a preços sensivelmente superiores à média vigorante no mercado de trabalho, o que permite falar na existência de "dois mercados de trabalho" -- o da indústria competitiva e o da monopolista - cujo indicador é uma dispersão salarial bastante acentuada" (Nun, 1969, mimeo, apud Kowarick, op. cit., p. 111).

Desse modo, parcelas importantes da população excedente não teriam o papel de servir ao sistema nos seus momentos de expansão, uma vez que o aumento da produção no capitalismo monopolista dar-se-ia principalmente através de acréscimos no capital constante combinados a pequenos incrementos de mão-de-obra, e nem o de redutor de salários, posto que a fixação dos níveis salariais dos assalariados desses setores não mais dependeria da pressão que pode exercer essa força de trabalho de reserva.

Apesar de admitir que "As questões levantadas por Quijano e Nun envolvem problemas cuja solução definitiva dificilmente pode ser obtida visto o estágio atual em que se encontram os trabalhos teóricos e empíricos acerca das sociedades dependentes", Kowarick (op. cit., p. 113) procura levantar algumas questões numa tentativa de por em dúvida a argumentação defendida por esses autores. A primeira questão diz respeito ao fato de o caráter do modo de produção capitalista permanecer o mesmo, ainda que em sua fase monopolista, uma vez que a essência da acumulação continua sendo a exploração do trabalho através da criação de mais-valia. Para Kowarick, inclusive

"(...) o sistema monopolístico acirra as contradições entre o trabalho e o capital na medida em que a participação do fator salário diminui face ao valor do produto social gerado, o que supõe, de um lado, uma crescente pauperização relativa e, de outro, a criação de um contingente de trabalhadores sobrantes" (Kowarick, op. cit., p. 114).

Portanto continua sendo da lógica capitalista, e principalmente do capital monopolístico, a geração de uma população excedente, cujo aumento não tem por que implicar a inexistência de "funções" para o capital. Supor o contrário, para Kowarick, é admitir que a lei de acumulação marxista não dê mais conta da "versão moderna" do capitalismo.

A segunda questão refere-se à influência do exército industrial de reserva na determinação dos salários no núcleo capitalista da economia. Para Kowarick, embora a fixação dos salários não resulte de maneira me-

cânica e direta da existência de uma população excedente⁹, "Tudo leva a crer que os 'grupos marginais', (...) continuam desempenhando o 'papel' de exército industrial de reserva e que este 'papel' é decorrente do movimento contraditório, básico e necessário que opõe o trabalho ao capital" (Ibidem, p. 123). Segundo o autor,

"O enorme contingente de trabalhadores caracterizado por baixos níveis de remuneração, seja vendendo sua força de trabalho de forma intermitente em função dos ciclos do capital, seja trabalhando por conta própria, ou presente nos ramos 'arcaicos', parece constituir um manancial que possui a virtualidade de permitir ao capital a fixação de padrões salariais altamente 'funcionais' à dinâmica da acumulação na medida em que facilita 'freiar' as escalas de remuneração da força de trabalho a níveis vários de qualificação" (Kowarick, op. cit., p. 122).

Por outro lado, quanto à outra "função" do exército de reserva no sentido de ser um potencial de força de trabalho mobilizável pelo capital em seus momentos de expansão, Kowarick mostra que essa parece também continuar válida, uma vez que são justamente os ramos "dinâmicos" da indústria que mais absorvem mão-de-obra¹⁰. Em suma, para o autor, os setores marginais aparecem como um dos pontos de apoio para fazer girar a engrenagem da economia. Aliás, nesse sentido, Prandi apresenta uma colocação original ao mostrar que a existência de uma grande massa de trabalhadores por conta própria permite

"(...) uma redução (...) na magnitude exposta do exército industrial de reserva em nível compatível com a manutenção de um excedente populacional de tamanho suficientemente grande para manter

⁹ Para ele, "(...) decorre, entre outras coisas, do grau de interferência do Estado na fixação salarial, dos grupos sociais que esta intervenção favorece, bem como da vitalidade das organizações da classe trabalhadora em obter maior ou menor parcela dos benefícios disponíveis" (Ibidem, p. 116).

¹⁰ Utilizando dados de uma pesquisa realizada em São Paulo, Kowarick mostra que, ao se atribuir o índice 100 para o ano de 1960, o número de operários nas indústrias "dinâmicas", em 1968, sobe para 149, enquanto, nas "tradicionais", este último índice situa-se na ordem de 112.

o processo de depressão real dos salários e, ao mesmo tempo, em nível suficientemente reduzido para impedir o desemprego em massa, capaz de elevar os riscos do conflito a um ponto além do qual o próprio sistema não teria forças para anular a fatalidade de sua bancarrota" (Prandi, op. cit., p. 36-7).

Desse modo, ao deixar como reserva uma parcela da população que "(...) dissolve, na aparência imediata da autonomia do trabalho, o conflito possível das classes sociais" (Ibidem, p. 37), o capital nada mais está fazendo do que garantir as condições necessárias à forma de acumulação "pacífica".¹¹

Retomando a argumentação de Kowarick, pode-se dizer que, embora essa seja válida no sentido de reafirmar o papel de força de trabalho de reserva dos participantes da produção não tipicamente capitalista, Souza parece avançar na interpretação do significado e da amplitude desse excedente, tendo em vista a possibilidade de sua mobilização imediata pelo capital em um momento determinado. A tese central de Souza é a de que nem todo excedente está mobilizado como reserva de mão-de-obra, mas somente uma parte deste.¹²

Isso porque, em primeiro lugar, grande parte desse excedente, ao ser formado de trabalhadores expulsos da zona rural, não se constitui no tipo de mão-de-obra requerido pela economia urbana, conforme aponta Souza: "Os hábitos de trabalho, a própria 'filosofia de vida', devem ser radicalmente alterados para 'transformar' essa mão-de-obra em autêntica força de trabalho urbana" (Souza, 1980, p. 44).

¹¹ "*Pacífica* significa nesse trabalho nada mais que uma estratégia que procura enfraquecer e anular de todo modo possível os conflitos de classes, valendo-se o processo, no plano político, de instrumentos de repressão à organização dos trabalhadores para seu interesse e de farta propaganda suportada pela ideologia desenvolvimentista e posta em prática por uma política de segurança nacional" (Prandi, op. cit., p. 37, nota 25).

¹² Isso explicaria, segundo ele, por exemplo, o fenômeno que ocorre muitas vezes nas economias atrasadas e que Souza denomina de "o paradoxo da abundância", ou seja, ao mesmo tempo em que as cifras estatísticas constatavam a existência de um amplo excedente de mão-de-obra nas cidades, os líderes empresariais e associações patronais reclamavam da carência de mão-de-obra, inclusive a de baixa qualificação.

Em segundo lugar, porque nesse excedente de mão-de-obra estão incluídos os trabalhadores vinculados a formas não tipicamente capitalistas de produção, cuja disponibilidade para o trabalho assalariado é bastante variável e dependente do tipo de atividade em que se inserem. Para o autor,

"(...) salvo que a expansão da economia moderna nas cidades *destrua* completamente as possibilidades econômicas de atividades mercantis simples (...) lançando *novamente* essa mão-de-obra à necessidade de buscar o assalariamento para subsistir, ela não estará disposta a transformar-se em força de trabalho urbana".¹³

Além disso, para o autor, o grau de mobilização para integrar o exército industrial de reserva dos ocupados nas organizações não tipicamente capitalistas é variável no sentido de que, em determinados momentos, alguns indivíduos podem funcionar como força de trabalho de reserva e, no momento seguinte, podem deixar de fazê-lo. Isto é, em um dado momento, pode existir uma franja dos ocupados na chamada pequena produção que esteja realmente participando do exército industrial de reserva, mas essa franja é bastante variável e, segundo Souza, tampouco interessa conhecer sua magnitude. Esse grau de mobilização dependeria, em última análise, do movimento do capital ao destruir e recriar espaços econômicos para as chamadas pequenas organizações mercantis urbanas.

¹³ Souza ainda destaca uma importante diferença existente entre o desenvolvimento atual dos países atrasados e o de economias industrializadas no século passado: "(...) o excedente de força de trabalho não ocupado nas atividades capitalistas se 'refugiava' em grande parte nas organizações mais simples (manufatura; trabalho a domicílio, etc.) para subsistir, porém *mantendo-se na* condição de assalariados. Assim, esse era um verdadeiro exército de reserva que se mobilizava em épocas de especial dinamismo da atividade econômica. Essas formas não plenamente capitalistas de organização da produção com ampla *predominância* de trabalho assalariado praticamente desapareceram nos sistemas econômicos atuais. Os seus resquícios são justamente essas formas que se encontram na produção mercantil simples, onde, entretanto, o assalariamento e, principalmente, o regime de trabalho disciplinado com horário e jornada fixa de trabalho com práticas rotineiras, etc. não existem" (Souza, op. cit., p. 46, nota 23).

Revendo a teoria marxista, Souza mostra que o sentido histórico do movimento da população ativa era o de passar paulatinamente de formas de organização pré-capitalistas a formas primitivas e a formas capitalistas propriamente ditas. Para Marx, esse movimento de proletarianização dos trabalhadores era inexorável, não comportando reversão, mesmo que formas mais arcaicas subsistissem por longos períodos como formas de transição. Embora postulasse a criação de um exército de reserva crescente, Marx considerava possível uma eventual escassez da força de trabalho a ser solucionada por uma crise. "Portanto [alerta Souza], até aquele ponto, o excedente de população não assumia dimensões tais que se devesse buscar uma teoria 'estratégias de sobrevivência' dos trabalhadores sobranes." Ele acrescenta ainda que

"(...) dado que o excedente de mão-de-obra é realmente crescente, como o supôs Marx, poder-se-ia colocar a longo prazo o problema de que uma parte da mão-de-obra sobranes (...) buscasse outras formas de organização da produção que lhe garantissem a subsistência ou eventualmente até mais do que isto" (Souza, 1980, p. 24).

Segundo Souza, é o que acontece atualmente, especialmente nas economias atrasadas, onde uma parte da população sobranes engaja-se em ocupações não tipicamente capitalistas, deixando de se constituir toda ela em uma força de trabalho imediatamente mobilizável pelo capital.

Faz-se necessário aqui introduzir a distinção que Souza faz entre os conceitos de superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Enquanto a *superpopulação relativa* estaria referida a um conjunto heterogêneo de pessoas com diferentes graus de disponibilidade para sua inserção imediata no mercado de trabalho capitalista, o conceito de *exército industrial de reserva* envolveria somente os indivíduos capazes de serem imediatamente mobilizados pelo capital. Para Souza,

"O exército industrial de reserva seria, portanto, uma espécie de conceito 'qualitativo' referido à população excedente: é preciso que uma parte ao menos da superpopulação tenha a 'qualidade' de ser 'Exército Industrial de Reserva', porque esta qualidade é requerida para a reprodução do capital" (Souza, 1980, p. 85, Tese).

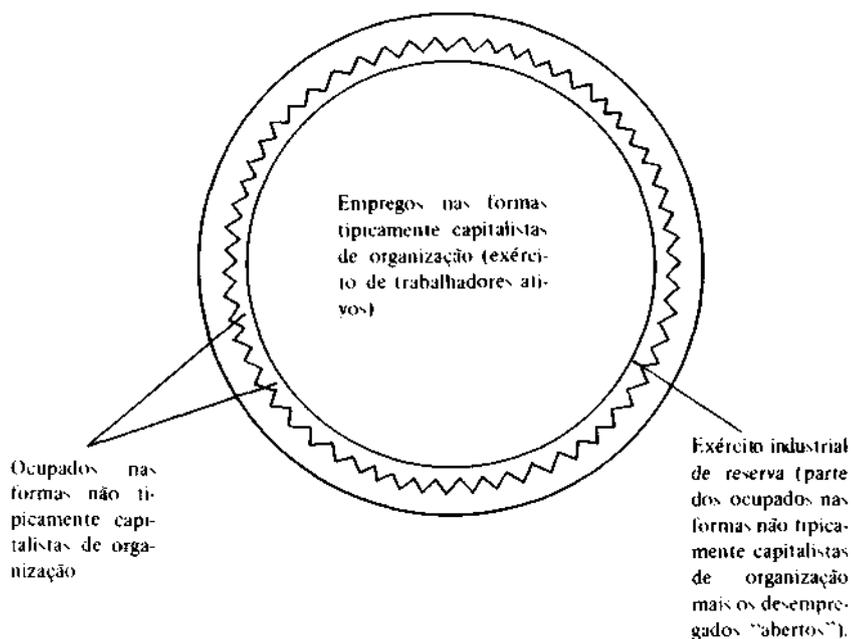
A figura a seguir, apresentada por Souza, ilustra sua interpretação, mostrando que o exército industrial de reserva é tão-somente uma

franja da superpopulação relativa, franja esta que varia e flutua conforme os movimentos de expansão e contração do capital.

Conclui Souza, então, que, do ponto de vista do funcionamento do sistema econômico atual, a superabundância de mão-de-obra não implica necessariamente uma ilimitada força de trabalho disponível imediatamente para o capital. Como mostra Souza,

"Ao contrário, em algumas conjunturas em que a demanda por mão-de-obra se acelera mais do que o ritmo 'normal' ou em que aumentam conjunturalmente as necessidades de mão-de-obra nas zonas rurais (...), produz-se verdadeira 'escassez' no mercado de trabalho urbano durante períodos determinados" (Souza, 1980, p. 85, Tese).

ESQUEMA DA ESTRUTURA DO EMPREGO



Essa conclusão é importante no sentido de relativizar a influência desse excedente de mão-de-obra na determinação dos salários na economia urbana, outra questão bastante discutida entre os autores. Souza admite que a mão-de-obra excedente exerce um papel importante na acumula-

ção capitalista, pois, ao contribuir para o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores, acarreta o rebaixamento dos salários resultantes da luta entre capital e trabalho, do que resulta a redução no custo de reprodução dessa força de trabalho via ou não crescimento do valor da cesta de consumo que integra o seu valor.

O importante a destacar, porém, é que para ele, em primeiro lugar, o nível de salários é determinado basicamente pelas necessidades de acumulação e, nesse caso, o enfrentamento entre o capital e o trabalho iria resultar tão-somente em variação de salário nos limites dados pelo capital. Ou seja, a existência de uma massa de marginais apenas debilita o poder de negociação dos trabalhadores nas suas relações com o capital e não determina o salário. Em segundo lugar, independentemente da existência de uma massa marginal, os trabalhadores poderiam organizar-se e obter benefícios. Isso significa que apesar de o excedente de mão-de-obra ocupado em formas não tipicamente capitalistas não exercer uma pressão direta sobre os salários, sua própria existência e magnitude tendem a fornecer um leque maior de alternativas para o capital no sentido de resolver eventuais problemas de escassez de mão-de-obra. Ou seja, conforme Souza,

"Nestas situações, o sistema pode simplesmente 'apertar o cerco', aumentando o ritmo em que destrói o emprego não capitalista para incrementar o exército industrial de reserva não mobilizado. Nesta maior mobilização, o sistema vale-se de qualquer instrumento, desde a simples pressão estritamente econômica sobre as pequenas unidades até a utilização da lei e da força pública para impedir a proliferação de atividades autônomas e para obrigar a população ao trabalho assalariado. Assim, *indiretamente*, o tamanho do excedente global de mão-de-obra é um fator a ser considerado na determinação do poder de negociação dos trabalhadores do núcleo capitalista da economia" (Souza, 1980, p. 90, Tese).

A interpretação do autor, portanto, descarta o fato de ser impossível um aumento da taxa salarial na economia em função da existência de um considerável excedente de mão-de-obra a exercer pressão sobre o sistema, como querem alguns autores. Para ele, o que pode ocorrer é uma certa dificuldade nesse sentido – e não impossibilidade –, uma vez que

"O desenvolvimento da luta sindical pode (...) plasmar algumas es-

truturas que garantam um certo grau de proteção dos ganhos dos trabalhadores em relação a eventuais pressões externas, que tende a exercer a população sobrance" (Souza, 1980, p. 90, Tese).

Em suma, a tese principal que orienta o raciocínio de Souza é a de que a valorização do capital em um tipo de organização não depende de sua valorização em outra forma através de outros tipos de organização, mas depende unicamente das condições em que se realiza dentro de cada esfera produtiva. Em outros termos, a miséria em qualquer uma dessas esferas não depende da miséria dos ocupados em outras esferas, mas depende, isto sim, da sua debilidade frente ao capital dentro de cada uma dessas esferas. Esclarecendo melhor, diz o autor:

"A debilidade da força de trabalho frente ao capital é acrescida também pelo excedente de mão-de-obra, e sua miséria, ocupada nas outras formas de organização. Entretanto, o importante é que essa não é uma relação ou determinação intrínseca ou necessária que viabiliza a acumulação. É uma relação *sivoustanstancial*" (Souza, s.d., mimeo).

Desse modo, a existência de um excedente de mão-de-obra e as suas condições miseráveis de vida não impedem a organização dos assalariados em busca de seus benefícios. Além disso, conclui o autor, nem a miséria é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em economias atrasadas, nem a extração do excedente de uma esfera produtiva a outra é fundamental para a acumulação. O determinante são as condições concretas em que se dá a acumulação do capital no pólo hegemônico da economia, isto é, nas formas de organização capitalistas.

5 – CONCLUSÕES

Três questões importantes permeia, com maior ou menor ênfase, o tema tratado. A primeira delas refere-se à busca de uma definição para a categoria em estudo, de modo a diferenciar as atividades não tipicamente capitalistas no interior da economia urbana. A segunda questão trata do significado dessa categoria no modo de produção capitalista, enquanto a terceira busca contrapor as várias interpretações acerca das possíveis contribuições das atividades organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas para a acumulação de capital.

Quanto à primeira questão, pode-se dizer que a sistematização dos trabalhos voltados ao estudo da produção não capitalista revelou a diversidade de conceitos teóricos utilizados para definir o conjunto de ocupações que se organizam sob esses moldes. Ainda que se verifique uma grande variedade de interpretações baseadas em diferentes terminologias e em esquemas analíticos distintos, está claro que os autores aqui examinados estão buscando apreender e explicar o mesmo fenômeno.

As referências teóricas iniciais em torno da existência desse conjunto de atividades definiram-no como o fenômeno da "marginalidade". Embora esse termo tenha surgido para designar os elevados índices de pobreza que caracterizam o Terceiro Mundo, seu potencial explicativo em relação a esta realidade foi bastante reduzido. Isso porque, ao invés de buscar nos mecanismos de expansão do capital sua razão de existir, essas teorias viam a "marginalidade" como uma limitação individual, primeiramente de cunho psicológico, mais tarde como resultado de carências econômico-sociais que supostamente impediam a integração dos indivíduos na sociedade urbano-industrial. O problema era reduzido, portanto, a um desajustamento social do indivíduo em particular, sendo desvinculado totalmente de situações histórico-sociais concretas que, na verdade, lhe dão origem. Isso funcionava no sentido de mascarar o problema, uma vez que atribuir a limitações de qualquer espécie, por parte dos indivíduos, a razão da sua situação marginal equivalia a isentar o sistema social de toda e qualquer responsabilidade.

Um novo conceito de "marginalidade" surge no trabalho de Kowarick, quando então o fenômeno não mais se confunde com uma anomalia ou dis-

função do sistema, mas coloca-se, isto sim, como uma produção que tende a se adequar às necessidades de expansão do capital. Além disso, a marginalidade deixa de se configurar como um mundo à parte, segregado, onde o reduzido nível de rendimento dos indivíduos e em consequência seus baixos padrões de consumo material e cultural constituiriam seus aspectos definitórios básicos¹. Em suma, na visão teórica de Kowarick, o termo marginalidade passa a ser associado à produção de determinados bens e serviços que servem de algum modo para a reprodução das condições do sistema capitalista. Numa tentativa de aproximar a teoria à realidade, o autor, no entanto, introduz o uso da noção supostamente equivalente de mercado não formalizado de trabalho, proposta por Machado da Silva. Tal noção, que se confunde de certo modo com a de mercado informal de trabalho, parte do critério tradicional – ausência de proteção jurídica e reconhecimento social que teoricamente seriam proporcionados pela "carteira assinada" – para definir basicamente as diversas situações de trabalho prevalentes no setor. Assim, o setor informal abrangeria o conjunto da população em atividade que não possui vínculos empregatícios formais regidos por lei.

Tal como o termo "marginalidade", que traz consigo um conjunto de estereótipos ligados à percepção inicial que tinham desse fenômeno as primeiras abordagens, o uso da expressão "setor informal" também está vinculado, em sua origem, a uma visão dicotômica da economia. A terminologia formal/informal, na verdade, surgiu a partir de pesquisas e estudos sobre o emprego realizados na África pela Organização Internacional do Trabalho e de cujo relatório final consta a seguinte conclusão:

¹ Maria Célia Paoli, em seu trabalho "A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado" (In: Hoogan, 1978, p. 52), criticando a teoria da marginalidade, nega os fatores que ela apresenta como responsáveis pela situação marginal, mostrando que, na realidade, eles são elementos componentes da condição de vida de toda uma classe social. Conforme a autora, "(...) o dito trabalhador marginal está na mesma escala de exploração progressiva que caracteriza o proletariado brasileiro no atual momento histórico; mais do que classificá-los como marginais, importa perceber o campo de relações sociais configuradas historicamente pelas situações de classe que representam, originadas das relações de produção concretas".

"O emprego nas áreas urbanas do mundo em desenvolvimento é função do dualismo econômico prevalecente. Dois setores coexistem lado a lado. Um é o setor organizado, moderno, formal, caracterizado por tecnologia capital-intensiva, salários relativamente altos, operações em grande escala, em organizações governamentais ou de companhias. O outro é o setor não organizado, tradicional, informal, cujas unidades econômicas têm características reversas ao formal: trabalho-intensivo, operações em pequena escala, uso de métodos tradicionais, fruição de rendimentos modestos por parte do indivíduo ou de família" (Ekerman, s.d., p.5).

Percebe-se, portanto, que a idéia de segmentação do mercado de trabalho está profundamente arraigada na percepção que deu origem à definição de setor informal. Daí porque, mesmo acrescentando a essa categoria critérios adicionais para caracterizá-la melhor, a definição resultante ainda permanece impregnada de uma visão dualista da economia urbana, onde se mantêm estanques seus dois segmentos – formal e informal. Mais do que isso, as análises com base nesses pressupostos não logram captar os nexos estruturais entre os dois setores, não percebendo que o setor informal não existe senão por sua relação com o setor formal e, desse modo, não pode ser definido senão a partir dessa relação. A falha de muitos estudos que não conseguem desvencilhar-se de uma visão dicotômica consiste na análise isolada do setor informal, isto é, como se fosse independente das outras formas existentes, o que impede a compreensão do modo como ele se articula no conjunto da economia e dos determinantes que definem sua importância, condições de existência e dinâmica própria.

Por outro lado, não se pode raciocinar em termos de dois pólos antagônicos, pois a estabilidade estrutural, que alguns autores parecem acreditar que existe entre os setores formal e informal, tendem a perder sua consistência à medida que o movimento fundamental e constante, pelo qual o capital destrói as outras formas de organização da produção e os recria sob outros moldes, permite uma grande variedade mutante de formas de organização econômica. As novas formas que surgem não deixam de reproduzir as anteriores, mas não são idênticas a elas. Essa instabilidade temporal é também espacial, uma vez que o chamado setor informal assume formas e significados nos diferentes países e regiões.

Em função disso, há que se tomar como ponto de partida o próprio movimento de produção e realização de mais-valia e ver como surge em condições concretas a necessidade de outras formas de produção e realização subordinadas ao capital, mas em constante redefinição sob o impulso das necessidades de acumulação. Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas sim de analisar os processos que provocam segmentações no interior da economia urbana. Isto é, a partir do exame do processo de valorização do capital, deve-se tentar descobrir por que se opera a "divisão do trabalho" entre produção capitalista e não capitalista e sob que dinâmica se regem.

Prandi é um dos autores que melhor examina essa questão, demonstrando que antes de tudo a forma de trabalho autônomo não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista. O autor ainda mostra que a preocupação em equacionar o modo de produção capitalista com outros modos de produção subsidiários ou clientes tem resposta em J.A. Giannotti que, ao discutir a questão teórica a respeito da atual existência ou não de mais de um modo de produção no Brasil, afirma que:

"(...) o capital incorpora modos anteriores de produção. A produção simples de mercadoria, que pode sobreviver como sistema produtivo entre produtores marginais, passa a constituir um dos momentos do ciclo de acumulação de capital. Ainda nessa mesma reflexão, graças aos mecanismos da acumulação primitiva, o capital se defronta com modos de produção periféricos. Muitas vezes, simplesmente os destrói, integrando o trabalho morto sob a forma de valor e o trabalho vivo sob a forma de força de trabalho ativa ou exército de reserva. Nem sempre, porém, os 'soldados' desse exército sobrevivem das sobras dos salários ou da mais-valia distribuída via Estado. No interior de limites perfeitamente controlados pelo capital, esses trabalhadores podem operar de forma organizada, produzindo objetos para outrem ou mercadorias que trocam entre si, sem participar diretamente do processo de geração do excedente" (Giannotti, apud Prandi, op. cit., p. 30).

Giannotti classifica, então, tais formas de produção de "modo de produção subsidiário ou cliente", atentando para o fato de que não importa o objeto designado, mas sim o modo pelo qual ele ganha autonomia nos poros do processo capitalista. Assim, pouco importa a definição da-

da a essa categoria. O importante é investigar o modo pelo qual a produção não capitalista preenche as brechas abertas pelo modo de produção capitalista, subordinando-se às suas leis de acumulação.

O importante também no exame da produção não capitalista é captar que sua problemática envolve diretamente o entendimento de formas diferenciadas de inserção da força de trabalho em um processo histórico de formação de capital de uma sociedade. Em outros termos, fundamental deve ser a preocupação em mostrar que a heterogeneidade das relações de trabalho é uma condição dinamizadora do processo de acumulação. Isso porque, no seu processo de valorização, o capital utiliza concomitantemente todos os níveis de mão-de-obra através do estabelecimento de variadas e múltiplas relações de trabalho articuladas entre si.

Sob essa perspectiva teórica, inserem-se os trabalhos de Souza, Jelin, Carvalho, Souza e Singer onde, com maior ou menor intensidade, se manifesta essa preocupação com a heterogeneidade do sistema econômico. Numa tentativa de superar a visão dualista do mercado de trabalho, apresentam propostas alternativas para o exame das atividades não tipicamente capitalistas, que parecem avançar na interpretação do funcionamento dessas atividades à medida que deixam de defini-las a partir de determinados critérios - como produtividade, por exemplo - utilizados na análise das atividades que integram o chamado "setor moderno capitalista". Na verdade, o que importa é captar a especificidade das diferentes formas de produzir, não considerando, em consequência, referenciais analíticos relativos às formas capitalistas de produção.

Em suma, o objetivo desses autores consiste na busca das particularidades das diferentes situações de trabalho, tendo como preocupação principal mostrar a heterogeneidade organizativa interna a cada uma dessas formas de organização. Ao admitirem a diversidade de situações de emprego, em consequência da existência de diferentes formas de organização da produção, procuram entender as singularidades de que essas se revestem, assumindo a própria ótica do agente. Nesses trabalhos, percebe-se, portanto, a tentativa de pensar a articulação entre o modo de produção capitalista - a forma de produção dominante - e as demais formas de produção, sem, contudo, deixar de lado a especificidade destas últimas. Em suma, a grande contribuição teórica desses estudos ao problema do emprego em formas não capitalistas de produção, e, nesse sen-

tido, particularmente a do trabalho de Jelin, consiste no fato de se oporem à visão tradicional dessa questão que, via de regra, encara o sistema econômico pela ótica do sistema capitalista e seus "padrões de modernidade", definindo, conseqüentemente, todas as situações que não se enquadram nesses parâmetros como relações de produção "arcaicas", como subemprego, como desemprego disfarçado, etc., enfim, como situações de emprego anômalas ao capital. Ao contrário, para esse grupo de autores mencionados, existe uma diversidade de situações de emprego em conseqüência justamente da coexistência de diferentes formas organizativas de produção.

Enquanto o trabalho conjunto de Carvalho e Souza preocupa-se mais em descrever as variadas atividades que tendem a se organizar sob moldes não capitalistas, é no de Souza que se encontra explicitada uma tipologia para o estudo dessas atividades, passível de ser utilizado em uma pesquisa empírica. Nela, as atividades encontram-se classificadas basicamente em dois grupos. O primeiro deles abrangeria o conjunto de formas de organização mercantil simples, cujo traço definatório seria dado pela ausência de assalariamento permanente. As categorias que aí se incluiriam seriam as empresas familiares, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores por conta própria subordinados², os pequenos vendedores de serviços e as empregadas domésticas. Um segundo grupo incluiria o que o autor denomina de as "quase-empresas capitalistas", as quais, embora utilizem permanentemente mão-de-obra assalariada (traço capitalista), distinguem-se das empresas capitalistas pelo fato de o patrão estar envolvido no processo produtivo (traço não tipicamente capitalista), bem como pelo seu comportamento empresarial. Este difere das empresas capitalistas propriamente ditas, em primeiro lugar por ser

² Há uma certa divergência quanto à inclusão ou não dessa categoria de trabalhadores no universo da produção não capitalista. Singer exclui de sua classificação estes chamados "falsos autônomos", pois, para ele, nada mais são do que empregados não registrados, uma vez que trabalham permanentemente para a mesma pessoa. Da mesma forma, Prandi propõe excluir das análises empíricas o que ele, por sua vez, chama de trabalhador assalariado disfarçado de autônomo, isto é, aquele que recebe remuneração por tarefa executada.

o nível de rendimento total do proprietário a variável-chave de funcionamento ao invés da taxa de lucro e em segundo lugar, tal como ocorre com as demais categorias, por ser intersticial sua inserção no mercado.

Uma observação a ser feita relativamente a esta busca de um marco conceitual para o conjunto dessas atividades que se organizam sob moldes não capitalistas refere-se ao fato de as categorias serem passíveis ou não de operacionalização empírica. Deixando de lado as críticas teóricas acerca dessas categorizações, tem-se observado que elas não têm logrado dimensionar empiricamente o fenômeno objeto de suas análises (Faria, 1974), isto é, a busca por definições teóricas e a consequente formulação de categorias não resultaram no estabelecimento de critérios suficientes para avaliar o problema em suas dimensões reais. A inviabilidade empírica dessas teorizações, impedindo a passagem metodológica de um plano abstrato (teórico) para o concreto (real), é explicada por Faria:

"(...) ao se limitarem à análise categorial — imprescindível ao trabalho teórico — as teorias da marginalidade não têm avançado muito no sentido de oferecer procedimentos adequados para o dimensionamento da marginalidade (ou do exército industrial de reserva) para que se possam avaliar as hipóteses relativas ao comportamento do fenômeno em condições variáveis (nos momentos de depressão e nos momentos de auge, por exemplo)" (Ibidem, p. 137).

Na verdade, o que se observa nessas tentativas em busca de uma definição capaz de abarcar, na medida do possível, todas as situações de trabalho que se incluem na produção não capitalista é que, por ser muito amplo o referencial analítico dessa noção, se torna necessário balizá-la constantemente com uma realidade concreta.

Como foi visto, os trabalhos que apresentaram as propostas mais concretas para o estudo empírico desse conjunto de atividades, inclusive examinando uma realidade específica, foram os de Souza, Singer e Jelin. Na verdade, a tentativa de dimensionar em uma realidade particular as respectivas categorias de estudo não se constitui em preocupação principal dos trabalhos aqui selecionados. Em geral, foram utilizados dados secundários nas diversas análises empíricas, para o que se tornou necessário, às vezes, "adaptar" os respectivos conceitos teóricos, uma

vez que esses não apresentaram aplicabilidade empírica³. Cabe, portanto, salientar a necessidade de se elaborar uma análise acerca dessas atividades que, incorporando a realidade e conceitos teóricos a ela atrelados, esteja voltada a situações concretas específicas.

O segundo nível de indagações refere-se ao sentido da categoria em estudo no modo de produção capitalista. De modo geral, os autores são unânimes em entender a produção não tipicamente capitalista como resultado do modo como se processa o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades dependentes. As abordagens recentes em torno do tema lograram ultrapassar as interpretações tradicionais que encaravam a produção não tipicamente capitalista como um mero conjunto de formas de organização da produção anômalas ou estranhas à lógica do capital. Na verdade, há que se ter uma visão da economia como um todo, onde cada uma de suas partes encontra-se articulada e subordinada à expansão do capital. Esse parece ser o posicionamento teórico dos autores aqui examinados, ainda que cada um deles enfatize um aspecto peculiar da maneira como se insere e se articula a produção não capitalista no modo de produção capitalista.

Compartilhada por vários autores está a idéia de que o processo histórico de expansão do capitalismo no Brasil se deu através de uma combinação entre contrários, ou seja, ao desenvolvimento da produção capitalista correspondeu a criação e/ou a manutenção de atividades com base em padrões não capitalísticos de relações de produção. Baseando-se na análise do modelo brasileiro que se consolidou nos anos 30, Oliveira vai mais além, mostrando que, na época, o processo de acumulação foi justamente compatibilizado através da introdução de relações novas no arcaico e da reprodução de relações arcaicas no novo. Isso porque a manutenção dessas atividades organizadas sob moldes não capitalistas constituir-se-ia em uma forma de sustentação dos setores capitalistas considerados estratégicos e, em última análise, do próprio sistema.

Kowarick, seguindo nessa mesma linha de análise, tenta mostrar como o próprio modo de produção capitalista traz em sua lógica de expan-

³ Foi o caso, por exemplo, de Kowarick que na parte teórica do seu trabalho, utilizou a categoria marginalidade, enquanto na empírica, ao valer-se das informações do censo, tomou o trabalhador autônomo e membro de família como formas representativas do trabalho marginal.

são os mecanismos que originam as relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Mais do que isso, o autor procura identificar a especificidade de que se revestiu historicamente esse processo na América Latina, dado que seu caráter dependente imprimiria características peculiares ao desenvolvimento da região, dentre elas, a criação e a manutenção de relações de produção "arcaicas".

Prandi, por sua vez, ao tentar explicar a existência da figura do trabalhador por conta própria em face da tendência generalizante das relações de trabalho assalariadas, aprofunda a questão da ambigüidade de que se reveste o trabalho autônomo, o qual, ao mesmo tempo em que não faz parte das relações de produção capitalistas, está situado, num aparente paradoxo, no circuito capitalista de produção. A idéia-chave de Prandi é o fato de não ser a extração da mais-valia – ainda que um mecanismo fundamental – a única forma de exploração do trabalho pelo capital. Outras formas seriam, por exemplo, o trabalho doméstico da mulher e o trabalho autônomo.

E Souza, ao partir do pressuposto de que as atividades não tipicamente capitalistas estão de alguma forma subordinadas ao capital, uma vez que estão inseridas no modo de produção capitalista, busca particularizar como se dá essa inserção, tentando qualificar os diferentes graus de subordinação conforme a especificidade que caracteriza essas atividades.

Na verdade, a questão central que permeia esses e os demais trabalhos aqui examinados parece ser até que ponto as formas de produção não capitalistas são realmente atípicas em relação às leis que regem o desenvolvimento capitalista.

Para tratar dessa questão, deve-se examinar, em primeiro lugar, o que significa, na verdade, um modo de produção dominante em uma determinada formação social. Quando se alude à dominância de um modo de produção em uma dada formação social, faz-se referência ao fato de que são as suas leis que determinam as várias formas e relações que se estabelecem no desenvolvimento dessa formação. Portanto, isso não implica dizer que serão estabelecidas relações idênticas em todos os níveis e setores da produção dessa formação social. Em outros termos, a dominância do modo de produção capitalista não implica que as relações típicas do capitalismo sejam generalizadas em todo o sistema. A dominância do

modo de produção capitalista significa, isto sim, que a reprodução do capital tende a subordinar inexoravelmente todas as relações sociais, mas, e aí está o ponto central dessa questão, não da mesma forma. As relações centrais e determinantes do modo de produção capitalista são as relações de assalariamento, mas não porque tendem a se generalizar por todo o sistema ou porque sejam quantitativamente predominantes, e sim porque comandam a produção de valor que determina todas as demais produções na economia de mercado (Brandt, 1975). Assim, um modo de produção é dominante à medida que interfere, verticalmente, nos outros modos de produção, provocando a perda de autonomia por parte destes e redefinindo suas atividades específicas.

O importante a reter aqui é que a contradição entre a existência de formas tipicamente capitalistas e a contínua repetição de formas "atípicas" permeia o desenvolvimento do capitalismo em toda parte. Mais do que isso, qualquer relação que se estabeleça na sociedade capitalista estará sempre subordinada e acorrentada à ordem fundamental e hegemônica do capital.

Cabe destacar, no entanto, que o capital, no seu movimento de expansão, não visa explicitamente à destruição dessas formas de trabalho, embora as destrua quando determinados serviços passam a se tornar rentáveis. Em outros termos, o investimento de capital e o consequente assalariamento se dão naqueles setores onde a rentabilidade é maior. Prandi é quem alerta para o fato de que obviamente o capital não teria qualquer interesse em impulsionar o trabalho autônomo, ainda que dele se valha em determinadas circunstâncias, uma vez que o capitalismo é antes de tudo produção de valor e de força de trabalho para a própria produção de valor.

Na verdade, a manutenção dessa prática está intimamente relacionada ao estágio de desenvolvimento capitalista e, nesse sentido, instala-se um novo debate entre alguns autores. Para Prandi, por exemplo, a uma maior expansão das forças produtivas corresponderia uma participação relativamente menor do trabalho autônomo no conjunto da economia. O autor demonstra, em uma análise de participação dos trabalhadores por conta própria em atividades não agrícolas, em diferentes regiões do Brasil, no período de 1940 a 1970, que a concentração dessa categoria é mais intensa nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conquanto o

trabalhador autônomo ainda apresente uma forte participação no conjunto de trabalhadores, é nos setores mais importantes em termos de acumulação de capital que sua presença menos se faz sentir. A partir desses dados, o autor estabelece uma relação inversa entre a participação dos trabalhadores por conta própria e o desenvolvimento capitalista. Isso não significa, entretanto, que tal categoria de trabalho esteja desaparecendo, visto que em termos absolutos ela continua a crescer significativamente, mas sim que o número de trabalhadores assalariados está crescendo bem mais.

Kowarick e Souza, por sua vez, defendem um argumento justamente contrário a esse. Kowarick conclui que as formas marginais de inserção na divisão social do trabalho ainda constituem uma presença importante na economia urbana não só nas regiões subdesenvolvidas como também nas consideradas desenvolvidas. Já Souza, contrariando a tese de que a expansão do emprego "não-organizado" se daria predominantemente nas áreas de menor desenvolvimento, mostra que as grandes cidades da Região Sudeste concentravam as mais altas proporções de emprego terciário (pequenos vendedores de serviços e serviços domésticos) ao mesmo tempo em que apresentavam um maior dinamismo na geração de empregos capitalistas. A análise da estrutura ocupacional das grandes cidades brasileiras revelou que a maior proporção de ocupados na produção não tipicamente capitalista se encontrava em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Examinando a tendência geral de crescimento do emprego nas áreas urbanas brasileiras na década de 70, ressalta ainda o autor que foi justamente em São Paulo, pólo hegemônico da acumulação de capital, que se observam as maiores taxas de expansão do emprego não tipicamente capitalista no conjunto do País.

A intenção de Souza, a partir de sua conclusão de que o emprego fora do que seriam atividades propriamente capitalistas é de grandes dimensões, particularmente nas cidades brasileiras mais desenvolvidas⁴,

⁴ Para Souza, "(...) a economia urbana além de dinâmica na criação de empregos foi capaz de gerar 'espaços' para a reprodução da pequena produção organizada em moldes não tipicamente capitalistas. Estes 'espaços' não estiveram apenas confinados nas regiões periféricas onde o 'capitalismo ainda não penetrou' como é comum dizer, mas também, e muito especialmente, reproduziram-se no coração industrial do País" (Souza, 1980, p. 78-80).

é relativizar a idéia de que a miséria e a marginalização urbanas no Brasil sejam sempre associadas com o baixo ritmo de criação de empregos nas atividades modernas. Essa questão também tem sido objeto de discussão e controvérsia, uma vez que a existência das atividades não capitalistas parece estar sempre vinculada a uma perversidade do capitalismo em áreas periféricas/dependentes, quer sejam regiões, quer países. Em outros termos, a impossibilidade de empregar-se estavelmente no setor capitalista industrial faria com que esse contingente permanecesse desempregado ou, na melhor das hipóteses, se ocupasse em atividades não capitalistas.

Dessa tese decorrem importantes críticas (Faria, op. cit.) negando essa relação, pressuposta por algumas teorias de marginalidade urbana entre uma situação de dependência/periferia e desemprego. Em primeiro lugar, porque essa associação não resulta de um exame científico e cuidadoso acerca das possibilidades do capitalismo tanto no centro como na periferia. Isso porque não logra mostrar com rigor, de um lado, o fato de que o capitalismo, ao expandir-se em sua periferia, não possa desenvolver as forças produtivas e, de outro, que o desenvolvimento capitalista suponha a existência constante de pleno emprego. Somente a demonstração desses dois fatos permitiria a conclusão de que o capitalismo estaria assumindo formas mais perversas na periferia.

Para entender por que persistem o desemprego e o chamado subemprego, é preciso examinar, antes de mais nada, de que maneira o capital produz a força de trabalho de que necessita nas economias subdesenvolvidas (Singer, 1977). Nas economias periféricas, como um contingente significativo da população ainda está engajado em atividades consideradas não tipicamente capitalistas, a destruição dessas implica fluxo contínuo de força de trabalho que se destina ao mercado capitalista de trabalho. O processo de produção de força de trabalho assume ainda diferentes formas, dentre elas a capitalização de atividades antes organizadas sob forma de exploração semi-servil ou produção simples de mercadorias (pequenos comerciantes e artesãos), transformação de atividades voltadas para o auto consumo em produção mercantil (serviços domésticos passando a ser realizados por empresas capitalistas), liberação de um excedente de força de trabalho engajado na produção simples de

mercadorias via aumento de produtividade (por exemplo, uso de aparelhos domésticos reduzindo a duração das tarefas das donas-de-casa), etc.

Faria propõe, para um avanço maior na análise científica dessa questão, que se pergunte quais seriam os fatores determinantes que contribuiriam para qualificar as formas de expansão das forças produtivas na periferia e seu relacionamento com o crescimento populacional e com o emprego. Para isso, deveriam ser especificados os componentes do processo de pauperização, proletarização e marginalização, relacionando-os à expansão capitalista em geral, à expansão capitalista na periferia e às condições históricas peculiares de cada situação.

Outra questão relacionada com essa diz respeito ao fato de se atribuir uma certa perversidade à tecnologia utilizada nos países dependentes. Isto é, algumas teorias costumam explicar a marginalidade pelo uso de tecnologia "inadequada" na periferia, como se a ação do capital na escolha dos fatores pudesse deixar, em algum momento, de corresponder às suas próprias necessidades de expansão, tornando-se mais sensível às necessidades da população (maior utilização do fator trabalho), e que, ao não agir dessa maneira, o desenvolvimento capitalista periférico estaria assumindo características perversas ou irracionais.⁵ As teorias sobre a marginalidade, ao exigirem do capital a responsabilidade de garantir emprego e condições de vida à população, estão invertendo os termos do chamado problema populacional. Ou seja, ao invés de sua explicação vincular o crescimento populacional às necessidades dinâmicas da produção capitalista, acaba por subordinar a dinâmica da acumulação à dinâmica da população. Em outros termos, a dinâmica de expansão do capital não pressupõe sua adequação a volumes dados de população, mas, ao

⁵ Faria propõe um ângulo diverso para o exame da questão tecnológica: "(...) o capitalismo se desenvolve, na periferia como em qualquer outro lugar, destruindo formas mais arcaicas (do ponto de vista do capital) de produção, convertendo a mais-valia absoluta em mais-valia relativa, alterando a composição orgânica do capital e, tudo isto, para garantir o seu processo de reprodução ampliada (...). Nesse contexto, o uso da tecnologia avançada pode corresponder às necessidades de desenvolvimento da acumulação de capital sendo a opção contrária a opção irracional" (Faria, op. cit., p. 136).

contrário, é o capital determina e garante os volumes de população de que necessita, incluindo-se aí seu exército industrial de reserva.

A terceira ordem de questões refere-se especificamente à contribuição das atividades não tipicamente capitalistas para o processo de acumulação.

Analisando o quadro de formulações teóricas no que se refere ao papel que as atividades não tipicamente capitalistas desempenham no processo de acumulação e expansão do capital, encontram-se diversas interpretações acerca da "funcionalidade" dessas ocupações. É possível, entretanto, detectar duas colocações principais e antagônicas relativas à "função" que a manutenção de uma produção não capitalista nos centros urbanos desempenha na reprodução das formas de organização capitalista.

A primeira colocação destaca o caráter disfuncional da manutenção de um contingente populacional considerado marginalizado para o desenvolvimento capitalista. Tal corrente interpretativa está ligada à Teoria da Cultura da Pobreza (Oscar Lewis), que encara a marginalidade como fenômeno psicológico de alheamento e de dependência oriunda da pobreza. Decorreria daí a disfuncionalidade desses grupos marginais, uma vez que a Cultura da Pobreza impediria o desenvolvimento de habilidades, padrões de conduta, ambições e uma série de atributos de comportamento que, segundo Lewis, seriam necessários para capacitá-los a contribuir para o desenvolvimento capitalista.

Essa visão da marginalidade como algo disfuncional para o sistema econômico está presente não só nos trabalhos iniciais acerca desse tema, mas também em vários estudos mais recentes, nos quais, à medida que os setores de produção não tipicamente capitalistas são encarados como obstáculos à expansão do capitalismo, os ocupados em suas atividades são vistos como uma mão-de-obra sobrando, improdutivo e de pouca ou nula significação econômica. Assim, ao não desempenharem sequer o papel do exército industrial de reserva, são considerados como um peso morto para o processo de acumulação.⁶

⁶ Ver, no capítulo anterior, colocações de Nun e Quijano discutidas por Kowarick.

Por outro lado, existem trabalhos também recentes — aqui examinados — ligados à visão histórico-estrutural de desenvolvimento onde se procura mostrar a estreita vinculação que existe entre a manutenção de uma produção não capitalista e a expansão do capital, particularmente nas economias atrasadas. Embora, nesse grupo de trabalhos, se apresentem interpretações diversas, a hipótese principal que norteia todas essas análises se refere à necessidade, por uma causa ou outra, da existência de atividades não tipicamente capitalistas para a acumulação no núcleo capitalista das economias urbanas. A maior parte dos autores aqui examinados preocupam-se em enfatizar o papel essencial que as atividades ditas não tipicamente capitalistas desempenham no processo de acumulação capitalista. Uma amostra clara e sucinta do posicionamento geral desses autores pode ser dada, em um primeiro momento, através de Oliveira, Kowarick e Prandi. Para Oliveira, o padrão de crescimento horizontalizado de alguns segmentos do terciário brasileiro no período pós-30 foi uma resposta às necessidades específicas da acumulação de capital na época, não podendo, portanto, ser considerado uma disfunção ou anomalia. Mais do que isso, para o autor, os moldes não tipicamente capitalistas com base nos quais se desenvolveram e se desenvolvem ainda os serviços terciários, que agregam a grande massa da população semi ou desqualificada, são de alguma forma estratégicos para a acumulação do capital.

Também para Kowarick, o entendimento da marginalidade como um dos ingredientes do dinamismo capitalista constitui o foco central de análise. Para ele, a existência das atividades ditas "marginais" é essencial ao capitalismo, pois não somente são fecundadas pelo próprio sistema, como também se encontram estruturalmente articuladas a ele. Nesses termos, o enfoque dado à marginalidade pelo autor não estaria revestido de um sentido de exclusão, de não-participação ou de disfunção em relação ao sistema econômico, como querem as abordagens iniciais acerca do fenômeno da marginalidade. A idéia principal que permeia toda a análise da marginalidade do autor é a de que o desenvolvimento do tipo capitalista compreende uma única lógica estrutural que, ao reunir formas desiguais e combinadas, cria modalidades produtivas não tipicamente capitalistas (artesanato e indústria a domicílio) e cria novas formas não tipicamente capitalistas (trabalho autônomo no Setor Terciário, co-

mo vendedores ambulantes, serviços de reparação e conservação, vigilância, etc.), as quais, longe de serem um peso morto, constituem partes integrantes do processo de acumulação.

Prandi, por sua vez, enfatiza o fato de o trabalhador por conta própria, ao não se constituir em agente direto da acumulação, ter sua exploração realizada em um circuito mais amplo da sociedade. Para ele, o significado da existência do conta-própria está no fato de ele se constituir em um elemento propiciador não somente da acumulação em si, mas principalmente da reprodução da sociedade brasileira como sociedade capitalista. Nesse sentido, embora o trabalhador por conta própria possa parecer um paradoxo face ao trabalho assalariado, "este sim, a expressão das relações capitalistas por excelência" (Prandi, op. cit., p. 156), Prandi esclarece esse paradoxo através de uma análise centrada no processo de reprodução da sociedade capitalista, e não no processo de produção, à medida que encara o trabalho autônomo como elemento importante da reprodução das classes sociais.⁷ A idéia central que orientou a tese de Prandi é a de que o trabalhador por conta própria não produz somente bens e serviços para o mercado de bens e serviços, mas produz principalmente força de trabalho barata para o capital, colaborando para a produção e reprodução do proletariado em geral.

Em suma, para os autores aqui examinados, as atividades que se desenvolvem sob moldes não tipicamente capitalistas atuariam, com maior ou menor intensidade, no sentido de fornecer apoio à expansão do capital, reproduzindo as condições favoráveis à produção e/ou fornecendo apoio à manutenção de força de trabalho utilizável.⁸ As controvérsias vão

⁷ Conforme o autor, "Desde que o capitalismo, como modo de produção, produz e reproduz não somente mercadorias e mais-valia mas também força de trabalho assalariada, é na ótica da reprodução da força de trabalho que o trabalho não capitalista (...) deve ser encarado como componente do processo global de exploração do trabalho" (Ibidem, p. 51-2).

⁸ Já a interpretação de Souza apontaria mais no sentido de considerar as atividades não tipicamente capitalistas como refúgio de mão-de-obra.

surgindo à medida que são especificadas as "funções" que os autores atribuem às diversas atividades não capitalistas. Mais importante do que discutir a validade teórica dos diversos posicionamentos⁹, deve-se alertar para a existência de um problema concreto no que se refere a essa questão, ou seja, a ausência nos estudos acerca da produção não tipicamente capitalista em geral, de uma demonstração teórica e empírica tanto dos vínculos dessa produção com a reprodução global como da ultrapassagem desses limites ditos funcionais das atividades não capitalistas. Isso porque o preenchimento de determinadas "funções" por parte dessas atividades parece estar profundamente relacionado a uma situação particular, ou seja, a um momento histórico dado do movimento do capital, em uma realidade específica.

Porém, se é difícil determinar as "funções" específicas da produção não capitalista ou a "função" de cada uma de suas partes, não é difícil perceber a sua aderência como um todo ao movimento do capital, expandindo-se ou destruindo-se conforme seus desígnios. Tendo em vista que o que dá sentido à sobrevivência ou à expansão da produção não tipicamente capitalista é sua relação estrutural com o processo de acumulação, faz-se necessário introduzir um outro elemento na análise, qual seja a articulação das várias formas de produção e o modo pelo qual as formas subordinadas têm seu funcionamento determinado pelo todo. A partir daí, seria possível superar a visão dessa produção como algo totalmente disfuncional, como queriam as abordagens iniciais, ou totalmente funcional para a acumulação do pólo dominante da economia, como querem as teses mais recentes. Isso porque a idéia de articulação permite entender que a dominância do modo de produção capitalista não significa que o capital tenha o controle absoluto sobre todas as relações que se estabelecem na economia. Pelo contrário, admitir que o capitalismo tem-

⁹ Neste item, a preocupação maior foi no sentido de sistematizar e contrapor os diversos segmentos e enfoques.

-se desenvolvido historicamente de forma desigual e combinada¹⁰ pressupõe admitir a existência de contradições a nível das forças produtivas, ou seja, de que possam-se estabelecer formas de organização não tipicamente capitalistas subordinadas ao capital, mas de forma contraditória¹¹. Na verdade, a dominância do modo de produção capitalista não pressupõe, de forma alguma, que a articulação entre as diversas formas de produção se verifique de maneira harmônica ou "funcional". Como já foi visto, o traço característico do desenvolvimento do capital é justamente a contradição que existe entre a expansão de formas tipicamente capitalistas e a sobrevivência de formas atípicas. A noção de contradição permite também superar a idéia de que as formas subordinadas, ao não se constituírem em obstáculos ao capital — aliás, se assim o fosse, tenderiam a ser destruídas —, são necessariamente funcionais a ele.

Além disso, se é verdade que ocorre uma constante recriação de for-

¹⁰ "O capitalismo encontra as várias porções da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada uma com suas próprias e profundas contradições internas. A extrema diversidade dos níveis atingidos e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes parcelas do gênero humano, ao longo de várias épocas, servem de ponto de partida ao capitalismo. Só gradativamente é que este conquista a supremacia em relação à desigualdade herdada, quebrando-a e alterando-a, passando a empregar seus próprios recursos e métodos ... Assim o capitalismo efetua o 'rapprochement' dessa parcela e equipara os níveis econômico e cultural entre os países mais adiantados e os mais atrasados ... No entanto, ao aproximar economicamente os países entre si e ao nivelar seus graus de desenvolvimento, o capitalismo opera por métodos que lhe são próprios, isto é, por métodos anárquicos, que permanentemente solapam as bases de seu próprio trabalho, lançam um país contra o outro e um ramo industrial contra o outro, desenvolvendo alguns setores da economia mundial e, simultaneamente, dificultando ou fazendo retroceder o desenvolvimento de outros. Unicamente a correlação dessas duas tendências fundamentais — ambas surgidas da natureza do capitalismo — nos pode explicar a textura viva do processo histórico" (Trotsky, In: Mandel, 1982, p. 14-15, nota 30).

¹¹ "Os fatores que interferem no processo já foram estudados sob as denominações de 'importação de tecnologia', 'desenvolvimento dependente', etc., procurando alguns autores mostrar como o 'desenvolvimento desigual' vem representar uma das contradições de caráter mais global do processo de expansão do capitalismo internacional" (Prandi, op. cit., p. 41).

mas de produção que se organizam sob moldes não capitalistas e que se tornam funcionais do ponto de vista da acumulação, também é verdade que isso não decorre necessariamente de um plano de intenções, mas sim de um processo, o processo de expansão do capital¹², o qual é necessariamente um movimento não igualitário. Antes de mais nada, a lógica do capital é submeter a força de trabalho através do assalariamento. Isso não contradiz o fato de surgirem alternativas de trabalho organizadas em moldes não tipicamente capitalistas e que são justamente abertas pelo capital, à medida que essas atividades não são assumidas, por questões de rentabilidade, pela empresa capitalista. Em suma, essas atividades, embora resultantes do próprio movimento do capital, não são intencionalmente criadas por ele. No entanto, ao penetrarem nos espaços abertos pelo capital e a ele se subordinarem, acabam, de alguma forma, a serviço dele. Na verdade, isso não significa que o capital prescindia delas para sua sobrevivência imediata e nem que estejam – embora possam estar – atreladas "funcionalmente" a ele. Há que se considerar também que, quando isso acontece, não necessariamente ocorre de forma maciça, isto é, cada aspecto do processo pode ser funcional do ponto de vista de um tipo de capital, de uma fração de seus interesses e, ao mesmo tempo, se mostrar disfuncional para outro tipo de capital. Um outro lado da questão refere-se ao fato de que subsistem inclusive determinadas modalidades autônomas que nada mais são do que meras estratégias de sobrevivência.

Em suma, a percepção do sentido das formas de produção não tipicamente capitalistas deve passar por uma perspectiva que leve em conta, de um lado, sua articulação – subordinada – ao capital e, de outro, as estratégias de trabalho dos agentes engajados nessas formas de produção. Somente esse enfoque parece ser capaz de revelar a sobrevivência e/ou a recriação de um conjunto significativo de atividades econô-

¹² Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Prandi, quando, ao se referir ao fato de que o capital "faz uso" do trabalho autônomo na finalidade última de se realizar, alerta que "(...) este 'fazer uso' não implica em nenhuma idéia diretiva na consciência dos agentes e das classes interessadas na reprodução do sistema e nem confere ao sistema uma racionalidade que ele não tem" (Ibidem, p. 31).

micas importantes, que tendem a se tornar invisíveis sob uma perspectiva onde a preocupação dominante é explicar a sua funcionalidade no modo de produção capitalista. A produção não tipicamente capitalista deve ser entendida como resultado do processo contraditório de acumulação de capital, o qual cria através de um só e único movimento as atividades capitalistas e as não capitalistas. Uma vez que existe um só e único movimento que cria e articula essas atividades organizadas sob moldes diversos em função de uma única lógica, a do capital, há que se admitir que o enfoque correto de análise deve partir desse movimento e considerar a diferenciação dessas atividades como um processo.

BIBLIOGRAFIA

01. CARVALHO, Inaiã & SOUZA, Guaraci. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci & FARIA, Vilmar, Org. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980.
02. HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo, Ática, 1977.
03. JELIN, Elisabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. *Estudos Cebrep*, São Paulo, Brasiliense, (9): 51-77, jul/set, 1974.
04. KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
05. LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo, Nacional, 1968.
06. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril-Cultural, 1982. (Os Economistas).
07. OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrep*, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2): 07-82, out., 1972.
08. OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
09. PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978.
10. SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971. (Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) (mimeo).
11. SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci & FARIA, Vilmar, org. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980.
12. SOUZA, Paulo Renato. *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Campinas, Universidade Estadual, 1980. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas) (mimeo).
13. —. Emprego e rendas na pequena produção urbana no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, 11(1):57-82, mar., 1981.
14. —. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo, Hucitec, 1980.
15. SOUZA, Paulo Renato & TOKMAN, Victor. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: AMÉRICA Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.